

Universidade Federal Fluminense - UFF
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Psicologia
Mestrado em Psicologia

**Diocese de Nova Iguaçu:
uma análise dos efeitos da formação sociopolítica
na vida e no engajamento político de seus agentes**

Por
Sonia Ambrozino da Silva

Orientadora: Claudia Osorio da Silva

Linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Niterói, 2007

**Diocese de Nova Iguaçu:
uma análise dos efeitos da formação sociopolítica
na vida e no engajamento político de seus agentes**

Dissertação apresentada pela Mestranda Sonia Ambrozino da Silva, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Claudia Osorio da Silva.

Niterói, 2007

S586 Silva, Sonia Ambrozino da.

Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes / Sonia Ambrozino da Silva. – 2007.

118 f.

Orientador: Claudia Osorio da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, 2007.

Bibliografia: f. 79-82.

1. Movimento social – Nova Iguaçu (RJ). 2. Diocese de Nova Iguaçu (RJ). 3. Projeto Mão na Massa – Nova Iguaçu (RJ). I. Silva, Claudia Osorio da. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 301.242098153

Banca Examinadora

Claudia Osorio da Silva

Orientadora

Departamento de Psicologia – UFF – RJ

Kátia Faria de Aguiar

Departamento de Psicologia – UFF – RJ

Cecília Maria Bouças Coimbra

Departamento de Psicologia – UFF – RJ

Marisa Lopes da Rocha

Departamento de Psicologia – UERJ

“A História são os homens que a fazem, não a força cega que nos esmaga”.

(D. Adriano - JB em 13.02.78).

Agradecimentos

Agradeço a Deus que me criou e ajudou sempre até aqui.

Aos meus pais que sempre me incentivaram nos estudos. À mamãe *in memoriam* e a papai que ainda está comigo.

A Dom Adriano Hypólito pela coragem em defender o povo de sua Diocese em plena ditadura militar.

A Giovanni Semeraro que me incentivou a fazer o Mestrado e me apresentou à UFF.

A Adriano Moreira de Araújo, que me ajudou a fazer o projeto, a ser entregue em ocasião da seleção. Sem essa ajuda inicial nada teria acontecido.

À Cecília Coimbra que foi o meu primeiro contato na UFF e que, gentilmente, fez parte de minha Banca.

À Marisa Rocha que aceitou fazer parte de minha Banca, e já em ocasião da Qualificação, fez sugestões de grande valia.

À minha orientadora Claudia Osorio pela sua simplicidade no orientar, na sensibilidade para perceber as diferenças entre seus orientandos, no respeito que foi se construindo e principalmente pelo incentivo e força de cada dia.

À Kátia Aguiar por sua ajuda inestimável.

A todos e todas da equipe do Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, que silenciosamente me incentivaram nesta caminhada.

Às mulheres do Grupo “Mão na Massa” que compartilharam comigo suas histórias, alegrias e tristezas da vida.

À minha grande amiga Maria Valentina Pereira da Costa, que foi “entrevistadora” em minha pesquisa e que me surpreende a cada dia com seu crescimento de vida e com nossos bons encontros.

Por fim, agradeço à vida que me proporcionou estar aqui e a todos os meus amores que me ajudam a ter uma jornada mais leve e alegre.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a formação sociopolítica ministrada pela Diocese de Nova Iguaçu, observando alguns de seus efeitos na vida e no engajamento de seus agentes.

Diante de tantas práticas preestabelecidas, o presente trabalho visa desnaturalizar os engajamentos pretendidos pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, trazendo para a cena principal a atividade de um grupo de mulheres que de pedintes passaram a ser sujeitos de suas histórias, construindo um trabalho coletivo de fabricação de massa caseira para macarrão e que, segundo os relatos, marcou profundamente suas vidas.

Dialogando com os conceitos de implicação, sobreimplicação, analisador e restituição, fazemos uma análise crítica da formação oferecida a partir dos efeitos produzidos na vida de algumas pessoas que têm participado desta e de um dos projetos sociais que são por ela afetados: o Projeto Mão na Massa.

Foram realizadas pela líder do Projeto 8 (oito) entrevistas com as participantes do Grupo “Mão na Massa”, constituindo-se assim um grupo de pesquisa ampliado.

Como resultados observamos que a participação neste grupo mudou a vida das mulheres que estão ali envolvidas, ampliando suas redes de relações, aumentando a autoestima, mudando a forma de cuidar dos filhos, as relações de vizinhança e estabelecendo uma nova forma de relações com o trabalho e o dinheiro.

Palavras-chave: formação, implicação, sobreimplicação, analisador e restituição.

Abstract

This research has as an aim to analyse the sociopolitical continued education ministered by the Diocese of Nova Iguaçu, observing some of it's effects on the life and engagement of it's agents.

Facing so many established practices, the present dissertation aims at denaturalizing the engagements intended by the Sociopolitical Centre of the Diocese of Nova Iguaçu, bringing to the main scene the activity of a group of women who, from beggars, became subjects of their own stories, building a collective work of fabrication of a home-made spaghetti mixture, that according to the related by the workers deeply impressed them.

In dialogue with the concepts of implication, overimplication, analysor and restitution, we did a critical analysis of the continued education offered through the effects produced in the lives of some of the people who have participated in this and in one of the social projects that are by it affected: The Project Mão na Massa.

The leader of the Project did eight interviews with the participants of the Group "Mão na Massa", constituting thus an enlarged research group.

As far as results go, we observed that the participation in this group changed the lives of the women that got involved, enlarging their net of relations, lifting up their self-esteem, changing their way of taking care of their children, their relations with the neighbors, and establishing a new way of relating to work and money.

Key-Words: continued education, implication, overimplication, analysor and restitution.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – OBJETIVOS E METODOLOGIA	8
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU.....	16
2.1 <i>O Bispo Dom Adriano Mandarino Hypólito</i>	17
CAPÍTULO 3- A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU.....	21
3.1 <i>Histórico da formação sociopolítica</i>	25
3.2 <i>Organização e Estrutura do Centro Sociopolítico</i>	29
3.3 <i>Novos Rumos da Formação Sociopolítica</i>	31
3.4 <i>Crença no Estado Democrático no Mundo Neoliberal Globalizado</i>	36
3.5 <i>A Igreja hoje, o Neoliberalismo e as Atividades Desenvolvidas</i>	41
CAPÍTULO 4– GRUPO PESQUISADO	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
ANEXOS	83
<i>Anexo 1 - O Primeiro Projeto de Formação Social: 1996/1998</i>	83
<i>Anexo 2 - O Segundo Projeto de Formação Social: 1999/2002</i>	96
<i>Anexo 3 - O Terceiro Projeto de Formação Social: 2003/2005</i>	97
<i>Anexo 4 - Grupo “Mão na Massa” em Queimados</i>	102
<i>Anexo 5 - Breve Histórico do Município de Nova Iguaçu</i>	104
<i>Anexo 6 – Breve Histórico do Município de Queimados</i>	107

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisarei a formação sociopolítica ministrada pela Diocese de Nova Iguaçu, observando alguns de seus efeitos na vida e no engajamento de seus agentes.

O desejo de focar este tema nasce de minha inserção nesta Diocese, desde meus 15 anos, quando, participando de uma das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹, pude começar a refletir sobre o mundo em que vivia e a situação de vida em que eu mesma estava inserida. Posso afirmar que, se não fosse o encontro com essa Comunidade, meu percurso seria bem diferente do que é hoje, pois a Diocese, com sua formação, me despertou para certas questões que me fizeram ver a realidade de forma mais crítica.

Sou fruto dessa formação. Ao mesmo tempo em que me formo, sou também formadora, pois trabalho na coordenação executiva do Centro Sociopolítico da Diocese. Desejo interrogar que formação é essa e que efeitos ela traz para a vida das pessoas que por ela passam. Ao mesmo tempo, quero analisar minhas implicações neste processo. Gostaria também de colocar em análise o que geralmente se naturaliza como engajamento.

Estou vivenciando um processo de insatisfação com a realidade vivida pela população da Baixada Fluminense, realidade essa marcada por uma política corrupta e clientelista.

A tarefa de transformação pressupõe uma insatisfação prévia com a realidade vivida. Busca, em idéias e ações, alguma forma de fazer passar dúvidas, desacordos, indignação. Procura algo melhor: uma realidade mais justa e menos opressiva, uma existência mais feliz. No desejo de transformar encontros outros, na insatisfação com a realidade existente, convivemos. Na ousadia de subverter a ordem constituída, construímos novos caminhos (AGUIAR, 1992, p. 09).

Desejo contribuir na busca por uma transformação das práticas de formação, a fim de que esta seja cada vez mais uma fonte de fortalecimento para o trabalho da militância.

Com essa Dissertação, ganha corpo um desejo de minha parte em fazer uma restituição de muito do que vivi e aprendi. Restituição no sentido da Análise Institucional francesa, pois, segundo Lourau:

A restituição como parte integrante da pesquisa é mais um denominador comum, pelo menos teórico, entre a socioanálise e os métodos da pesquisa-participante ou pesquisa-ação. [...] A pesquisa continua após a redação final do texto, podendo, até mesmo, ser interminável. Se a população estudada

¹ Comunidade Eclesial de Base é um termo designado para grupos de pessoas que fazem parte da Igreja Católica, mas que têm como ação não somente a prática da instituição dos Sacramentos, mas principalmente a luta pela superação dos problemas da vida, buscando assim uma ação comunitária e coletiva.

recebe essa restituição, pode se apropriar de uma parte do *status* do pesquisador, se tornar uma espécie de “pesquisador-coletivo”, sem a necessidade de diplomas ou anos de estudos superiores, e produzir novas restituições, tanto ao agora talvez ex-pesquisador quanto ao presente social mais imediato ou global. Isso seria, efetivamente, a socialização da pesquisa (LOURAU, 1993, p. 56).

Tenho o desejo de compartilhar o saber científico obtido nos estudos e na escrita desta Dissertação, além de lançar alguma luz sobre aspectos das atividades de formação da Diocese que ficariam excluídos da história “oficial”, aquilo que, se não pararmos para analisar, passará despercebido. Quero também colocar em análise valores e crenças muito arraigadas.

Há uma inquietação em minha vida, relacionada ao trabalho que venho realizando. Desde algum tempo, experimento uma angústia acerca da atividade que desenvolvo no Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu. Não sabia o que era isso que estava sentindo. Aos poucos, esse sentimento se transformou no desejo de analisar, desmembrar, questionar, contemplar o que estava acontecendo.

O desejo de vir à Academia é oriundo da vontade de fazer uma articulação entre o saber teórico e o saber prático que já se tem. Fazer dialogar conceito e experiência, ter a oportunidade de fazer um debate conceitual que atravessa a experiência. Com esse estudo, pretendo me tornar instrumento de possibilidade de ampliação do trabalho de formação desenvolvido na Diocese de Nova Iguaçu.

Sendo assim, desejei pôr em análise uma certa prática de formação. Aquela que pretende produzir aumento de consciência, práticas engajadas, mudanças atuando sobre, contra ou dentro do Estado/governo. Prática esta que gera um ativismo sem fim, no qual estou quase totalmente envolvida.

Quero com minha pesquisa fazer uma análise, um movimento de construção, de alargamento de horizontes da formação. Desejo, com a restituição, fazer circular experiências e saberes, aumentando o índice de transversalidade² nas análises. Colocar em relevo iniciativas criadas pelas próprias pessoas que vivem determinada situação, independentes de vanguardas e assessorias passageiras.

Já analisando minhas implicações, percebo que os caminhos que vêm sendo tomados pelo nosso Centro Sociopolítico, nesta tentativa de intervenção em políticas públicas pela via do Estado, vêm-se distanciando de meus ideais franciscanos, em que se valorizam as pequenas coisas, a vida dos mais pobres e o que eles podem produzir por si mesmos.

² Dessa forma, várias pessoas poderão entrar nessa análise.

Fazer essa análise não foi fácil, pois, muitas vezes, me deparei realizando críticas à própria realidade em que vivi, realidade essa que teve muitos momentos bons e frutíferos. A ida à Academia me permitiu ter um espaço diferenciado de questionamentos.

Desejava pôr em análise práticas instituintes, que, a partir da formação oferecida pelo Centro Sociopolítico da Diocese, suscitam movimentos novos. Por isso, escolhi analisar o grupo “Mão na Massa”. Estarei explicando melhor esse projeto e essa escolha no capítulo de metodologia, mas desde já posso adiantar que este grupo faz parte de um Projeto de mesmo nome, em que algumas mulheres, que moram no Município de Queimados (Baixada Fluminense), se reuniram e iniciaram um trabalho de fabricação de massa caseira para macarrão, e os lucros são divididos igualmente entre elas. Queria interrogar qual a força instituinte de uma prática que trabalha com redes de vizinhança, com formas de trabalho feminino, aprendizados não formalizados e não valorizados.

O engajamento desejado hoje, pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, diz respeito a intervir em políticas públicas de Estado/governo. A própria formação da Diocese aponta para uma intervenção preferencial na dimensão macropolítica no acompanhamento às políticas públicas, sendo apoiada na crença do Estado Democrático de Direito. Já o “Mão na Massa”, que interfere numa dimensão micropolítica, sofre uma certa desqualificação.

De alguma forma, encontrei no “Mão na Massa” e no próprio modo de ser de Valentina, militante no Município de Queimados e coordenadora deste projeto, um estilo de atividade que me proporcionou verificar isso. Veremos, no capítulo I, referente à metodologia, como a postura assumida por Valentina, líder deste projeto, colocou em análise a minha própria postura.

A Diocese de Nova Iguaçu³ busca, desde seu início, dar uma formação sociopolítica a seus membros centrada na perspectiva de um engajamento social. Em outras palavras, uma formação que ajude seus participantes a compreenderem a importância das ações dos cristãos no mundo do trabalho, da saúde, da educação; enfim, da vida social e política ou do que hoje se compreende por exercício da cidadania.

Já aqui na introdução passo, então, a contar um pouco da história da Diocese e dessa formação.

³ Formada pelos seguintes municípios: Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e Belford Roxo.

Com a chegada de Dom Adriano Mandarino Hypólito em 1966, a Diocese se vê fortemente influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e, logo após, pelos Concílios de Medellín em 1968 e o de Puebla em 1979, onde a Igreja Católica faz uma “opção preferencial pelos pobres”. No auge da Teologia da Libertação⁴ e do crescimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a Diocese de Nova Iguaçu desenvolve uma formação sociopolítica que tenta articular fé e vida, fé e política. É uma formação voltada para a reivindicação dos direitos sociais à moradia, transportes, saneamento básico etc. A palavra que circula é CONSCIENTIZAÇÃO, pois se tem uma idéia de que um agente social formado e consciente poderá lutar por seus direitos e por sua coletividade.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, buscava-se uma produção de união entre as pessoas para que lutassem por seus direitos. Essas pessoas passavam de anônimas a protagonistas. Valorizava-se conhecer a própria história do povo, suas dificuldades vividas no cotidiano. Pensava-se que a libertação seria conquistada pela consciência dos direitos que, sendo assim, viriam pela capacidade de lutar da população. A Igreja tinha uma visão sobre o povo como o “menor” desfavorecido, o pobre. Havia uma oscilação entre colocar o pobre como vítima e valorizar o povo. Essa oscilação não é observada apenas na Diocese em foco, mas a Igreja, por mais progressista que seja, em muitos casos, vê o pobre como um coitado, que não possui em si condições para superar seus próprios problemas e se propõe a falar em nome dele.

Com os movimentos sociais fortemente reprimidos pelo governo ditatorial, instituído pelo Golpe Militar de 1964, “a Diocese proporciona uma legitimidade moral que incentiva as bases católicas a participarem” (KRISCHKE e MAINWARING, 1986, p.87). O próprio D. Adriano diz em entrevista aos autores acima:

Temos o compromisso evangélico de fazer uma opção preferencial pelos pobres. Então, como vamos realizar essa opção? Não basta simplesmente falar e rezar. Como cristão e como pastor, sinto que tenho o dever de apoiar movimentos que trabalham pelo bem do povo (D. ADRIANO *apud* KRISCHKE e MAINWARING, 1986, p.87).

⁴ A Teologia da Libertação fala em três mediações principais, a saber: a mediação socioanalítica que olha para o lado do mundo do oprimido; a mediação hermenêutica que olha para o lado do mundo de Deus, procurando ver qual é o plano divino em relação ao pobre e a mediação prática que, por sua vez, olha para o lado da ação e tenta descobrir as linhas operativas para superar a opressão de acordo com o plano de Deus (BOFF, 2001).

Surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁵ que, sob a influência da Conferência de Medellín, reforçam o engajamento social como forma de manifestação da fé.

Vários autores analisam aquele momento, valorizando o papel de resistência que elas tiveram nos anos da ditadura.

Durante os anos de maior repressão, as CEBs, que florescem desde o início dos anos 70, são as únicas organizações que resistem no dia-a-dia a toda a sorte de violências institucionalizadas. Tanto que, no período de 1969 a 1973, assiste-se a uma série de perseguições e prisões de padres, freiras, agentes de pastorais e leigos comprometidos com diferentes trabalhos “comunitários” (COIMBRA, 1995, p. 42).

Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários – círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo – que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas. Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs (KRISCHKE e MAINWARING, 1988, p.212).

As CEBs eram, naquele momento, um lugar de refúgio para os que desejavam uma mudança através do compromisso da militância, que, para os católicos, tinha um cunho de espiritualidade encarnada, que se opunha a uma visão da prática religiosa mais voltada para os Sacramentos e Dogmas. É a Igreja como Povo de Deus e não propriamente enquanto organização hierarquizada, com regras e normas. As CEBs, então, “Retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa” (SADER, 1988, p. 151).

Os movimentos populares surgiam com características novas, tentando superar o caráter reivindicatório. Tais movimentos foram organizados em torno da chamada ala progressista da Igreja Católica de Nova Iguaçu, que estava fortemente ligada à Teologia da Libertação.

A Igreja ofereceu agentes de pastorais cujos conhecimentos e dedicação foram indispensáveis para o funcionamento das comunidades, sua

⁵ Aqui percebemos a importância do surgimento das CEBs como espaço de vivência e busca de saídas para os problemas da vida. Hoje, participando de uma palestra sobre as impressões da V Conferência Episcopal Latino-americana e do Caribe, que aconteceu em maio de 2007, em Aparecida – São Paulo, houve uma fala que dizia que foi difícil manter CEBs na redação final do Documento conclusivo, pois havia a intenção, por parte de alguns participantes, em substituir CEBs por pequenas comunidades, o que tiraria toda a força das Comunidades Eclesiais de Base.

continuidade e a capacitação de seus membros; ofereceu uma estrutura organizativa que permitiu trocas de experiências, deliberações mais amplas, acesso a meios de comunicação e autoridades administrativas [...] Quando uma instituição como a Igreja sacramentou os sentimentos populares, a vontade de mudança encontrou um lugar e um modo de ser proclamada (SADER, 1988, pp. 160-161).

Inaugurava-se, assim, um novo jeito de ser Igreja, onde os leigos são protagonistas e os padres e freiras companheiros de luta diária. Era alimentada a idéia de democracia dentro de uma instituição de estrutura autocrática e hierárquica.

Usando as categorias de um discurso religioso – a verdade e a justiça, a Palavra de Deus e o Povo de Deus, o Pecado e a Libertação -, os discursos pastorais aplicaram-nas a temas mais profanos, da experiência cotidiana de seus membros. Constituíram assim sujeitos imbuídos de fé numa luta terrena pela justiça social (SADER, 1988, p. 167).

Para realizar a formação diocesana e fortalecê-la, foi criado um Centro de Formação de Líderes (Cenfor), inaugurado em 21 de julho de 1973, quando Dom Adriano manifestou o objetivo do Centro.

Por meio de cursos, encontros, dias, manhãs, tardes de formação, retiros, congressos, seminários, assembléias, conferências, sessões, palestras etc., gostaríamos de atingir ou de ver atingidos todos aqueles que são portadores de alguma responsabilidade na Igreja, no Estado e na sociedade. Pensamos em todas as elites, entendendo-as não em estreito sentido de “cúpula” mas de multiplicadores sociais, isto é, pensamos em todos os que por sua vocação, profissão, tarefas, trabalhos exercem influência sobre outros. Pensamos nos agentes de pastoral, nos professores, nos políticos, nos pais e educadores, nos chefes de empresas, nas classes liberais etc. Pensamos de modo especial na juventude, naqueles que mais cedo ou mais tarde, formados ou deformados, preparados ou despreparados, vão assumir seu papel na comunidade eclesial ou civil (Jornal Diocesano Caminhando, junho 2003).

Por manterem um trabalho de formação sociopolítica, diferentes autores como Krischke e Mainwaring (1986) e Tavares (1994) já apontaram a importância do trabalho diocesano de formação, mobilização e reivindicação de direitos sociais. Essa opção ocorreu na Diocese de Nova Iguaçu, mas não necessariamente em outras Dioceses do Brasil.

No entanto, hoje, nos perguntamos: será que a formação sociopolítica desperta novos modos de ser no mundo? Potencializa as ações já implementadas? As pessoas se sentem sujeitos dessa formação, que culminaria numa ação mais refletida e eficaz?

É nesse sentido que queremos analisar os efeitos da formação sociopolítica oferecida pela Diocese de Nova Iguaçu, na vida e no engajamento político de seus agentes.

A Diocese de Nova Iguaçu continua tendo um papel singular no campo da formação sociopolítica e de criação e/ou fortalecimento de espaços de articulação e reivindicação para os direitos sociais. Através de seu Centro Sociopolítico, criou a Escola de Formação Política⁶, que é uma iniciativa de formação de quadros em políticas públicas na Baixada Fluminense. Os objetivos específicos da Escola de Formação Política são:

1. Contribuir para a formação sociopolítica com informações e conhecimentos, a fim de possibilitar uma melhor intervenção nas políticas públicas.
2. Criar condições para viabilizar candidaturas político-partidárias que expressem uma concepção política ética, popular e transformadora.

Essa discussão ganha ainda mais importância, na medida que a Diocese de Nova Iguaçu vem avaliando o seu papel no tocante à formação oferecida.

Com o objetivo de avançar nas propostas de transformação social, analisar e assim ampliar os efeitos da formação oferecida, trabalharemos com alguns conceitos da Análise Institucional francesa. Neste caminho, podemos pensar a formação como um analisador construído: um dispositivo pedagógico, comunitário, religioso, voltado para a Educação Popular, que talvez possamos hoje ousar dizer que pretendia ser, na linguagem da Análise Institucional, um analisador. Considera-se que “os analisadores seriam acontecimentos – no sentido daquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe”. (BARROS, 1994, p.308). Um analisador que atuasse no engajamento de movimentos sociais. Cabe-nos questionar se esse dispositivo “formação sociopolítica” é analisador ou não. Que tipo de forças ele produz? Que resistências? Que efeitos tem ele na vida das pessoas?

No primeiro capítulo desta Dissertação, trataremos dos objetivos e da metodologia; no segundo, abordaremos uma breve história da Diocese de Nova Iguaçu; no terceiro, da formação sociopolítica da Diocese; no quarto, do desenvolvimento da pesquisa-intervenção junto ao grupo pesquisado “Mão na Massa”, bem como discutiremos o material produzido na pesquisa. Nas considerações finais, pretendemos apresentar o que de mais relevante apareceu durante o trabalho de pesquisa e que poderá estar sendo utilizado para se pensar os novos rumos da formação sociopolítica na Diocese de Nova Iguaçu.

⁶ Realizada em parceria com a Universidade Federal Fluminense (Faculdade de Educação).

CAPÍTULO 1 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo analisar os modos de engajamento sociopolítico daqueles que passaram pela formação oferecida pela Diocese, ou seja, analisar que efeitos tem e teve a formação sociopolítica e o que ela operou e opera na vida dessas pessoas. Este objetivo se desdobra em outros, ditos específicos, a saber:

1. Construir uma história, dentre as possíveis, nos últimos dez anos, dando vida a materiais que já vêm sendo coletados do processo da formação sociopolítica oferecida pela Diocese de Nova Iguaçu.
2. Analisar se a formação oferecida produz novos modos de ser no mundo.
3. Fazer uma restituição ao grupo de trabalho atuante no Centro Sociopolítico da Diocese.

Já mencionei, na introdução, que havia o desejo de minha parte de fazer uma análise da formação sociopolítica da Diocese de Nova Iguaçu.

O desejo se dava no sentido de pôr em análise o funcionamento do Centro Sociopolítico, com seus propósitos de formação, e, para isso, me utilizei do diálogo com os participantes de um dos projetos do “Mão na Massa”.

Analisando os rumos desse projeto, pretendo fazer uma restituição ao Centro Sociopolítico. Essa foi uma escolha estratégica, porque dá relevância e visibilidade a um tipo de ação que não é muito priorizada pelo Centro. Além disso, constitui-se numa aposta de juntar, ou melhor, fazer dialogar o conceitual com o saber da experiência prática.

Com esse trabalho, pude fazer uma crítica de meu próprio envolvimento com a pesquisa, e com seu objeto, uma análise de minhas implicações. Desse modo, saio da velha idéia de que possa haver uma neutralidade científica.

Segundo Coimbra (1995, p. 66), “estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias etc.”. Para Coimbra e Nascimento (2004, p. 2), o conceito de implicação “afirma a necessidade de se analisar os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais de qualquer pesquisador”.

A noção de implicação toma o lugar da contratransferência institucional, em oposição às pretensões de objetividade e neutralidade fixadas pelas Ciências Sociais e pela própria Psicanálise. O argumento óbvio é que o observador já está implicado no campo de observação e que sua intervenção modifica o objeto de estudo, o transforma (COIMBRA, 1995, p. 66).

Analisando as relações que o pesquisador tem com o campo, estamos analisando também o próprio campo.

Posso começar dizendo que sou uma pessoa inquieta, uma psicóloga, que se interessa pelas mudanças na vida das pessoas, que deseja desnaturalizar as verdades católicas, fazer uma análise do messianismo dessas práticas, que gera sobreimplicação e sobrecarga de trabalho, bem como outros efeitos, tais como: desânimo, esvaziamento e frustração.

Parto de um breve histórico do Centro Sociopolítico, com o interesse em analisar a formação sociopolítica. O trabalho de pesquisa, tendo como campo de intervenção, o projeto Mão na Massa, me forneceu elementos de análise e de crítica, com uma intervenção para que eu pudesse fazer uma restituição. Com esse movimento, poderei convidar outros a participarem dessa análise, aumentando a minha compreensão e a dos outros sobre os processos experienciados.

Além do conceito de implicação, a Análise Institucional francesa forneceu conceitos para nossa análise, tais como os de analisador, sobreimplicação e restituição, que poderão ajudar a pensar a formação sociopolítica. Procurei utilizar alguns aportes da pesquisa-intervenção, em que se substitui a fórmula “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (COIMBRA, 1995). Em outra linhagem teórica, que se propõe a analisar a atividade de trabalho com o objetivo de desenvolvê-la, encontramos a mesma posição. Clot (2000, p. 137)⁷, também, ressalta que “a pesquisa leva ao desenvolvimento da atividade e não somente a (conhecer) seu funcionamento”. E continua dizendo que “é necessário não apenas compreender para transformar, mas também transformar para compreender”.

Nesta abordagem metodológica, como diz Barros (1994, p.309): “A pesquisa-intervenção, ou apenas a intervenção, como procedimento de aproximação com o campo, mostra-nos que ambos – pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento – se constituem no mesmo momento, no mesmo processo”. Portanto, há uma quebra da cisão sujeito/objeto, teoria/prática, onde a implicação do pesquisador se faz presente, evitando-se toda e qualquer crença na neutralidade. E ainda: “as práticas produzem os objetos assim como também produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro” (BARROS, 1994, p.310).

Nesta forma de pesquisa em que se destaca o transformar para conhecer, também Foucault nos ajudou a entender melhor quando disse:

⁷ Todas as referências de originais franceses foram lidas em traduções feitas para fins didáticos pelo grupo de pesquisa NUTRAS, liderado pela Profa. Claudia Osorio.

As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias. Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente). A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro [...] Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (FOUCAULT, 1996, pp. 69 e 70).

Portanto nenhuma pesquisa é neutra (COIMBRA, 1995), pois os afetos do pesquisador estão sempre presentes. Nesta concepção, toma-se a história como algo vivo, descontínuo e que está sempre em movimento. A história não é uma evolução, ela é construída pelas pessoas que interferem e interagem e que entram em cena quando menos se espera e mudam cursos que pareciam estar totalmente estagnados.

Aqui vale uma reflexão em que podemos dizer que “a história não pode ser concebida como memória mas como um jogo das forças, onde haverá sempre uma luta entre as forças e onde o contato entre elas estará sempre modificando-as” (MACHADO, 1999, p. 158).

Como o desejo é de pensar se a formação sociopolítica da Diocese de Nova Iguaçu é ou não transformadora, se ela interfere e como nas práticas daqueles que dela participam, o conceito de analisador poderá se constituir numa ferramenta útil. Será a formação oferecida um analisador? Analisador é aqui entendido do modo como apresenta Coimbra: “o analisador, portanto, é aquele elemento que introduzindo diversos tipos de contradições na lógica da organização, enuncia as suas determinações. Seriam, explicitando, operações reveladoras da estrutura institucional” (COIMBRA, 1995, p. 64).

O conceito de analisador diz respeito a algo que comparece, muitas vezes, de forma inesperada e que produz efeitos surpreendentes.

Para analisar o ativismo em que se encontra a equipe de trabalho do Centro Sociopolítico, utilizarei o conceito de sobreimplicação. Vamos discutir como o trabalho do Centro Sociopolítico está organizado nos últimos tempos, e em que condições há um processo de sobreimplicação, que impede a equipe de analisar suas diversas implicações, por estar envolvida em um ativismo exagerado.

A crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos o esvaziamento, a dificuldade de se processar a análise de nossas

implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo objeto” e ainda: “a presença de dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação são: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências”[...] Tal funcionamento atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, onde o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito e onde a flexibilização das tarefas torna-se uma obrigatoriedade (COIMBRA E NASCIMENTO, 2004, p. 1).

Um outro conceito da Análise Institucional francesa utilizado foi o de restituição, cujos objetivos encontramos em Coimbra e Nascimento, quando dizem que:

A restituição, para a Análise Institucional, não é uma simples técnica de devolução da pesquisa e/ou intervenção realizada. É, antes de tudo, um dispositivo sócio-analítico que dá destaque aos movimentos e acontecimentos geralmente excluídos e desqualificados e que atende os chamados objetos da pesquisa/intervenção como sujeitos constitutivos desses processos. Esse dispositivo permite colocar em análise as implicações e sobreimplicações de todos os participantes desses trabalhos e, ao desnaturalizar o sagrado lugar do especialista, possibilita a desconstrução da concepção positivista de neutralidade científica, privilegiando o aspecto político de toda e qualquer prática (COIMBRA E NASCIMENTO, 2004, p. 5).

A restituição será feita a partir das análises produzidas no trabalho de campo, com apresentação ao Centro Sociopolítico dos resultados dessa análise.

Com a pesquisa, desejamos saber se a formação proposta pode ser considerada como tendo efeito analisador na vida das pessoas que dela participam e se ela transforma algo na vida dos participantes.

A formação sociopolítica da Diocese de Nova Iguaçu visa promover experiências e, principalmente, “aumentar a consciência”, ou seja, provocar uma forma de ser no mundo onde o bem comum (bem x mal) esteja em primeiro lugar.

Porém, podemos nos perguntar: será que com tanta informação ainda há espaço para experiências?

Então, temos que tomar cuidado pois, segundo Bondía:

A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituirmos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiências (BONDÍA, 2002, p.21).

A formação promove experiências quando dá tempo para os encontros, as dúvidas, as conversas e a troca.

Percebemos que, quanto mais ampliamos os nossos trabalhos, juntamente com outros, temos a oportunidade de construir processos coletivos, em que as alegrias e os percalços são assumidos por todos. As coisas não são dadas previamente, mas será necessário inventar novos modos de participação, novas maneiras de agregação, novas maneiras de viver. Para isso, será necessário deixarmos espaço para as lacunas, as dúvidas, os questionamentos. Deixar-nos afetar pelos processos, que são frágeis, inconstantes e surpreendentes, o tempo todo. Sair de nossas certezas parece o caminho mais adequado, quando queremos nos deixar tocar pelo que nos passa e pelo que se passa com os outros.

Aqui também vale nos questionarmos com Kowarick, que nos diz:

[...] é a partir de uma análise por dentro dos movimentos que se deve entender seus fluxos e refluxos, sua capacidade de invenção e articulação com outras forças sociais, em face de acontecimentos que se desenrolam no caminhar da luta, cujos resultados não estão, de antemão, estipulados por categorias analíticas que amarram os diversos agentes a uma trama histórica previamente estabelecida (KOWARICK, 2000, p. 72).

Se a formação é entendida como experiência para se viverem outras experiências, se ela serve como ampliação da capacidade de vivenciar novas experiências (CLOT, 2000), uma formação que não potencializa a atividade das pessoas envolvidas, só serve enquanto informação e até impede que haja experiências. Ou seja, não produz nada na vida das pessoas que dela participam.

Para analisar a formação, foi escolhido como foco o grupo “Mão na Massa”, parte do “Projeto Mão na Massa”, que funciona como um “projeto chapéu”, pois agrega as atividades de artesanato, fabricação de massa alimentícia caseira para macarrão e fabricação de remédios caseiros. Todas essas iniciativas são realizadas por mulheres da Comunidade do Município de Queimados, na Baixada Fluminense.

O trabalho iniciou, quando algumas mulheres⁸, que pediam alimentos na Igreja local, reuniram-se para desenvolver uma atividade de trabalho e renda. Essas mulheres montaram um projeto que visava produzir massa alimentícia caseira, que era vendida na própria comunidade local e cujo lucro era dividido igualmente entre elas. A exceção era Maria Valentina, Animadora Municipal e militante, que participou da formação ministrada pelo

⁸ A apresentação dessas mulheres será feita no capítulo 4 (Grupo Pesquisado), com iniciais de seus nomes, para não expor a vida dessas pessoas.

Centro Sociopolítico da Diocese e, tendo um vínculo empregatício, é liberada para este trabalho e outros no município de Queimados. O grupo guarda o valor que seria destinado a uma participante para o caixa do grupo.

O motivo principal da escolha desse grupo se deve ao fato de ser uma iniciativa autogestiva, que não se organiza para fazer um controle do Estado ou de apresentar demandas ao Estado. É um modo não formalizado de intervenção, uma forma de trabalhar autônoma. Com a análise desse projeto, estarei pondo em questão os processos de formação e uma concepção naturalizada de cidadania, pois atividades deste tipo são colocadas, pelos envolvidos nas propostas formativas da Diocese, como engajamentos menores, que não provocam mudanças na sociedade, já que só ajudaria a um grupo restrito de mulheres. Percebo que, analisando essa iniciativa, poderei estar valorizando maneiras de agir e viver que não se encaixam nos engajamentos esperados pelo Centro Sociopolítico.

Desejo trazer para o centro das atenções as experiências das mulheres envolvidas nesse projeto, pois elas servirão para outras experiências do Centro Sociopolítico. A intenção é a de poder utilizar a experiência do “Mão na Massa” como pistas para novas experiências no campo da formação e da formulação de novos projetos.

Pesquisando o que mudou na vida dessas mulheres, inclusive na de Valentina, após o início desse trabalho, podemos analisar de que modo a formação oferecida pela Diocese ajudou ou não na implementação dessa iniciativa. Interesse-me em evidenciar o que mudou no cotidiano dessas pessoas, que passaram de assujeitados pedintes a sujeitos produtores de algo em comum, que é de todas elas.

Será que houve mudanças em seus relacionamentos na família, na vida do bairro e na comunidade em geral? Esse trabalho repercute na vida das crianças, filhos e filhas dessas mulheres; na escola, por exemplo?

Estamos sempre buscando trançar os saberes científicos e os saberes práticos. Com este contato com o Grupo “Mão na Massa”, estarei levando a essas mulheres o meu movimento no curso de Mestrado acerca do trabalho delas. Sendo assim, todas nós poderemos estar interagindo nesse processo.

Desejo saber como era a vida deste grupo antes e depois de iniciado o trabalho de fabricação de massa. Para isso, trabalharei com as seguintes questões:

- Mudou alguma coisa na vida econômica das mulheres que participam desse grupo?
- Mudou alguma coisa na relação com a família e com a cidade?

Dizendo de outro modo, quero saber o que dessa prática pode ser um analisador da formação sociopolítica.

No início dos estudos no Mestrado, pensávamos em realizar uma oficina com as participantes do grupo “Mão na Massa”, pois entendíamos que, desta forma, poderíamos ter uma análise participativa dos envolvidos nas atividades e da própria pesquisadora.

Com a oficina, desejávamos analisar o processo que vem sendo vivido pelo grupo, ou seja, com ela, teríamos um campo de intervenção, onde se poderiam evidenciar tensões, impasses, soluções, desvios etc. Ao mesmo tempo, a oficina poderia deslanchar um processo de ampliação do sentido da tarefa, provocado com a entrada de novos interlocutores.

Para iniciar o trabalho de campo, foram então realizadas conversas com Valentina para viabilizar o processo. Nessas conversas, Valentina manifestou a dificuldade de se fazer uma oficina com as mulheres, pois “elas tinham uma vida muito corrida e era difícil reuni-las para o trabalho”. Sendo assim, vimos a possibilidade de fazermos entrevistas com cada uma delas.

Mas, ainda assim, Valentina considerava muito difícil entrar em contato com elas, pois, segundo ela, são mulheres que têm que lutar pela sobrevivência de suas famílias diariamente, moram em lugares distantes e não têm telefone em suas residências. Então, ela se ofereceu para fazer as entrevistas, o que foi uma surpresa, pois uma entrevistada se tornaria a entrevistadora e, sendo assim, uma pesquisadora. Na opinião de Valentina, só alguém que já viveu uma rotina semelhante, que mora na mesma vizinhança, conseguiria realizar a tarefa. E ela desejava muito “ajudar”. Valentina, então, aparece como um analisador espontâneo, que proporcionou uma mudança nos modelos já previstos.

Um analisador sempre é histórico. Diz-se que ele é construído quando intencionalmente é criado para determinado fim; e espontâneo ou natural, quando surge sem qualquer intencionalidade mas, assim mesmo, causa efeitos nos processos. Segundo Hess (s/d), “nunca um analisador tem tanta força como quando ele é natural”; o que lhe dá certa superioridade em relação ao analisador construído. Acompanhando Hess, penso que o analisador natural, por surpreender e surgir sem “pedir licença”, proporciona maiores e inesperados efeitos, que talvez não aconteçam a partir de um analisador construído.

Neste momento, apareceram as perguntas: será que é possível tomar Valentina como pesquisadora? Será que é acadêmico e científico? Então resolvi manter minha aposta na idéia de que um militante não obrigatoriamente precisa ter uma formação acadêmica, mas sim saber ver a realidade que o cerca e assim promover mudanças junto com outros. Essa aposta permitiria analisar minha implicação e poderia possibilitar que Valentina construísse um olhar diferente sobre o trabalho. Fui levada a perceber que esse desdobramento do trabalho de pesquisa teria como possibilidade gerar uma experiência que tocasse tanto a mim como à

Valentina, e a partir daí outras coisas poderiam estar aparecendo, coisas novas, do cotidiano do trabalho e da vida das pessoas envolvidas.

Concordo com Guillier (2003) que, citando Lourau, diz que “é preciso abrir ao máximo para os acontecimentos que aparecem e que garantem os DESVIOS, para o acaso dos encontros, para as associações”. E continua: “Alguma coisa que poderia não ter importância, mas que gera um desvio, e a pesquisa toma um outro rumo. Para fazer uma pesquisa é preciso se abstrair de sua racionalidade, da primeira questão que foi colocada”.

Foi isso que aconteceu conosco, um desvio, que nos proporcionou experimentar novos caminhos.

Achei, também, esse processo altamente subversivo, novo e aceitamos o desafio. Através de conversas, combinamos as perguntas a serem feitas nas entrevistas.

Foram formuladas, juntamente com Valentina, as seguintes questões a serem levantadas com as mulheres do “Mão na Massa”:

- Como era a vida antes? (na família, com os vizinhos, o que aconteceu com os filhos? Etc.).
- Como ficou a vida durante o processo de fazer massa?
- Como está a vida depois que “deram uma parada⁹”? O que está acontecendo agora? De onde estão tirando o dinheiro?
- Mudou alguma coisa na vida econômica das mulheres que participam?
- Mudou alguma coisa na relação com a família e com a cidade?

Valentina propôs que, para “treinar”, respondesse ela mesma às perguntas, e ficou muito bom. Logo após iniciou com as outras participantes. Desse modo, formamos uma equipe de pesquisa e foi realizado o trabalho de campo. Procurarei restituir essas entrevistas em um encontro com as mulheres participantes.

As entrevistas e a análise deste material, feita em diálogo com Valentina, compõem esse texto – a Dissertação. Junto com ele são apresentadas as histórias do Centro Sociopolítico.

Mas a pesquisa não acaba aí. Esse material deverá ser restituído ao Centro Sociopolítico, favorecendo a abertura a outros debates.

⁹ Como as condições de trabalho são muito difíceis, por não terem um espaço específico para a fabricação da massa (utilizam o salão paroquial da Igreja), resolveram dar uma parada e investir em atividades que pudessem gerar recursos para o término da construção da sala do grupo, que precisa de acabamentos finais.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

De caminho de passagem no tempo do Brasil-Colônia e Império, transformado, hoje, em periferia da Cidade do Rio de Janeiro; de espaço insalubre, alagadiço, rios assoreados e destruição ambiental, a insolúveis problemas de saneamento básico e despoluição da Baía da Guanabara; de epidemias recorrentes, sem respostas adequadas do poder público, como o cólera que, em meados do século XIX, dizima a antiga Vila Iguassu, e a dengue que hoje penaliza a população local; de depósito forçado de desalojados da cidade do Rio de Janeiro pela Reforma Pereira Passos nos inícios do século XX e generosa acolhida a migrantes de inúmeros recantos do Brasil em busca de trabalho e condições de vida; de espaço urbano inchado, sobretudo a partir dos anos 60, e precárias políticas públicas de assistência e de equipamentos urbanos (ALVES, 2003; SILVA, 2004); de espaço portador de um caldo cultural riquíssimo em contraste ao desenraizamento e abandono da sua população pelas elites locais; de práticas religiosas alienantes de igrejas fundamentalistas em contraste às de uma Igreja Popular esvaziada em busca da conscientização das classes populares etc.

É neste contexto que nasce a Diocese de Nova Iguaçu, que está sediada no município de Nova Iguaçu¹⁰, criada em 26 de março de 1960 pela **Bula Quandoquidem Verbis** do papa João XXIII. Os primeiros bispos foram D. Walmor Battú Wichrówiski (1960 - 1961), D. Honorato Piazero (1961 - 1966) e D. Adriano Mandarino Hypólito (1966 - 1995).

Nesta Diocese, observamos a existência de uma Igreja dita progressista em meio a uma instituição tradicional como é a Igreja Católica. Com a chegada, em 1966, de D. Adriano, que tinha uma grande sensibilidade em relação à situação opressora em que vivia o povo brasileiro no período da ditadura militar, a Diocese inicia uma atuação de combate a essa opressão. Como a Igreja não é monolítica, D. Adriano encontrou espaço para desenvolver suas idéias.

A repressão militar, principalmente após decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, reduz a participação popular a reivindicações isoladas. Nesse período, a Diocese de Nova Iguaçu, tendo à frente D. Adriano Hypólito, ao priorizar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), acaba exercendo um papel subsidiário importantíssimo frente à carência de movimentos sociais, à falta de espaço e à repressão (TAVARES, 2004, p.187).

Em 22 de setembro de 1976, D. Adriano foi seqüestrado por um grupo paramilitar e torturado na Vila Militar. Três Igrejas de Nova Iguaçu amanheceram pichadas contra o “bispo comunista” em 3 de novembro de 1979; uma bomba explodiu em dezembro de 1979 sob o

¹⁰ Encontra-se no anexo 6 um breve histórico deste município.

altar da Catedral; em 1981, casos de espancamento, violações de correspondência, visitas com interrogatórios estranhos, atingiram lideranças populares e da Igreja Católica (TAVARES, 2004, p. 187).

Aqui, percebemos que a tensão porque passava o povo brasileiro não estava presente somente na Igreja, mas em toda a sociedade.

2.1 O Bispo Dom Adriano Mandarino Hypólito

D. Adriano Mandarino Hypólito era visto por aqueles que com ele conviviam em Nova Iguaçu e muitos outros como um homem simples, humilde e enérgico, enraizado na realidade popular da complexa Baixada Fluminense. D. Adriano viveu, na carne, a experiência de centenas de brasileiros no pós-1964: o seqüestro, a prisão, as torturas, as humilhações. Apesar de ser uma pessoa pacífica, é sujeito de toda uma crônica de ameaças, infâmias, calúnias e difamações. Isso demonstra a implicação que D. Adriano tinha com a realidade vivida pelo povo. Ele se identificava com as dificuldades e possibilidades de Nova Iguaçu.

Qual a razão de tudo isso? Esse compromisso de D. Adriano com seu povo, esmagado, minuto a minuto, embora esperançoso, o que, aliás, motiva toda a sua caminhada, ela mesma, razão de tanto ódio e perseguição.

O “mergulho” de D. Adriano na Baixada começou em 1966, quando foi transferido de Salvador, Bahia, onde era bispo auxiliar, para a Diocese de Nova Iguaçu. Neste mesmo ano, D. Valdir Calheiros era transferido da Zona Sul do Rio de Janeiro para a cidade proletária de Volta Redonda¹¹.

O contato de D. Adriano com os pobres começou bem cedo - Nascido em Aracaju, a 18 de janeiro de 1918, fez sua educação básica, toda ela, como franciscano, da Província de Santo Antônio, com sede em Recife. Ginásio em João Pessoa, colégio em Rio Negro, Filosofia no convento de Olinda e Teologia no convento de São Francisco, em Salvador.

Ordenado em 18 de outubro de 1942, foi, por muitos anos, prefeito e professor no Seminário Franciscano de Ipuarana, em Campina Grande, Paraíba, exercendo, ao mesmo tempo, funções na sua ordem: definidor da Província, de 1952 a 1958, foi reeleito em 1961, quando também foi transferido para Salvador; mestre dos clérigos e redator da revista

¹¹ Este dado é importante pois D. Valdir, como D. Adriano, também é um bispo que se orienta pela Teologia da Libertação.

“Mensageiro da Fé”, de grande influência no Nordeste; ainda em 1961, foi Visitador Geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo.

A vida de D. Adriano pode ser vista como a de uma espiritualidade franciscana de amor aos pobres e de sacrifício por eles, como foi a vida de São Francisco de Assis. Dom Adriano era um homem que conseguia conciliar a luta política com o uso do hábito¹² franciscano, quando estava em casa, e a intensa vida de oração que tinha.

Frei Adriano foi nomeado bispo em 1962 pelo Papa João XXIII, Papa que lançou o Concílio Vaticano II (1962-1965) reformulando toda a vida da Igreja Católica, no mesmo ano da nomeação do seu confrade D. Aloísio Lorscheider, de D. Cândido Padim e D. Lamartine Soares¹³, de Recife. Também, no ano de 1962, começa em Roma, com a presença de quase todos os bispos brasileiros, o Concílio Vaticano II. Esse Concílio foi muito importante, pois a partir dele muitas mudanças foram realizadas na Igreja, tais como: a Missa passou a ser rezada na língua do país em que acontecia e não mais em latim; o excesso de imagens de santos diminuiu dentro das Igrejas; a Igreja começou a se preocupar com os pobres etc. D. Adriano participa como bispo-auxiliar de Salvador nas sessões conciliares de 1963, 1964 e 1965.

Em 1966, o papa Paulo VI¹⁴ nomeou D. Adriano Hypólito, bispo auxiliar de Salvador, como terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu. Ele tomou posse no dia seis de novembro e, neste mesmo ano, criou o Conselho Presbiteral¹⁵ da Diocese. Dois anos depois, D. Adriano introduziu o sistema de eleições diretas para o preenchimento dos cargos diocesanos. Ainda em 1968, foi criado o Movimento de Integração Comunitária (MIC)¹⁶ como primeira resposta possível aos problemas sociais da Baixada Fluminense e foram realizados os primeiros encontros diocesanos de Planejamento Pastoral, de Pastoral Catequética e de Pastoral Social. Em 1970, uma experiência inovadora acontece em Nova Iguaçu: as freiras da Congregação da Santa Cruz assumiram totalmente a coordenação do trabalho pastoral da Paróquia de Tinguá, como religiosas regentes de Paróquias.

¹² Nome dado às vestimentas que usam os membros de congregações religiosas.

¹³ Bispos identificados com a Teologia da Libertação.

¹⁴ Papa da mesma linha pastoral de João XXIII que o sucede e continua o trabalho do Concílio Vaticano II.

¹⁵ O nome presbiteral vem da palavra presbítero (padre). É um conselho de padres que ocupam cargos de coordenações dentro da Diocese juntamente com o bispo diocesano.

¹⁶ O Movimento de Integração Comunitária (MIC) foi criado em 1969, como primeira resposta possível aos problemas sociais da área da Diocese. O MIC era responsável pela coordenação da Pastoral Social (Boletim Diocesano de Nova Iguaçu em 01 de novembro de 1970). Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelo MIC foram os Clubes de Mães, que eram grupos de mulheres que aprendiam e ensinavam vários trabalhos manuais e que refletiam sobre cidadania (Boletim Diocesano de Nova Iguaçu em 01 de junho de 1971).

Foi neste contexto que a formação diocesana foi elaborada, observando a realidade em que a Diocese estava inserida; local, nacional e internacionalmente.

Em 1975, foi criado em Nova Iguaçu, com o apoio da Diocese, o Movimento Amigos de Bairro¹⁷, que terá grande influência na organização do movimento popular da Baixada Fluminense.

Dez anos depois de assumir a Igreja de Nova Iguaçu, D. Adriano é seqüestrado, torturado, abandonado e despido. De 22 de setembro de 1976, quando ocorreu o seqüestro, até hoje, ninguém foi oficialmente identificado ou processado pela violência, embora o jornal Movimento tenha denunciado o tenente-coronel José Ribamar Zamith¹⁸, do Exército, como responsável pelo atentado.

Mesmo com toda esta represália, D. Adriano não mudou sua atuação. Ele tinha uma característica de publicizar tudo o que acontecia: dava entrevistas a jornais e revistas e até mesmo suas pregações se transformavam em discursos políticos, ou melhor, em reflexões de fé e vida.

No início de 1977, foi escolhido como um dos representantes do episcopado brasileiro no Sínodo dos Bispos sobre catequese. Em maio, no domingo de Pentecostes, foi espalhada na Cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense uma edição falsa do jornal diocesano "A Folha", com o relatório de D. Sigaud acusando alguns bispos de "comunistas". Em 19 de junho de 1977, o comandante do I Exército determinou o cancelamento de uma conferência no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu, sobre Direitos Humanos.

Em 12 de fevereiro de 1978 através do Decreto 01/78, D. Adriano criou a Comissão de Justiça e Paz com a finalidade de *"defender os Direitos Humanos à luz da fé; considerando que se faz necessária uma entidade que assuma na Baixada Fluminense de maneira estável esta missão de defender a Justiça e a Paz, ..."* A tensão era constante e com a criação desta Comissão se fortaleceriam as forças de paz. O lançamento oficial da Comissão Justiça e Paz aconteceu durante a missa de abertura da Campanha da Fraternidade. A celebração teve ampla cobertura da imprensa. Assim noticiou o Jornal do Brasil: *lembrando que "o pecado atinge proporções escandalosas na nossa área (Baixada Fluminense)", D. Adriano, ao final da missa, disse que "não temos força militar, não temos força política, não temos força econômica, mas nossa força é Jesus Cristo". A História, disse ele, "são os homens que a fazem, não a força cega que nos esmaga". Afirmando aos fiéis que "somos sinal da*

¹⁷ O Movimento Amigos de Bairro é uma Federação de Associações de Bairros, que teve um papel decisivo na luta por saneamento básico, saúde e educação no município de Nova Iguaçu.

¹⁸ Conhecido membro do aparato de repressão.

esperança de Cristo”, o Bispo de Nova Iguaçu convidou a todos para que “com esse espírito de alegria e esperança” cantassem o Hino Nacional, que finalizou a celebração (Jornal do Brasil, 13.02.78).

Na assembléia da CNBB em abril de 1978, Dom Adriano foi eleito como um dos delegados à conferência de Puebla. Neste mesmo mês, a Comissão Justiça e Paz de Nova Iguaçu denunciava novas ameaças contra D. Adriano: “o bispo não aprendeu a lição” e por isso “receberia um castigo” ainda mais violento que da primeira vez. Essas ameaças geralmente vinham através de telefonemas anônimos à Diocese.

A caminhada prossegue em novembro de 1979: a Catedral de Santo Antônio e uma Igreja no Bairro da Prata, em Nova Iguaçu, apareceram pichadas com frases ofensivas a D. Adriano. Um mês depois, em 20 de dezembro, uma bomba conhecida como “trotil”, de uso exclusivo das Forças Armadas, explodiu no altar do Santíssimo Sacramento, na Igreja de Santo Antônio de Jacutinga (Catedral de Nova Iguaçu). O sacrário foi destruído. Dois dos três operários que estavam na igreja na hora da explosão ficaram feridos. Paralelamente, foi distribuído um manifesto contra o bispo e várias igrejas foram pichadas. No dia 30, pelo menos 10 mil pessoas participaram de uma procissão de desagravo a Jesus Cristo e de apoio a D. Adriano, ao lado de vários bispos.

Nada disso intimidou o bispo de Nova Iguaçu, em sua caminhada ao lado do povo da Baixada, o que mostrava que havia uma força de luta na sociedade que ele personificava.

Hoje, passados mais de dez anos de sua morte, D. Adriano continua sendo lembrado como presença profética¹⁹ na história da Igreja no Brasil.

¹⁹ Termo utilizado em situações em que surgem pessoas que denunciam injustiças e anunciam um outro modo de existência. É baseado nos profetas do Antigo Testamento da Bíblia.

CAPÍTULO 3- A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

A formação sociopolítica da Diocese só ganha relevância a partir da atuação de D. Adriano Hypólito, como vimos no capítulo II. Nos anos de ditadura, ele foi um forte defensor dos direitos humanos. Naquela época, através da Comissão de Justiça e Paz, lutava para defender os direitos, principalmente daqueles mais pobres e denunciar o Esquadrão da Morte com seu “mão branca”, que era o nome que se dava a todos aqueles que matavam os chamados perigosos²⁰. Mais tarde, em 06 de outubro de 1993, a Diocese criou o Centro Diocesano de Direitos Humanos.

O contexto em que nasceu o Centro Diocesano de Direitos Humanos foi o seguinte: Dom Adriano, sempre preocupado com a constante violação dos Direitos Humanos na Baixada Fluminense, tencionava realizar uma conferência sobre Direitos Humanos no Centro de Formação de Líderes. No dia 19 de junho de 1977, por determinação do Comandante do 1º Exército, foi cancelada a conferência, em que seria criada uma Comissão de Justiça e Paz na Diocese. No dia 18 de junho de 1977, pessoas, provavelmente do Exército e da Polícia, procuraram repetidas vezes o Centro de Formação sob os mais diversos pretextos e, no dia 19, cercaram e ocuparam dependências do Centro com verdadeiro aparato de guerra.

Finalmente, em 12 de fevereiro de 1978, foi criada a Comissão de Justiça e Paz, que tinha como finalidade defender os Direitos Humanos do povo da Baixada Fluminense. Esta Comissão trabalhou muito na defesa dos direitos dos mais pobres, em relação a conflitos de terra, problemas relacionados à habitação etc. Para dar continuidade a este mesmo trabalho, foi criado, então, o Centro de Direitos Humanos, que a partir daí absorveu e continuou o magnífico trabalho da Comissão de Justiça e Paz.

D. Adriano participou ativamente dos processos produzidos na Baixada Fluminense naquela época, principalmente com o advento da Teologia da Libertação, a criação e intensificação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), entre outros movimentos de resistência às situações de ditadura e marginalização das minorias e dos desfavorecidos.

É bom também ressaltar que, embora muito do que acontecia na Diocese fosse fruto da concepção de pastoral que tinha D. Adriano, o Brasil contava naquele momento com uma Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) muito participativa e que tinha à frente bispos como Dom José Maria Pires, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Evaristo Arns, Dom Valdir

²⁰ Nesta época, minha participação estava voltada para a Pastoral da Juventude, onde se discutia as questões políticas brasileiras e temas voltados às CEBs e muitos outros. Também participava das pastorais internas da Igreja.

Calheiros e muitos outros, que tinham uma visão do trabalho pastoral como atuação política, argumentando que se serve a Jesus Cristo na pessoa do necessitado, ou seja, do pobre.

É interessante ressaltarmos esses caminhos tomados num desvio das posições dominantes da Igreja, pois percebemos que a história não é estanque, paralisada. Ela é produzida por rupturas, acasos, ondas de potências, que, quando se juntam produzem coisas inimagináveis.

A formação sociopolítica da Diocese de Nova Iguaçu era uma constante na pastoral diocesana, pois tudo o que se pretendia ensinar na Diocese tinha essa marca de fé e vida: a Catequese, os Clubes de Mães, a Pastoral da Juventude etc. A Diocese funcionava desse jeito.

Foucault, em 1979, escreveu que um dispositivo poderia ser conceituado como “um tipo de formação (social) que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”. Essa definição conecta-se com o processo histórico das Comunidades em torno da Diocese de Nova Iguaçu. As demandas sociais, que partiam das necessidades cotidianas das pessoas que vivem nesse espaço comunitário, batem à porta da Diocese, cobrando um engajamento de seus agentes. Então, a partir dessas necessidades cotidianas, a formação ministrada tentava responder aos desafios da vida.

Muitas mudanças políticas que ocorreram em nosso país deveram-se, em parte, às atitudes de alguns membros do clero da Igreja Católica que tiveram uma atuação fortíssima contra o regime militar, contra as péssimas condições de vida do povo brasileiro etc. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram verdadeiros refúgios de vida em meio a tanta desgraça e morte. Lá se lia a Palavra de Deus e depois, a partir das conversas, que eram chamadas de partilha, definiam-se estratégias de sobrevivência em meio a uma vida tão dura como era a nossa na época da ditadura.

Era uma “onda” dentro da Igreja. Os participantes sentiam que não estavam sós, pois tinham a proteção divina e tudo o que acontecia na Baixada Fluminense ecoava por todo o Brasil através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Eram ações locais que faziam parte de um coletivo vibrante em busca de dias melhores.

Quando uma instituição hierárquica, como é a Igreja Católica, assume as lutas do povo, as verticalidades diminuem e a horizontalidade das relações, os sentimentos e os afetos podem fluir sem cristalizações. O resultado é alegria, troca, ânimo e coragem. O sentimento é de não estar só, mas fazendo parte de algo maior que o pessoal, que está no campo do coletivo, na aposta coletiva.

A Diocese de Nova Iguaçu sempre se baseou na Educação Popular. Como ressalta Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanisticamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2005, p. 77).

Em oposição a uma Educação do tipo Bancária, como também nos diz Freire:

Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 2005, p. 67).

Nessa concepção há um privilégio da consciência, como é bem ressaltado na citação de Freire. Assim, a Diocese monta uma estratégia de formação sociopolítica, em que o método de trabalho é o ver-julgar-agir, com uma formação voltada para a ação. Isso se deve a uma visão de que a participação ativa e o engajamento necessitam dar uma resposta para todas as dimensões das pessoas que participam. É uma concepção voltada para o exercício da política. É um dispositivo de formação dos próprios formadores. As pessoas saem dessa formação não tanto com o discurso sistematizado, mas com uma postura ética do fazer, ou seja, no diálogo com cada turma o conteúdo vai sendo construído.

Carvalho argumenta que:

Educação Popular é uma educação comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. É uma educação que não abre mão da autonomia e da densidade própria do político, de sua importância determinante para a mudança social que se quer mais profunda e duradoura (CARVALHO, 2000, p. 25).

Na perspectiva de Freire (1989, p.19), a “Educação Popular é um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Há estreita relação entre escola e vida política”.

Este conceito de Paulo Freire foi muito utilizado pela Diocese de Nova Iguaçu, em sua formação sociopolítica, nas várias atividades que promovia, tais como Clube de Mães, Pastoral de Juventude, Educação de Jovens e Adultos etc., ou seja, partia-se sempre da vida

das pessoas, de suas experiências em seus cotidianos e assim se trabalhava uma formação participativa. Tenta-se hoje seguir os mesmos princípios.

Contemporaneamente, outros autores vêm defendendo uma abordagem mais ampliada sobre a relação entre Educação Popular e realidade social. Paludo (2004), por exemplo, ao abordar os processos de análise da realidade (um dos instrumentos necessários ao processo da Educação Popular) argumenta que:

Ao que parece, o referencial, o parâmetro para a análise da realidade se deslocou do homem econômico, para o homem integral e para o conjunto integral das necessidades e direitos que possui. Estas necessidades, além de materiais, são de ordem também espiritual, afetivas, de reconhecimento, valorização, participação e não discriminações de qualquer ordem.

É acreditando que as mesmas pessoas que viviam em situações precárias, na região que compreende a Diocese, poderiam vir a ser cidadãos atuantes, é que se implementa uma formação sociopolítica que tenta dar conta dessa realidade, ajudando assim os seus membros a se engajarem nos movimentos populares, nos sindicatos, partidos etc., lutando por uma vida mais digna.

O conceito de cidadania é definido por Costa como a

[...] participação nas discussões, definições e decisões relativas à cidade (cada sociedade humana) – isto é, à vida pública e às políticas que regulam as condições do viver em cada sociedade histórica. Cidadania como exercício da democracia na construção continuada e na reposição crítica e criativa da sociedade – não só no exercício do voto (COSTA, 2000, p.20).

Considero que há um abuso desta noção. Hoje se utiliza o conceito de cidadania para qualquer coisa, se bem que se fala mais acerca dos direitos do consumidor do que de participação política. Cidadania é ter direito à vida, poder participar na invenção do cotidiano de todos nós.

Assim, nos primeiros anos, décadas de 70 e 80 do século passado, foram feitas semanas de formação, materiais de subsídio para a catequese, cartilhas de fé e política que ajudavam a conscientizar a população. Era uma formação mais generalizada. Cabe aqui entendermos que o termo conscientização, que a princípio traz um sentido de desqualificação de um saber acerca da existência daquela comunidade que já era produzido pelos seus membros; neste momento, traz, também e sobretudo, um sentido de se pensar aquela realidade coletivamente, discutir e produzir pistas de ação para a resolução dos problemas que surgiam

naquele espaço. Essa formação visava a um engajamento nas grandes frentes de luta por saneamento básico, transportes, saúde, educação etc.

Embora tendo objetivos que busquem a participação de todos, já podemos sinalizar alguns perigos desse modelo conscientizador, utilizado até os dias de hoje em nossa Diocese, em suas formações, pois ele sugere a necessidade de vanguardas, formação de lideranças e práticas de representatividade.

Segundo Petit e Soares:

O modelo conscientizador está atravessado por tamanha contradição: advoga uma relação dialógica, ao mesmo tempo em que defende a todo custo uma figura de autoridade/condutor das massas. É interessante ver como, apesar de todos os problemas percebidos desde há tantas décadas pelos envolvidos, sejam tão poucos os autores que proponham a superação desse modelo (PETIT e SOARES, 2000, p.12).

Rocha (1997, p. 21) nos alerta para o risco das propostas de formação de lideranças, quando diz: “A prática de liderança reafirma e reforça a gestão individual e não contribui, nem na teoria e nem na prática, para a emergência e fortalecimento de sujeitos coletivos”.

Comentando as afirmativas de Rocha, Petit e Soares dizem que:

Para ela, o fato de se atribuir a responsabilidade da gestão dos movimentos e dos processos da Educação Popular a líderes, e não a colegiados pode estar contribuindo para uma relação de dependência entre lideranças e bases, dificultando conseqüentemente, uma participação efetiva do coletivo na tomada de decisões (ROCHA, PETIT e SOARES, 2000, p.21).

Concordo com essas autoras, pois observamos na Diocese que, embora haja alguns trabalhos e atividades voltadas para a participação de todo o grupo, ainda se percebe a grande valorização do líder. Isso influencia bastante na atividade grupal, pois, quando o mesmo deixa o trabalho por algum motivo, o grupo fica perdido e, muitas vezes a atividade é interrompida.

3.1 Histórico da formação sociopolítica

Após trabalhar, durante a ditadura militar, nos anos 70 e 80 da década passada, no despertar da “consciência popular” através de uma educação popular informal e desarticulada

junto às Comunidades Eclesiais de Base, pastorais sociais etc., a Diocese de Nova Iguaçu²¹, ainda tendo Dom Adriano Hypólito à frente, decidiu investir numa formação política popular para além da mera conscientização.

Tratava-se de uma intervenção em um novo contexto, em que, a partir do final dos anos 80 e, sobretudo, início dos anos 90, a onda mundial neoliberal de esvaziamento e desobrigação social do Estado chega ao Brasil. Contexto em que a lógica do mercado passa a tomar conta das relações humanas e do imaginário social; em que a competição e o acirramento da mercantilização das relações acabam por transformar o próprio homem em mera mercadoria, por exacerbar o individualismo e esvaziar o sentido da ação coletiva; em que o discurso do “fim da história” acaba por borrar qualquer perspectiva de utopia.

Neste contexto, a Igreja Popular de Nova Iguaçu percebeu como insuficiente para a transformação social o trabalho de educação popular até então desenvolvido. Ficava patente, para ela, a dificuldade para a emergência de sujeitos políticos autônomos e de novo tipo neste espaço político. A Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, por exemplo, que, desde meados dos anos 70, lutava pelo estabelecimento de mecanismos de negociações diretas com o executivo municipal, as “audiências públicas” como forma de barrar a prática clientelista estabelecida nas relações políticas locais, viu frustrada sua tentativa, com a retomada da prática de cooptação política de lideranças de origem popular, sobretudo, a partir da abertura política e do estabelecimento da Nova República, em 1985 (SILVA, 1994 e 2004).

Desafiada a adensar sua intervenção a partir da relação “fé e vida”, decidiu investir numa formação política sistemática e permanente de seus agentes e educadores populares para propiciar a emergência de novos personagens no cenário político local e prepará-los para intervirem nas políticas públicas locais (SILVA, 2003a).

Motivada pela pergunta estratégica “que Baixada Fluminense queremos daqui a 10 anos?”, a Diocese desenvolveu, a partir de 1995, o Projeto de Formação Social destinado a lideranças de origem da Igreja. São objetivos deste projeto: estimular nos agentes sociais a consciência dos direitos do povo e reforçar a sua participação efetiva na transformação social... e capaz de responder aos novos desafios; propiciar oportunidades de confrontar suas experiências, aprofundar os conhecimentos necessários ao enfrentamento das situações novas.²²

²¹ A Diocese de Nova Iguaçu - Igreja Católica - abrange 7 municípios, totalizando, em 2000, uma população de 1.747.728 hab. assim distribuída: Belford Roxo – 433.120 hab.; Japeri – 83.577 hab.; Mesquita 164.879 hab.; Nilópolis – 153.572 hab.; Nova Iguaçu – 750.487 hab.; Paracambi – 40.412 hab.; Queimados – 121.681 hab. (Fonte IBGE - Contagem Populacional 2000).

²² Diocese de N. Iguaçu. *Projeto de Formação para o Exercício da Cidadania*. 22 de maio de 1998, p. 2.

É, portanto, neste contexto, de uma formação social sistemática, visando à formação de lideranças, que nasceu o *Curso de Formação Social*. A proposta inicial desta formação foi feita em 30 de junho de 1994 pela Diocese à Misereor²³. As bases dessa proposta foram levantadas, a partir da formulação do Documento Final do Sínodo Diocesano, em 16 de abril de 1992. Neste documento, ressaltava-se a situação da realidade do povo da Baixada Fluminense nos seguintes aspectos:

- De marginalização crescente;
- De empobrecimento;
- De desvalorização da qualidade de vida e
- De destruição dos valores humanos, ficando-lhe como “tábua de salvação”: corrupção, marginalidade, sonhos, misticismo e fuga para as seitas²⁴.

Para planejar a execução deste projeto, foi realizado um seminário que pretendia fazer uma análise da conjuntura pastoral e social na área da Diocese.

A partir do seminário foi iniciado o processo de constituição dos grupos temáticos para a formação propriamente dita, que duraria dois anos. Esse processo foi muito importante e interessante. Formaram-se, então, três grupos de mais de cem pessoas cada. Estudavam um fim de semana por mês, durante dois anos, em que conviviam, faziam as refeições juntos etc. Isso propiciava um clima de fraternidade muito importante na perseverança em relação à frequência e aquisição dos conteúdos que eram bastante variados e dinâmicos.

O impasse se deu quando tivemos que partir para a ação, ou seja, depois de terminado o curso, precisávamos nos separar de nossos centros de estudo, pois, na inscrição, podíamos escolher para aonde queríamos ir, independentes de que município da Diocese éramos, e depois precisávamos nos organizar nos municípios onde atuávamos.

As perguntas que nos sobrevinham eram: e agora, o que fazer? Como repassar os conteúdos que aprendemos durante os dois anos? Que prioridades de trabalho escolher? Quem irá permanecer? Com que padres contar? E muitas outras questões.

Foi um momento muito difícil, esse da passagem, mas conseguimos ultrapassar e continuar em nossa aposta coletiva.

Os projetos mantidos pela Misereor têm duração de um triênio²⁵. Por isso, para continuar o trabalho, precisamos enviar o pedido de um novo projeto, o qual foi aceito²⁶.

²³ Entidade católica alemã que mantém há anos projetos na Diocese de Nova Iguaçu.

²⁴ A descrição do primeiro projeto encontra-se no anexo 1.

²⁵ A Misereor é uma entidade financiadora alemã, que mantém projetos há mais de 20 anos na Diocese de Nova Iguaçu. Esses projetos, geralmente, duram um triênio e podem ou não ser renovados.

²⁶ Este seria o segundo projeto e os objetivos do mesmo se encontram no anexo 2.

Neste projeto, os participantes do já então Projeto de Formação Social elaboraram, em suas respectivas cidades, uma proposta de atuação que iria requerer a contribuição de um maior número de agentes qualificados, para que fosse possível levar a cabo as linhas de ação previstas. Com base nessas necessidades concretas, seria montada, em cada cidade, uma seqüência de cursos de formação de curta duração, de forma a qualificar os agentes que iriam se incorporar às estratégias de intervenção pretendidas. Embora se dependesse da escolha dos participantes nos municípios, já se tinham temáticas consensuais, tais como:

- Emprego;
- Poder e Política Local;
- Educação;
- Saúde;
- Habitação.

Assim sendo, o trabalho iniciou intensamente nos municípios e começamos a conversar, em encontros mensais, para escolher as nossas prioridades. Foi utilizada uma metodologia participativa, de planejamento estratégico, e cada município contava com um ou dois assessores que acompanhavam o processo no decorrer dos encontros. Elegemos um Animador Municipal, que é uma pessoa que coordena o trabalho e recebe uma ajuda de custo do projeto para exercer suas atividades.

As prioridades escolhidas foram as seguintes:

Belford Roxo escolheu saúde, educação e política; Japeri, Queimados e Paracambi escolheram trabalho e renda; Nilópolis escolheu meio ambiente e Nova Iguaçu, política. Mesquita ainda não tinha sido emancipada, por isso ainda pertencia a Nova Iguaçu.

Foram montados os cursos em cada município, com seus respectivos temas e depois deles iniciamos o trabalho concreto.

Alguns municípios conseguiram efetivar seus trabalhos; outros, não. Belford Roxo conseguiu reativar o Conselho Comunitário de Saúde e passar a atuar no Conselho Municipal de Saúde e em convocações de reuniões junto à Secretaria Municipal de Saúde. Queimados fundou um grupo chamado “Mão na Massa”, com mulheres que pediam alimentos na Igreja, e estão fazendo a massa, vendendo e partilhando os lucros entre si. Nova Iguaçu se dedicou a atuar nos vários espaços de decisão política no município. Paracambi e Japeri não conseguiram firmar uma atuação e Nilópolis também não, pois queriam trabalhar com reciclagem de lixo, mas o município não contava com terrenos para isso.

Os grupos municipais, que articulam as atividades, inclusive as citadas acima, são intitulados Grupos de Fé e Compromisso, e são responsáveis por todo o trabalho de formação

política que acontece nas Comunidades, como encontros utilizando cartilhas de formação política, cursos de formação política etc. Há reuniões mensais com os Animadores Municipais em que o trabalho é compartilhado com os outros grupos.

Passada essa fase, as demandas começaram a mudar, no tocante a termos formação para atuarmos em políticas públicas, no acompanhamento ao Legislativo Municipal e na formação de quadros para atuar no Executivo e para se candidatarem à vereança. Essa também foi uma sugestão de nossa entidade mantenedora Misereor, que através da visita de um representante, nos alertava para a formação de quadros em políticas públicas, para atuar no Executivo e no Legislativo.

Foi dessa forma que colocamos em prática cursos mais específicos, o que pode ser observado no terceiro projeto²⁷.

Antes de falarmos do próximo projeto é necessário relatar, como foi criado e com que objetivos, o Centro Sociopolítico da Diocese.

3.2 Organização e Estrutura do Centro Sociopolítico

Em meio à execução do Segundo Projeto de Formação Social, foi inaugurado o Centro Sociopolítico (CSp), em 17 de março de 2001, marcando um salto de qualidade a partir da experiência acumulada pela Diocese através do Curso de Formação Social, primeiro e segundo projetos, em oferecer aos cristãos uma formação sócio-política-pastoral permanente. O Centro Sociopolítico é um organismo da Diocese de Nova Iguaçu que está sediado nas instalações da Cáritas Diocesana²⁸. Sua missão é “a formação sociopolítica do laicato, fundamentado na mística de uma espiritualidade solidária, libertadora e transformadora. Com o objetivo de apoiar e fortalecer, o CSp auxilia a sociedade civil no controle social e execução das políticas públicas”²⁹.

No momento, os temas fortes do trabalho do CSp são a transparência pública e o controle social, como por exemplo, o trabalho junto aos Conselhos Municipais e Comitês Populares de Acompanhamento às Câmaras de Vereadores.

O CSp nasce de uma formação sistemática, articulada às exigências sociais e políticas de transformação da realidade da Baixada Fluminense, realidade esta marcada por exclusão social em todos os níveis das Políticas Públicas.

²⁷ Está detalhado no anexo 3.

²⁸ Organismo da Igreja Católica que cuida da dimensão social.

²⁹ Folheto do CSp.

Princípios

O Centro foi proposto como um espaço de articulação constante de formação, pesquisa, informação e documentação. Temos objetivos pontuais, dos quais não abrimos mão como a formação política, uma formação pedagógico-metodológica e assessoria às demandas das Paróquias, movimentos e grupos. Contudo, não somos um Centro pronto, no sentido de não necessitarmos da participação das pessoas. Queremos ser um Centro participativo, na medida que as pessoas encontrem, neste espaço, apoio humano e material a uma formação continuada.

Deseja-se ser um *Polo Irradiador*, atento ao que acontece no Brasil e no mundo, recebendo, estudando e socializando as informações, contribuindo dessa forma para o acesso de qualidade da informação às lideranças e movimentos.

As decisões são tomadas a partir do coletivo, em que se faz prestação de contas, avaliação, novas diretrizes etc.

Listo a seguir as principais intervenções do Centro Sociopolítico.

Perfil das Intervenções e Programas do Centro Sociopolítico³⁰

I – Formação sociopolítica dos Cristãos, através de:

- Cursos Sistemáticos de Formação Política.
- Cursos Sistemáticos de Formação Metodológica.
- Cursos de Formação Social, de acordo com as demandas da Diocese e de grupos específicos.
- Encontros Mensais de Formação Política.

II – Produção de Pesquisas:

- Levantamentos a partir das necessidades de atuação sociopolítica na Diocese.

III – Socializar e Encaminhar Informações pertinentes à realidade sociopolítica da Baixada Fluminense em particular, do Brasil e do Mundo:

- Produção de Subsídios à Diocese e Grupos Específicos.
- Publicação de um Boletim Bimestral, a respeito do que está acontecendo nos municípios, iniciativas na linha das Pastorais Sociais, divulgação dos subsídios e documentação disponíveis no Centro.

³⁰ Retirado de documentos internos do Centro Sociopolítico.

- Página no Portal da Diocese, com os subsídios produzidos para e através dos cursos sistemáticos de formação; textos produzidos pela assessoria permanente e vinculados por outras instâncias; relação da biblioteca e videoteca, para empréstimo às Comunidades.

IV – Documentação que possibilite subsidiar os movimentos:

- Biblioteca: materiais selecionados disponibilizados para os cursistas no Centro, formando um acervo popular.
- Videoteca.
- Recortes de jornais.

O terceiro projeto de formação social foi delimitado em ações que acontecem no Centro Sociopolítico da Diocese, que é o nosso pólo agregador, e ações que acontecem diretamente nos municípios.

3.3 Novos Rumos da Formação Sociopolítica

As atividades relatadas nos três projetos formam o conjunto da formação até aqui ministrada. Agora passaremos a comentar as mudanças que foram se dando ao longo desta formação.

No momento atual, o Centro Sociopolítico define como prioridade a formação de munícipes capazes de atuar impulsionando a implantação de políticas públicas mais eficazes, considerada uma necessidade inquestionável. Seguindo esta forma de pensar, a formação toma um cunho diferenciado. A proposta é partir da experiência da atuação dos agentes sociais em vários lugares e potencializar a prática já realizada, fortalecendo-a através de conteúdos, troca de experiências e análise constante dessas práticas e da conjuntura atual. Observamos, neste modo de funcionar, a crença central no Estado Democrático de Direito, para o qual devemos demandar políticas públicas. Acho que isso é feito sem uma devida visão crítica, mas interfere bastante na condução das atividades promovidas.

Um dispositivo pedagógico, comunitário, religioso, voltado para a educação popular, que pretende produzir subjetividades engajadas nos movimentos sociais, precisa, diante das transformações produzidas neste espaço de atuação, também ser analisado. Discutimos, aqui, se o dispositivo “formação sociopolítica” pode ser um analisador, ou seja, analisar quando este dispositivo produz formas cristalizadas, quando produz processos instituintes etc.

Já podemos acenar que a formação sociopolítica é e não é analisadora, pois há várias nuances que a atravessam. Poderíamos dizer que, quando a Diocese programa uma formação que potencializa o engajamento no social, há um dispositivo analisador construído, pois questiona-se a própria Igreja em sua forma tradicional de se comportar, como também o poder público que é convocado a dar uma resposta às solicitações das Comunidades. No Brasil, a Igreja, com a Teologia da Libertação, muda sua atuação de ser, somente, uma administradora de Sacramentos, para entender sua missão como política. Porém, há momentos de cristalização, pois são realizados muitos trabalhos ditos alternativos, na área da educação e da saúde, por exemplo. Só que, de uns tempos para cá, esperamos que os grupos que realizam esses trabalhos criem estratégias de demandas de políticas públicas ao poder público.

Demandar políticas públicas ao governo é um direito de cidadania, pois ele foi constituído para isso. Mas, muitas vezes, essa demanda a um poder transcendente do Estado³¹ gera muita frustração, pois o mesmo não responde e ficamos com a impressão de que só existimos para demandar coisas ao Estado, e isso não é verdade. Existimos e fazemos movimentos para fazer fluir a vida em seus mais variados aspectos, e se o Estado não faz o que ele próprio afirma que deveria fazer, nós fazemos, porque queremos viver. Sendo assim, pensamos ser viável reivindicar políticas públicas, mas não cabe ficarmos presos a isso, pois estes dispositivos são limitados, insuficientes, não dão conta. Há sempre o que inventar³².

Um outro problema que se enfrenta hoje é que, após a aposentadoria de D. Adriano, que ocorreu em 1995³³, a Diocese passou por mudanças. Com a vinda de um novo bispo e com a onda de um novo bispado na CNBB, voltado muito mais para o interior da pastoral com seus Sacramentos, as coisas começaram a ficar difíceis e aqueles sentimentos de coletivo e de pertença começam a ser substituídos pelo de resistência, dentro da própria Igreja.

Vemos, então, que a Igreja não é uniforme, existem várias forças dentro de uma mesma instituição. Segundo Guattari, não devemos analisar a Igreja desde um modelo que se baseia numa duplicidade, como conservadora ou progressista. Numa entrevista, falando da Igreja Católica no Brasil, ele afirma:

Mas é exatamente essa noção de duplicidade que devia ser mudada: devia-se falar de triplicidade, quadruplicidade, multiplicidade. Por um lado, há a política do episcopado – que aliás também não é homogênea; há a política de todos os níveis da hierarquia católica; há a posição dos praticantes do

³¹ Expressão utilizada pela professora Cecília Coimbra em aula no Mestrado de Psicologia da UFF, onde ela questiona a crença no Estado Democrático de Direito.

³² No próximo capítulo, discutiremos esta questão.

³³ Os bispos quando fazem 75 anos têm que se aposentar, porém podem solicitar à Igreja de Roma (Vaticano) uma prorrogação de mais 05 anos, até completarem 80 anos. D. Adriano que não legislava em causa própria, não fez uso dessa possibilidade.

Catolicismo no campo, em diferentes lugares, em setores urbanos, agrários. Sem dúvida, as posições não são decididas de modo maniqueísta. Sem dúvida, posições tomadas hoje podem mudar bruscamente. No momento, a Igreja está caminhando junto com o movimento progressista; mas essa caminhada pode se romper bruscamente no dia em que o clero compreender a gravidade das consequências disso (GUATTARI, 2005, pp.179 e 200).

Como se diz no meio religioso, parece que Guattari estava profetizando, pois o que hoje vemos são poucas iniciativas da Igreja Católica no campo pseudamente despolitizado. Vemos uma atuação nas questões voltadas para o campo da moral, mas em relação a um movimento ético-político pouco observamos.

Para auxiliar na análise do que hoje ocorre, desejamos lançar mão do conceito de implicação. Este conceito nos chama a atenção para o fato de que sempre estaremos implicados nos processos, conscientes ou não desse fato, visto que não há neutralidade ao se fazer uma análise, sempre estaremos lá com nossas implicações.

Segundo Lourau:

A implicação deseja pôr fim às ilusões e imposturas da “neutralidade” analítica, herdadas da psicanálise e, de modo mais geral, de um cientificismo ultrapassado, esquecido de que, para o “novo espírito científico”, o observador já está implicado no campo da observação, de que sua intervenção modifica o objeto de estudo, transforma-o. Mesmo quando o esquece, o analista é sempre, pelo simples fato de sua presença, um elemento do campo (LOURAU, 2004, pp. 82 e 83).

Numa outra passagem, Lourau (2004, p.186) nos chama a atenção para o perigo de desvirtuarmos o sentido da noção de implicação e a confundirmos com “compromisso, participação, investimento afetivo, motivação etc.”. Isso acaba por gerar juízo de valor, em que começamos a questionar quem está mais implicado, mais envolvido e assim por diante. Essa discussão remete ao que Lourau chama de sobreimplicação que gera produção de mais-valia, cansaço etc. Há uma sobrecarga, mas, por isso mesmo, não há análise de implicações.

Já analisando o trabalho desenvolvido pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, observamos que a equipe tem que ser especialista em Conselhos Municipais, Políticas Públicas, Comitês de Acompanhamento aos Legislativos Municipais e assim por diante. Isso tem gerado muito estresse entre os componentes do grupo, cobranças e até desentendimentos. Acabamos, às vezes, por procurar quem é o “culpado” por esse estado de coisas e, no fundo, não analisamos o real problema pelo qual estamos passando. As pessoas estão super

envolvidas no trabalho e sem capacidade de análise. Há um super engajamento das lideranças. Os militantes estão sobreimplicados.

Lourau (2004, p.190) continua dizendo: “a implicação é um nó de relações; não é ‘boa’ (uso voluntarista) nem ‘má’ (uso jurídico-policialesco). O útil ou o necessário para a ética da pesquisa é a análise dessa implicação”.

Lourau, por ocasião de sua vinda à UERJ, fala que o uso do diário de pesquisa talvez possa nos

auxiliar em produzir um outro tipo de intelectual: não mais o orgânico (ou de partido), de Gramsci; nem o engajado, de Sartre (que, muitas vezes, parece esquecer de analisar as implicações de seu “engajamento”); mas o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises) (LOURAU, 1993, p.85).

E mais à frente ressalta: “penso ser isso o que podem fazer os intelectuais: interessar-se apaixonadamente pela contradição, ao invés de ‘levar o povo’ a verdade universal” (LOURAU, 1993, p.85).

Relacionando com a situação atual da Igreja Católica, podemos perceber que falar aí de política em tempos passados, não era fácil, mas agora se torna mais difícil, pois uma onda intimista³⁴ se abateu sobre a Igreja. Sendo assim, a militância política de base começa a sentir-se desprotegida da “Mãe Igreja” e até mesmo, muitas vezes, em oposição a ela. Tem-se um ambiente de falta de questionamentos em que “a verdade universal” está acima de toda e qualquer análise da vida.

Costumo dizer que fazemos parte de um grupo de resistência que, apesar das mudanças na Igreja, permanece lutando por interpretar a fé como engajamento militante e não somente como atividades pastorais, de orações, catequese, liturgia etc.

Foucault (1995, p. 234) nos convida a “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida”. Para definir a noção de resistência, buscamos auxílio em Heckert:

Práticas de resistência são aquelas que não apenas atendem ao prescrito, ao designado, ao já esperado, mas que no seu fazer esboçam outros modos de ação. Tais modos, muitas vezes imprevisíveis, são possíveis de serem programados e funcionam como foco irradiador que se conectam a outras práticas (HECKERT, 2004, p. 27).

³⁴ Sob forte influência da Renovação Carismática Católica, muitos membros da Igreja estão se voltando a um exercício da fé voltado mais à oração e louvação, em detrimento de um engajamento social.

Trata-se de pensar as práticas de resistência como raridades, como formas inusitadas de se produzir história, como outros e novos modos de fazê-la e vivê-la.

Desse modo, de acordo com Heckert, as resistências incitam o exercício das relações de poder e as têm como foco.

[...] as resistências se fabricam no plural e são constitutivas nos modos de invenção de si. [...] vem de onde menos se espera; tem a potência de atravessar instituições e organizações, interrogando seus modos de funcionamento ou ainda, fabricando outros sentidos. [...] linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação e conservação da vida (HECKERT, 2004, pp. 42 e 43).

A Igreja exerce um poder pastoral. “Este tipo de poder antes exercido pela Igreja, hoje é a matriz do poder do Estado que tenta abarcar tanto a dimensão individualizante quanto totalizadora. O Estado é a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral” (FOUCAULT, 1995, pp. 236 e 237).

Foucault continua dizendo:

O cristianismo é a única religião a se organizar como uma Igreja. E como tal, postula o princípio de que certos indivíduos podem, por sua qualidade religiosa, servir aos outros não como príncipes, magistrados, profetas, adivinhos, benfeitores e educadores, mas como pastores. Contudo, esta palavra designa uma forma muito específica de poder (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Como a Igreja mesma é uma instituição, pode ser entendida como um efeito das relações de poder. Há um poder “oculto” dentro da Igreja, pois esperamos que os padres e alguns outros dentro dela sirvam ao povo como pastores e que, sendo assim, se sacrifiquem pelo seu rebanho. Mas a noção de pastor também é aquela de guia, daquele que indica o caminho ao rebanho. Isso gera uma relação hierárquica que cria tensionamentos na discussão democrática nos espaços da Igreja, pois esperamos que o padre dê a palavra final sobre as questões em debate. Isso se torna ainda pior quando o mesmo não apóia as iniciativas ou até afirma que apóia, mas não faz nada para que se instaurem de fato novas relações, relações democráticas; pelo contrário, deixa que iniciativas “morram à míngua”. Isso pode ocorrer, é claro, dentro de uma estrutura hierárquica como é a Igreja Católica, o que seria diferente em outros espaços. Sendo assim, é importante levarmos isso em consideração.

Hoje, a formação sociopolítica é influenciada basicamente por três linhas de relações: com a entidade mantenedora Misereor que nos solicita que criemos intervenções em políticas

públicas, pois crê no Estado Democrático de Direito, e entende que, no Brasil, vivemos em uma democracia; com a própria Igreja Católica, que aderiu a uma linha mais intimista, de preocupação com os ritos e a moral, muito representada pela RCC (Renovação Carismática Católica); e com as Bases que são os membros da Diocese e que, realmente, sentem na pele o que é fazer intervenção em seu cotidiano.

Sendo assim, será preciso analisar essas influências nesta pesquisa a qual me proponho.

3.4 Crença no Estado Democrático no Mundo Neoliberal Globalizado

Analisando a formação sociopolítica da Diocese de Nova Iguaçu, é importante discutir vários aspectos, apresentados a seguir.

Será que, no capitalismo de modelo neoliberal, é possível alguma saída realmente democrática, com uma participação popular, pela via do Estado? Perguntamos isso na intenção de pôr em análise algumas questões. De um lado, a entidade mantenedora (Misereor – entidade alemã) que sustenta o projeto de formação sociopolítica diocesano nos exige intervenção nas políticas públicas e, de outro, há a realidade dos executivos e legislativos municipais que trabalham sob a égide do clientelismo, nepotismo, corrupção etc., seguindo a lógica do Estado Mínimo Social Neoliberal, ou seja, um Estado que não assume de fato a responsabilidade exigida na Constituição Federal, em que está escrito que é dever do Estado a saúde, a educação etc. de toda a população.

Uma outra questão que se apresenta é a crise porque passam os movimentos populares a partir do início da década de 90. Nos anos 80, a “onda” de participação gerou muitos frutos, não tanto no sentido de conquistas imediatas, mas também na noção de que o povo, categoria ou qualquer cidadão, tem o direito de participar das questões que lhes dizem respeito. Hoje falamos muito que o processo coletivo como busca de resolução de problemas acabou e que as utopias foram derrubadas.

Essa suposta crise precisa ser analisada, pois alguns movimentos, como os ecológicos, não estão em crise. Os movimentos não são organizações estruturadas; assim sendo, têm fluxos e refluxos, mas não há dúvida de que a desmobilização é geral, há descrença na eficácia da sua organização e a participação nos movimentos é mínima. Talvez precisemos buscar dentro e fora dos próprios movimentos as razões da crise.

Segundo Gohn (2005), uma das razões é que ao longo dos anos 80 os movimentos populares não desenvolveram projetos políticos próprios, independentes e autônomos. A

maioria esteve dependente de assessorias externas e foi conduzida por projetos de outras instituições, principalmente, de alguns partidos políticos e de certas alas da Igreja Católica.

Após o processo constituinte, a maioria dos movimentos desmobilizou-se. Algumas lideranças passaram a lutar mais nas fileiras dos partidos, ou por cargos nas administrações públicas. Na Diocese de Nova Iguaçu, nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, onde foram eleitos dois prefeitos do PT (Partido dos Trabalhadores), muitos militantes foram convidados para trabalhar nesses governos. É claro que, quando um governo dito popular se estabelece, precisa de pessoas que estão na militância para compor os seus quadros, mas o que vemos é que esta participação, muitas vezes, diminui o raio de ação dessas pessoas, pois acabam se afastando do movimento popular.

Segundo Monteiro *et all*:

Há uma ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira. Persiste aí a idéia de representação: vanguardas, salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior por que oriundos do lugar de dominados.

O que fica obliterado por este esquema de entendimento é a idéia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-las na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Pela impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado. Estas ‘Ilusões Re’³⁵ encontram-se hoje presentes em muitas áreas de intervenção: no campo da educação, saúde, justiça etc. (MONTEIRO *et all*, 2005, p. 10).

Penso também que governos ditos de esquerda, ao chegarem ao poder, convidam para compor seus quadros pessoas do movimento social, que fazem parte de uma determinada concepção de política, mas isso precisa ser levado em conta quando analisamos o enfraquecimento dos movimentos, pois os militantes, geralmente, têm a noção de que entrando nos governos poderão, enfim, realizar as mudanças pelas quais sempre lutaram. Só que não percebem que a máquina desses governos é emperrada e não depende apenas de uma única pessoa para fazermos as mudanças, pois há que se inventar novas formas de governar. Parece, então, que há um engodo, pois o que desejamos não é possível de se realizar com a máquina do jeito que ela está. Isso gera militantes sobreimplicados, que existem na Igreja, mas também nas demais formas de inserção nos movimentos.

Golin (2005) também dá sua contribuição para a análise desse processo quando diz:

Muitos atores migraram do movimento social para os quadros do Estado. Muitos movimentos foram assimilados pelo atual governo. Nesta nova conjuntura, a relação entre Estado e movimento ficou muito próxima, o que vem comprometendo e colocando em risco o papel político de atores sociais. Muitas das representações de movimento social estão permeadas pelo interesse de partidos políticos e grupos; o critério para as representações junto ao Estado e no próprio movimento se dá pelo local político ao qual estes(as) “representantes” estão vinculados(as).

Continuando com a discussão comenta:

A razão de ser do movimento social, na atual conjuntura política, tem trazido uma confusão de papéis para a vida pública. O movimento social está comprometendo seu verdadeiro objetivo de fiscalizador do Estado. Os interesses coletivos acabam ficando em segundo plano e os privados, de grupos, acabam privatizando o bem-público, comprometendo a própria democracia.

Concordo, em parte, com Golin, pois a idéia de que o movimento popular tem como finalidade principal fiscalizar o Estado é muito reducionista. Os movimentos sociais têm várias atuações que não dizem respeito diretamente a este objetivo de ser fiscalizador. Parece que a grande tarefa dos movimentos é de criarem novos modos de inserção no mundo, novos modos de ser.

Porém, a tendência de se trabalhar em governos municipais, é observada no momento na Diocese, pois vários militantes migraram para os governos municipais, o que tem trazido um esvaziamento de lideranças, gerando um enfraquecimento nos movimentos populares.

Um outro problema é a nossa forma de democracia, que passa pela representação social, que está cada vez mais obsoleta para as mudanças que desejamos. Temos visto que este tipo de democracia é boa para manter a situação, mas inadequada para fazer as mudanças, realmente, necessárias que responderiam às demandas fundamentais do povo. Parece que elegendo alguém “confiável”, “nosso” não se precisa fazer mais nada, pois ele fará tudo, será o representante da população.

Em relação à Igreja, também, temos a realidade do clero latino-americano, que passou a receber pressões de Roma levando a ala progressista da Igreja Católica a retroceder. As pressões se traduzem em nomeações de bispos que não vêm com bons olhos a Teologia da Libertação.

³⁵ “Ilusões Re” é um termo utilizado por Vera Malaguti Batista em palestra sobre “Sistema Prisional no Rio de Janeiro” realizada no CRP/RJ em outubro de 2005.

Observamos, também, que as verbas internacionais, oriundas das agências de apoio, escassearam. Surgiram outras frentes para os investimentos nos países centrais, no leste europeu, Ásia e África. Somente os grupos mais bem estruturados, com capacidade de elaborar projetos bem fundamentados, conseguiram sobreviver. Mesmo nestes últimos, dada a necessidade de qualificação das propostas e de preparo técnico da maioria das lideranças, a direção dos processos passou a ser feita pelas assessorias.

É o que está acontecendo com a Diocese de Nova Iguaçu, que está mantendo o seu trabalho de formação sociopolítica com um Projeto Ponte³⁶ da Misereor e precisará de assessoria do APD (Apoio a Projetos Diocesanos) para auxiliar na concretização de um projeto nos moldes exigidos pela entidade mantenedora, para que assim sendo possam aprovar um próximo projeto trienal.

Antes da década de 90, bastava escrever um projeto simples e de poucas linhas, e o recurso chegava sem problemas.

Segundo Gohn, podemos tirar conclusões tais como:

A conclusão que retiramos da situação caracterizada é a de que está ocorrendo uma volta ao passado, ao comportamento político tradicional das camadas populares: de passividade, de espera para que outros resolvam seus próprios problemas. A nova cultura política que os movimentos esboçaram no país, de luta pela participação na gestão da coisa pública, de criação de cidadãos e não meros consumidores de direitos estabelecidos, está em crise. Hoje, compreender os movimentos populares é trilhar caminhos indicativos quanto à cultura e ao comportamento político das camadas populares no Brasil dos anos 90 (GOHN, 2005, p. 104).

Aqui é necessário discutirmos um pouco sobre o que seriam políticas públicas, Estado, Governo, público e privado, para tentarmos compreender esse emaranhado que nos cerca.

De acordo com alguns autores, políticas públicas são: “toda e qualquer ação do Estado”. As políticas públicas são para outros autores, “uma das formas institucionais através da qual o Estado procura enfrentar a – genericamente - chamada ‘questão social’ e as tensões e instabilidades ao sistema capitalista daí derivadas” (PEREIRA, 2006, p.1).

Partindo de ambas as definições, percebemos que as políticas públicas, na sua maioria, não estão voltadas para princípios tão nobres como os de defender a população, mas sim para tentar somente minimizar as disparidades produzidas pelo capitalismo, não produzindo as mudanças realmente necessárias.

³⁶ Projeto de um ano que serve para que o Centro Sociopolítico reformule sua metodologia de trabalho.

Talvez seja isso que nos embaraça tanto, pois quando buscamos a implantação de políticas públicas, não estamos querendo paliativos mas resoluções eficazes e duráveis para os nossos problemas.

Continuando nossa discussão, podemos ressaltar a confusão que se faz entre o que é política pública de Estado e o que é política pública de Governo.

Segundo Pereira, há dois modelos de Estado a saber: um que pretenderia defender os direitos da população e o outro que, sendo mínimo, só agiria em último caso, e pela lógica do mercado.

Coexistem em disputa ao menos dois claros modelos de Estado. O primeiro pautado nas experiências de social-democracia, anuncia que o papel do Estado volta-se para assegurar o bem-estar necessário para a vida em sociedade – elemento considerado fundamental para a consolidação da democracia dentro dessa perspectiva.

Já a leitura liberal (e a neoliberal) compreende de forma antagônica o papel do Estado, defendendo que este “intervenha” minimamente nas dinâmicas sociais (idéia de Estado mínimo), uma vez que o próprio mercado seria capaz de regular as relações societárias (PEREIRA, 2006, pp.1e 2).

Então, percebemos um conflito de interesses claros em relação à implantação de políticas públicas, pois

É nesse sentido que as políticas públicas enquanto ações empreendidas pelo Estado têm grande importância como mecanismo de regulação das relações sociais, seja reafirmando o modelo desigual de desenvolvimento com pequenas ações compensatórias – como é o nosso caso – seja numa perspectiva de redistribuição de renda e promoção de maior equidade social (PEREIRA, 2006, p.6).

Concordamos com a autora: as políticas públicas implantadas no Brasil são, realmente, compensatórias e não de redistribuição de renda como deveriam ser.

Em nível de Governo Municipal, mesmo cumprindo um mandato por um tempo determinado, há, geralmente, ações voltadas a interesses particulares de partidos e grupos, que implementam políticas públicas que servem à cooptação de votos para o governo no poder. Essas políticas são de caráter assistencialista e não promovem mudanças na sociedade. São as tais políticas “eleitoreiras”.

Outra questão, que observamos em nosso cotidiano, é que o público, ou melhor, a esfera pública, que abrange todos os segmentos da sociedade, é muito frágil, pois acreditamos que o que é público não é de ninguém, que o dinheiro público pode ser desviado, pois ninguém é dono dele.

Outro aspecto é da esfera privada, pois há uma cultura no Brasil de apropriação privada do público, como vemos em Pereira (2006, p.9), “A atuação histórica de grupos privados no Brasil diretamente junto a governos para obtenção de interesses particulares a estes grupos sempre foi uma tônica da nossa cultura, muitas vezes ocorrendo sem transparência ou visibilidade pública”.

Diante desse quadro lastimável, nós nos perguntamos: é possível alguma intervenção cidadã de fato pela via do Estado e dos governos?

No próximo subtema, queremos discutir um pouco as diferenças entre uma Igreja voltada para os problemas sociais, como nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e uma Igreja voltada aos seus problemas internos, como na Renovação Carismática Católica (RCC), por exemplo.

3.5 A Igreja hoje, o Neoliberalismo e as Atividades Desenvolvidas

Um problema que enfrentamos é o modelo de ação que está em vigor na Igreja nos dias de hoje, pois coexistem dois tipos de Igreja que aparentemente convivem bem: um, voltado ao intimismo religioso e um outro, formado por um grupo que resiste a esse modelo. Na verdade, há conflitos sérios no que tange ao entendimento do exercício da fé.

Segundo Oliveira:

Percebe-se a coexistência de duas orientações bem distintas no interior da CNBB, no tocante à linha política. Enquanto uma tem como prioridade a pastoral comprometida com os Direitos Humanos, as lutas populares e, por conseguinte, a consolidação da estrutura pastoral da Igreja, a outra prioriza o cumprimento das normas oriundas da Santa Sé (Organismo do Vaticano). Essas duas orientações divergem quanto ao diagnóstico do mal do mundo moderno. Enquanto um lado vê nele os efeitos do sistema capitalista, que é excludente, predatório e opressor, o outro lado vê o secularismo como o maior problema: por ter abandonado a verdadeira religião (o Cristianismo de confissão católico-romana) o mundo moderno ficou entregue aos desmandos de uma razão egoísta e hedonista. Esta orientação, que já marcava o pontificado de João Paulo II, ganhou força com Bento VI. Para que o mundo se volte para o rumo certo, a Igreja Católica deve ser o seu farol, iluminando-o com o “esplendor da Verdade” (OLIVEIRA, 2007, p.5).

E continua:

É preciso entender que essas duas orientações pastorais se opõem dialeticamente. Não são incompatíveis mas, por definição, prioridade só pode ser dada a uma delas. É na questão da prioridade pastoral que reside o conflito. Se até 2003 predominou na CNBB o apoio à atuação política de

cunho democratizante, desde 2004 vem ganhando terreno as diretrizes uniformizadoras no que toca a liturgia, a catequese, os seminários, as vestes clericais etc. Ainda se registram avanços, é claro (a criação do Centro Dom Hélder Câmara de Fé e Política e a 4^a Semana Social Brasileira são bons exemplos disso), mas é inegável que as Pastorais Sociais vêem seus recursos financeiros diminuir, enquanto os recursos para os seminários e a sustentação do clero permanecem intocáveis (OLIVEIRA, 2007, p.5).

Durante os anos de ditadura (décadas de 60, 70 e 80 principalmente), floresceram pelo Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que eram espaços de discussão dos problemas da vida e da organização comunitária para resolver estes mesmos problemas.

Hoje, com o advento dos movimentos carismáticos dentro da Igreja Católica, as Comunidades de Base estão enfraquecidas, pois demandamos de Deus que Ele resolva tudo, enquanto o povo deve se dedicar a pedir e a fazer sua louvação.

Um problema sério por que passamos, atualmente, é que temos poucos adeptos dos trabalhos sociais, acarretando uma sobrecarga para as poucas pessoas que atuam neste campo.

Essa situação é muito bem colocada pela professora Lúcia Neves³⁷, a saber:

Ao lado do aparelho escolar e dos meios de comunicação de massa, as igrejas têm desempenhado importante papel estratégico na organização da cultura neoliberal. A atuação da Igreja Católica tem sido decisiva nesse processo. Definida pelo que, em termos doutrinários (tanto no plano mundial quanto em ações mais especificamente locais), o catolicismo classifica de empenho redobrado pela “evangelização”, essa mesma atuação caracterizar-se-á por um esforço de atingir um duplo e concomitante objetivo. Nesse sentido, primeiramente a Igreja construirá uma pauta de atuação sociopolítica destinada a promover o esvaziamento de um determinado modelo de ação que, predominante na década de 1970 e em parte dos anos 1980, havia sido destinado a, preservando e valorizando a maneira particular encontrada pelo catolicismo de interpretar e atuar na realidade, promover um certo compromisso com as classes subalternas da sociedade brasileira.

Como prova incontestável de tal fato, vale lembrar a sensível diminuição do espaço dentro do aparelho católico, a partir dos anos 1990, para as ações que anteriormente, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), haviam posto uma parte não-negligenciável dos católicos ao lado dos movimentos sociais questionadores do *status quo*. Um olhar menos atento veria em tal fato uma diminuição da presença social da Igreja Católica. Essa impressão, contudo, deve ser descartada, apontando para o redirecionamento da ação católica, posto que uma das originalidades principais do conceito de “evangelização” consiste precisamente no fato de que, mantendo sua presença junto às classes subalternas em inúmeras e variadas ações – sem abrir mão, mas, ao contrário, valorizando como elemento ideológico central a necessidade de ratificação da mensagem católica, promovendo discursos/práticas responsáveis, nessas mesmas ações, pela ênfase em uma

³⁷ Embora não tenhamos a intenção de trabalhar com autores Gramscianos, a análise da Professora Lúcia Neves pode nos ajudar no trabalho que estamos apresentando.

visão de mundo defensora da fraternidade, do bem comum, do estímulo ao sentido de doação entre os homens -, o sujeito político coletivo católico acaba por contribuir decisivamente para um novo modelo de sociedade (NEVES, 2005, 107).

Sendo assim, percebemos que não há um distanciamento da Igreja dos problemas políticos, mas uma mudança na forma de enfrentar esses mesmos problemas, pois antes, com a Teologia da Libertação, pretendíamos uma mudança radical da sociedade. Falava-se em libertação dos pobres, transformação das relações injustas de poder e de distribuição de renda existente na sociedade brasileira. Hoje, os temas são voltados para a questão do aborto, da eutanásia, enfim, de situações focadas mais para a moral dos fiéis do que para ações coletivas de inserção política.

Aqui, vale discutir o que é ética e o que é moral. Para isso, me valho das reflexões de Machado (1999) em que encontramos que: a palavra ética vem do grego êthos que significa caráter, índole, temperamento, modo de ser, e êthos que significava hábitos, usos, costumes de uma pessoa. Ética seria a educação do caráter visando à felicidade, à vida justa e livre, o que para os gregos somente seria possível como vida política. A ética estaria referida a um juízo de apreciação, um exercício de pensamento e escolha entre o que seria considerado como bom e como mau. Moral é uma palavra que vem do latim - mores - e significa costumes, configurando-se como regras e valores sociais, um conjunto prescritivo baseado em concepções de bem e de mal que viriam conduzir de forma absoluta, categórica - o Bem válido para todos em qualquer tempo e lugar - ou relativa, derivada - um bem válido para um grupo ou para uma época - as ações de cada um.

Perspectivas transcendentais e imanentes se fazem presentes ao longo do debate acerca da ética e da moral. Na perspectiva transcendente, as idéias se oferecem como respostas apaziguadoras e verdadeiras e solicitam obediência. Na perspectiva imanente, configura-se a necessidade de pensamento, de fazer perguntas, de produção de afirmações-problematizantes.

Há, freqüentemente, uma confusão quando se fala de ética, confundindo-a com a questão do Bem x Mal. Nesta discussão, não se trata de uma ética, mas sim de uma moral.

Esclarecendo um pouco essa questão, Rolnik (1995, p. 145) nos diz que ética se confunde com moral quando “refere-se ao respeito pelos direitos e deveres de todos, respeito pelas leis que regulamentam tais direitos e deveres”.

Se humanizarmos o entendimento da moral e da ética, podemos, com Rolnik, enveredar por um outro entendimento do assunto, tratando de um homem da moral e um homem da ética, a saber:

O homem da moral que nos habita é o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos – daí porque chamá-lo de “moral”. É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência.

O homem da ética que nos habita (mesmo que, quase sempre, muito timidamente) é o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí, nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação da sua potência criadora – daí porque chamá-lo de “ético” (ROLNIK, 1995, pp. 154 e 155).

Há que se propor “uma ética que irá conceber o humano de uma outra forma, voltado para a cooperação e a solidariedade” (COIMBRA e LEITÃO, 2006, p.01).

Esse é o nosso grande desafio, o de superar a visão somente da moral, aquela do tipo deve ser assim, para construirmos um modo de viver voltado para a criação e invenção coletiva.

Essa ética do bom encontro é bem ressaltada pela Diocese quando promove atividades em que as pessoas possam se encontrar e conviver, criando coletivos vivificantes.

Continuando com Coimbra e Leitão (2006, p.03): “Tem sido nosso propósito dar relevo às invenções de outros modos ativos de existência onde a possibilidade de transformação e criação, onde as formas coletivas e solidárias de cooperação possam se atualizar e ganhar intensidade”.

Parece que, no passado, era essa a ética que os movimentos da Igreja Católica com as CEBs e a Teologia da Libertação seguiam, onde havia uma preocupação em ficar fora dos governos locais para ter mais autonomia de seu poder de denúncia, diferentemente de hoje, quando membros da Igreja estão espalhados pelos governos municipais. Poderíamos chamar a isso de cooptação, pois os governos ditos de esquerda convidam membros da militância da Igreja Católica para fazerem parte de seus quadros e isso enfraquece as atividades nas Bases, pois a pessoa que trabalha no governo municipal, geralmente, tem sua capacidade de crítica

diminuída. Como criticar quem lhe paga um salário no final do mês? Será que isso não influencia no poder de crítica de uma pessoa?

A questão não é simplesmente dizer se isso é bom ou ruim, mas analisar quais são os efeitos desse tipo de atuação.

Há, na Igreja, um discurso voltado para a fraternidade e a solidariedade, mas não mais para a mudança radical das estruturas da sociedade. Parece que há um conformismo com esse sistema, principalmente o econômico, como se não houvesse a possibilidade de implantação de um outro.

Do outro lado, na sociedade civil, respira-se um clima de apatia, desesperança no que é público, coletivo. Isso se deve muito à crise política em que o país está metido, principalmente, no governo Lula, em que se esperava uma maior participação popular, uma menor taxa de juros e uma política econômica voltada aos problemas sociais e não aos interesses dos banqueiros internacionais. É claro que essa apatia não vem somente agora, neste governo; mas poderíamos dizer que foi radicalizada neste período em que, por ser um governo dito de esquerda e nascido das bases populares, esperava-se um maior apoio aos movimentos populares.

Então ficamos a nos perguntar: o que fazer? Como proceder em tamanho emaranhado de problemas para os quais não temos resposta?

Voltamos às exigências da entidade mantenedora. Nos anos em que eram fortes as Comunidades Eclesiais de Base, eram realizados muitos trabalhos autônomos e não se demandava nada ao Estado. Por exemplo: Clube de Mães, Pastoral da Saúde e muitos outros. Esses trabalhos eram autônomos no que diz respeito ao tipo de atividade realizada em relação ao poder público, mas a Diocese sempre trabalhou com ajuda de projetos mantidos por entidades fora do Brasil, como Misereor (Alemanha) e Adveniat (Suíça), principalmente. De uns tempos para cá, esperamos que os grupos que realizam esses trabalhos criem estratégias de demandas ao poder público, pressionem por políticas públicas. Quando a Misereor nos solicita que tenhamos inserção nas políticas públicas percebemos, nos discursos, debates que se fazem para a aprovação de cada projeto, que esta instituição tem uma crença em um Estado transcendente, em um Estado Democrático de Direito, ou seja, ela acha que o Estado pode resolver todos os problemas da população. A Misereor tem uma idéia de Estado europeu, do Welfare State, que não existe aqui no Brasil. Isso não é somente um problema da Misereor, mas de toda entidade de “países desenvolvidos”. Parece que essas entidades não têm noção do que é o Estado brasileiro, ou melhor, acham que o Estado pode dar conta de tudo. Percebemos aí um engodo, pois as políticas públicas, mesmo que existissem a contento, não dariam conta

de nossas vidas. Isso nos ajuda a problematizar a concepção de ajuda internacional aos “desvalidos”.

Ao que parece, caímos no “conto do vigário” das agências internacionais que nos obrigam a criar estruturas organizativas em detrimento da ação pastoral. Temos que explicitar detalhadamente nos projetos itens como objetivo, metodologia, impactos/resultados, o que toma quase todo o nosso tempo com burocracias, pois não temos suficiente quadro de pessoal para fazermos todo esse trabalho e, ao mesmo tempo, dar conta do que acontece nas Bases. Mas em uma palestra, um assessor disse que a Misereor também brigou contra essas exigências, mas teve que ceder para não ficar sem dinheiro, pois este vem do governo alemão.

A experiência na Diocese nos mostra que pouquíssimos avanços são conseguidos pela via de demandas ao Estado.

O Estado, nos municípios que compreendem a Diocese, é muito ineficaz. Praticamente não se têm políticas de Estado estabelecidas pelos próprios municípios, mas somente aquelas “impostas” pela esfera federal, como SUS, Fundeb e outros. Até mesmo a implantação dos Conselhos Municipais se dá porque, se o município não o fizer, não recebe as ditas “verbas carimbadas” dos Programas Federais. Também utilizam políticas de Governos Estaduais e/ou Federal, tais como: Cheque Cidadão e Bolsa Família. Então, podemos dizer que são governos municipais muito frágeis, com municípios, em sua maioria, muito pobres e que dependem em quase tudo dos Governos Estadual e Federal. Somente Nova Iguaçu tem uma arrecadação maior, mas a realidade social também não muda muito.

Essa constatação já nos causa um grande problema, pois demandar políticas públicas a um Estado tão mínimo, muitas vezes nos parece perda de tempo.

Sendo assim nos perguntamos: será que os trabalhos por nós realizados não são políticas públicas não-estatais? Será que não estamos fazendo políticas do público, uma vez que para ser público tem que ter um caráter universalista, ou seja, que todo e qualquer um possa participar? Não têm essas características as nossas atividades?

Aqui concordamos Monteiro *et all* (2005, p. 11), que dizem que: “Entendemos que o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade”.

Percebemos, então, que não podemos cair na armadilha de achar que o Estado vai resolver todos os problemas, pois o Estado mesmo coloca resistências ao poder instituinte.

Lourau (1978, p.112) diz também que o inimigo do Estado é a forma comunitária, seus ressurgimentos e suas metamorfoses. Diz, ainda, que o Estado quer institucionalizar tudo.

Parece que não temos mais nada a fazer, já está tudo pré-determinado pelo modo-de-ser Estado.

Foucault nos alerta:

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Sendo assim, temos que reivindicar políticas públicas, mas não ficarmos presos a isso, pois do contrário, criaremos somente frustração nos grupos em que trabalhamos.

Outro aspecto que se coloca a partir dessa forma-estado é a forma brasileira de “participação política”, a que já nos referimos, a da representatividade. A impressão é que temos de delegar tudo a alguns iluminados, ou seja, a vereadores, deputados etc. que irão representar os interesses da população. Como geralmente isso não ocorre, mais uma vez temos que conviver com a frustração.

No caminho dessa argumentação:

Concluimos então com a força de algumas interrogações: o que nos leva à permanecer conectados ao mito da democracia representativa, às forças reativas e ao ressentimento ao invés de afirmar a força dos micro-movimentos inventivos que eclodem o tempo todo em nosso cotidiano? Como pensar políticas públicas não mais reduzidas ao Estado, mas como afirmação de experiências diversas onde o público possa, de fato, ser a expressão da experiência do “comum” que faz advir outros e múltiplos modos de pensar, perceber, sentir, agir e viver? (MONTEIRO *et al*, 2005, p. 12).

Precisamos sair da lógica da representação, “inaugurando um outro modo de pensar e fazer política, dando valor ao cotidiano, o pequeno, o invisível, o capilar...” (MONTEIRO *et al*, 2005, p. 08).

A nossa formação sociopolítica tem um caráter de formar pessoas sobretudo para atuar nas instâncias do Estado, ou seja, no Executivo, Legislativo e Conselhos Municipais os mais diversos. Será que não seria o caso de investir mais nas iniciativas autônomas que agem por si mesmas e que, ao invés de demandar algo ao Estado, possam pressionar que o mesmo faça alguma coisa, sem se manterem atrelados apenas a esse modo de interferência? Será que não é uma armadilha essa via de pensar que, formando pessoas para serem prefeitos, vereadores,

conselheiros municipais, estaremos resolvendo os nossos problemas sociais? Será que estamos formando pessoas que funcionam de modo coerente com o instituído para manter o instituído?

Dizemos isso, porque percebemos que, facilmente, uma pessoa “formada” e “bem intencionada” entra nesses espaços e fica capturada na estrutura dessas instituições, ficando sem atuação eficaz.

Assim podemos nos questionar, com Foucault:

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetivos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou mais claramente, a própria verdade tem uma história.

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento (FOUCAULT, 1996, pp. 8 e 23).

Sendo assim, analisamos que uma formação sociopolítica só é eficaz, quando potencializa e cria espaços onde haja constituição de homens novos, ou seja, onde possamos ter a utopia de que um outro mundo é possível e termos a alegria de poder viver nele.

Concordamos com Coimbra, quando afirma a necessidade de:

Buscar espaços onde o que é marginal, subterrâneo, reprimido e desqualificado possa aparecer e com força se afirmar. Caminhos que fortalecem o exercício de uma cidadania que até hoje o povo brasileiro ainda não conheceu, apesar de todos os seus movimentos de resistência. E é junto a estas lutas de resistência que devemos caminhar no sentido de, como aliados, fortalecê-las (COIMBRA, 1994, p. 8).

Também podemos dialogar com Foucault, quando ressalta:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno (FOUCAULT, 1995, p.239).

Vemos, então, que a situação e os desafios são bastante complexos, pois nas entrelinhas poderemos estar sendo capturados por forças individualizantes, em detrimento da aposta no coletivo.

CAPÍTULO 4– GRUPO PESQUISADO

Pelos motivos ressaltados na apresentação da metodologia e segundo a discussão do capítulo III, foi escolhido como material empírico o trabalho do projeto “Mão na Massa”, realizado em Queimados³⁸.

O projeto “Mão na Massa” é um projeto “chapéu” que engloba atividades de artesanato, fabricação de remédios com plantas e ervas, bem como fabricação de massa caseira para macarrão e suas atividades são desenvolvidas por mulheres. O grupo pesquisado foi o que fabrica massa para macarrão.

O trabalho de pesquisa desenvolveu-se da seguinte forma:

Houve, inicialmente, uma conversa com Valentina sobre o histórico do projeto. Essa conversa irá dar as principais linhas do que veio ressurgir nas entrevistas posteriores.

A seguir, foram realizadas 08 entrevistas com 08 mulheres, das quais 06 são participantes e 02 já estão afastadas do grupo.

Desta conversa inicial com Valentina, extraí a síntese que se segue, na qual procuro manter o seu modo de se expressar.

O trabalho iniciou em 2000, com um levantamento proposto pela Diocese, para saber a realidade de vida do povo. Aí perceberam que, em Queimados, havia um grande número de pessoas desempregadas, muitas delas mulheres com vários filhos. Essas mulheres tinham que deixar seus filhos sozinhos para irem trabalhar e isso poderia resultar em algo muito ruim para essas crianças.

Esse trecho inicial já aponta para a característica do público-alvo desse trabalho: mulheres com vários filhos, desempregadas, habitantes do município de Queimados.

Na primeira vez em que foi feita a massa, Padre João, da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, doou a farinha e uma mulher que sabia fazer a massa ensinou para as outras. Depois de pronta, distribuíram para as pessoas carentes da Comunidade.

Embora a iniciativa do trabalho seja autônoma, além da utilização do espaço da Paróquia, houve a necessidade de algum subsídio. Neste momento, o apoio da Igreja foi

indispensável para o início do trabalho. Também apontamos, aqui, para a característica universal que têm as iniciativas da Igreja Católica, pois nestes trabalhos pode participar qualquer pessoa e não somente os membros da Igreja.

Padre Obertal, da Cooperativa Coopercarmo, visitou o grupo e ensinou o processo onde se faz, vende e distribui os lucros com as pessoas que trabalham.

Aqui, percebemos as referências ao trabalho cooperativo e solidário. Um outro grupo que já realiza um trabalho semelhante pode contribuir com um outro, mantendo-se, assim, uma rede de trocas.

O projeto foi iniciado, após esse encontro, com 12 mulheres, que pediam alimentos na Igreja. Quando começaram esse trabalho, que estava rendendo uns vinte reais para cada uma, foi a maior alegria. Teve uma participante que, ao receber o dinheiro, saiu toda se requebrando e disse: "Pode cortar minha bolsa, pois já estou trabalhando" e foi para o mercado fazer compras. Essa mulher tem oito filhos.

Com as dificuldades para fazer a massa, pois utilizavam o salão paroquial onde outros grupos trabalham, algumas foram arrumando emprego de diaristas. O dinheiro estava sendo muito pouco. O grupo se resumiu então em seis mulheres.

Esses fatos demonstram o que é viver sem sentir-se fragilizada e tutelada por alguém. A bolsa de alimentos fragilizava. Já o trabalho abre perspectivas de desenvolvimento. Esse desenvolvimento pode ser no próprio grupo ou buscando outro trabalho. Percebemos a emancipação das pessoas, em contrariedade aos discursos da indolência e da acomodação natural, pois essas mesmas pessoas são, em geral, tratadas como "vagabundas" e acabam tomando esse discurso para si mesmas, e, muitas vezes, se vêem dessa forma.

Como veremos, participar desse grupo muda a postura das mulheres com relação a buscar trabalho, em geral como diaristas. Sentem-se qualificadas o suficiente para cobrar pelo seu trabalho.

³⁸ O texto do projeto está da forma que foi elaborado pelo grupo, descrito no anexo 4. Um breve histórico do município encontra-se no anexo 6.

As pastorais, principalmente a da Criança, começaram a aumentar e a ocupar o salão paroquial, onde ficava cada vez mais difícil fazer a massa.

Em um dado momento, a Secretaria de Bem Estar Social da prefeitura, disse que ia terminar de construir a sala do grupo. Por isso, todas ficaram animadas, mas não houve a concretização do que foi dito e, assim, decidiram parar a fabricação, para trabalharem, no ano de 2007, com iniciativas próprias, como almoços, bingos etc. e conseguirem dinheiro para terminar a obra da sala. Decidiram trabalhar sem ajuda do governo municipal.

Aqui, a fala de Valentina nos faz pensar na importância do planejamento e do estudo da atividade; o que pode contribuir para diminuir a idealização e, conseqüentemente a frustração, o índice de abandono da iniciativa produtiva.

A promessa e a demora de resposta da parte do governo municipal provocaram a reação de criar autonomamente as condições necessárias à continuidade da iniciativa. Há uma progressiva ampliação do poder de ação das mulheres envolvidas.

Valentina diz que esse trabalho elevou a auto-estima dessas mulheres, pois quando precisam de um dinheiro vão até ela e pedem um vale. Um dinheiro que é delas. É como se fosse um "porto seguro" para elas pedirem sem se humilhar.

Quando falaram no Conselho Paroquial que o trabalho iria dar uma parada, os membros disseram que não podiam parar um trabalho tão bonito e que iriam ajudar.

Valentina disse que não estão esperando mais nada do governo municipal, o que analiso como uma demonstração de que perderam a crença no Estado. E continua dizendo que o povo quer dignidade, quer receber dinheiro do seu próprio salário. A situação de vida é muito triste. É a falta de emprego, de governo, de tudo. Às vezes as pessoas que pedem alimentos na igreja comem sopa a semana toda. Por isso, no dia 22 de dezembro de 2006, prepararam um almoço digno para 200 famílias, para eles comerem comida mais sólida. Isso é dignidade.

Eles querem trabalhar. Se disser que vão tirar a bolsa de compras, eles não ligam, querem mesmo é trabalhar.

Neste trabalho é passada, meio que em forma de curso, uma formação para se fazer a massa, como condições de higiene, saúde, companheirismo. Uma ensina a outra. Nunca se deve desfazer do trabalho da outra. É uma construção coletiva.

O momento de se fazer a massa é muito alegre. "Ganha-se pouco, mas se diverte". O dinheiro hoje ficaria entre 25 e 30 Reais.

O trabalho deu mais alegria e elas se sentem iguais. Ficavam do lado de fora esperando na fila e agora entram e participam. Estão vivendo com dignidade.

Após definir com Valentina que ela própria faria as entrevistas com as mulheres do grupo, optamos, então, pela seguinte estratégia: Valentina "entrevistaria" primeiramente a si mesma, para que pudesse tomar posse dos processos da proposta. Foi utilizado, também, o recurso da gravação. Valentina gravou essa "entrevista" e a transcreveu. Apresentou, então, o texto que se segue:

"Antes a minha vida era cuidar do meu marido doente, da casa, filhos e da Pastoral Social da Igreja. Eu nunca conversava com os vizinhos, a não ser para dar um bom dia, boa tarde. Eu era fechada, não tinha coragem de falar de minhas angústias, eu via tantas injustiças, descaso do poder público, mas não podia fazer nada. Só reclamava, distribuía bolsas de compras, roupas usadas para os carentes, rezava e entregava tudo nas mãos de Deus.

Mas Deus me ouviu e enviou pessoas com mentes iluminadas e assim surgiu o Centro Sociopolítico e, através de cursos, foi formado o Grupo de Fé e Compromisso, do qual faço parte, e, logo em seguida, a coordenação me escolheu para ser Animadora do Município. Imagine só, eu que não sabia nem animar a mim mesma, ser Animadora de um Município!

E por isso hoje eu posso dizer: o Centro Sociopolítico me transformou, agora eu faço parte dos Conselhos, falo no Regional, fui multiplicadora do Plano

Diretor da Cidade, o qual já foi aprovado e agora vamos 'correr atrás' para que o prefeito cumpra o que prometeu. Agora eu não tenho mais medo, porque atrás de mim tem o Centro Sociopolítico me garantindo e dando apoio em todos os sentidos.

A formação de redes amplia a possibilidade de ação, que solitariamente não existe. Reduz o medo.

Percebemos que, embora haja por parte do Centro Sociopolítico, um investimento na política representativa, alguns efeitos são favoráveis à transformação do modo como as populações se vêem, de terem mais clareza de seu lugar de inserção na política e na economia.

Também, através de cursos fornecidos pelo Centro, surgiu como gesto concreto o Projeto Mão na Massa, e eu me realizo vendo as mulheres trabalhando felizes, fazendo a massa; mesmo com tantas dificuldades, elas brincam pra caramba. Eu fico feliz também quando vejo o brilho nos olhos delas, ao receberem o dinheirinho da venda do macarrão, pois neste momento elas se sentem iguais. Não foi preciso pedir, mesmo sendo pouco, mas foi fruto do trabalho delas.

Com isso, elas se integraram na Igreja trazendo marido e filhos, pois antes eles não tinham nenhuma motivação.

Agora eu fiquei triste com estas mulheres, porque o Mão na Massa teve que dar uma parada, pois elas ficaram sem local para fazer a massa. Precisamos terminar uma sala no Centro Comunitário da Paróquia, mas ainda está difícil. Já conseguimos comprar as duas portas e estamos organizando um almoço. Assim, aos poucos, terminaremos a sala, com a ajuda de Deus e nossa força de vontade, já que o poder público nos prometeu dar a sala pronta em poucos dias mas, como sempre, era só promessa. Já se passaram muitos meses e eles nada fizeram, mas eu já esperava por isso.

E quer saber? Foi até bom, pois eles não jogam pra perder. Mais tarde, eles iriam pedir algo em troca e com meu grupo, eles nunca iriam conseguir nada,

pois o nosso trabalho aqui é combater a corrupção e em breve estaremos acompanhando e denunciando o Legislativo.

Eu já estou começando a me sentir contemplada, pois a política aqui não só nos grupos, mas até mesmo na Igreja, não está mais sendo vista como 'bicho papão'. E assim se torna mais fácil conscientizar as pessoas".

Esta fala de Valentina nos remete ao clientelismo, que é utilizado como prática corriqueira na relação de políticos com os setores populares. Ao mesmo tempo, reafirma a força que a rede já formada tem: o grupo continua buscando meios para construir seu espaço, sem se deixar abater pela falta do apoio estatal.

Observamos a desmistificação da política, o que é um aspecto importante nos processos de formação/intervenção, mas ainda há a crença na conscientização, mostrando que esta forma de inserção política, continua muito forte.

A seguir foram feitas por Valentina as entrevistas com as outras componentes do grupo. Estas entrevistas foram realizadas em número de 08 (oito) e estão transcritas a seguir.

1- Entrevista com M.D.S., 63 anos, 2 filhos e 2 netos, que moram com ela.

"A vida antes do projeto era triste, quase não saía, não tinha coragem para nada. Meu filho não tem saúde, minha filha cuidava das crianças e do quintal. As crianças comiam no colégio e eu e minha filha comíamos do que vinha da Igreja.

Trabalhar no Mão na Massa foi muito bom, conheci o grupo, ficamos amigas, a gente trabalhava alegre e brincava o dia todo. O melhor é que eu tinha onde pegar um vale para comprar o que faltava, para comprar a minha 'mistura'³⁹. Agora, que paramos o trabalho, eu não tenho mais dinheiro.

É importante destacar que essas pessoas que integram as iniciativas econômicas populares vivem em situação de precariedade absoluta; o trabalho é uma forma de terem alguma renda. Mas M.D.S. não fala apenas de renda, fala também de fazer amigas, trabalhar alegre, ingressar num grupo, alimentar-se melhor.

³⁹ Expressão utilizada pelas classes populares, para designar geralmente algum tipo de carne, que é adicionada como um complemento à alimentação básica, como arroz e feijão.

A minha vida mudou, pois eu faço parte de um grupo da Igreja. Sou da Liga Católica, não vejo dinheiro, mas sou feliz. Antes, os vizinhos nem conversavam comigo. Agora todos falam, perguntam quando vou recomeçar a trabalhar no Mão na Massa.

Na família, também mudou, pois eles me respeitam, porque viram que eu sirvo para alguma coisa, sei trabalhar no macarrão. Agora eu saio de casa limpa, cabelo arrumado, tenho coragem até para fazer biscate”.

Como podemos observar nesta e em outras entrevistas, com a participação no Mão na Massa, muda a relação com o trabalho, a família, a vizinhança e o cuidado consigo mesma.

Fica muito marcada, nesta entrevista, a importância de fazer parte de um grupo, no caso, o “grupo da Igreja”.

2- Entrevista com M.R.S.C., 43 anos, 8 filhos, cujo filho maior tem 16 anos.

“Antes de entrar no Mão na Massa, minha vida era muito triste, pois as crianças pediam coisas para comer, pediam um lápis ou uma borracha para fazer o dever e eu não tinha um centavo, pois meu marido também estava desempregado. As crianças iam para a rua para distrair a fome. Eu nem conversava com meus vizinhos. A minha alegria era, somente, quando chegava o dia das compras da Igreja.

Quando comecei a fazer a massa, aí era só alegria. Trabalhava e brincava pra caramba, e ainda ganhava o meu dinheirinho que chegava sempre na hora certa. Mesmo eu tirando vale durante o mês, sempre sobrava um dinheirinho para o final do mês.

Aqui, aparece, novamente, a idéia da rede de inserção, da possibilidade de pertencimento e de apoio.

Agora, que tivemos que dar uma parada, meu filho de 16 anos apanhou gosto pelo trabalho. Sai procurando alguém que precise colocar materiais de construção para dentro. Às vezes, ganha dez reais. Aí, ele me dá cinco reais, mas

dentro de mim eu sinto uma tristeza, porque eu descobri que não há nada mais gostoso do que receber o meu dinheirinho com o trabalho de minhas próprias mãos. Mas eu tenho esperança que, em breve, se Deus quiser, nós vamos voltar a fazer o macarrão.

Eu falo a palavra dinheirinho, porque é carinho, é o mesmo que falar dinheirinho querido.

Na vida econômica, o que mudou é que agora eu tenho coragem, quando aparece algum biscate para lavar roupa ou passar, eu vou e faço.

Em relação à família e à cidade, mudou muito. Meus filhos sentem orgulho de mim, e saíram falando 'pra todo mundo' que a mãe deles é do Mão na Massa. Meus vizinhos me respeitam e me vêem com outros olhos”.

Começar a trabalhar no “Mão na Massa” deu novo sentido ao trabalho, contagiando a família. O trabalho como possibilidade de alegrias, de encontro, de relação e de reconhecimento se concretiza.

Parece que agora há uma potência de agir, de construir novos modos de viver.

3- Entrevista com I.S.O., 36 anos, que vive com 07 filhos, cujas idades são: 15, 13, 12, 10, 07, 05 e 02 anos.

“Eu vivia com o pai dos meus 3 primeiros filhos. Depois, ele foi embora, eu me juntei com outro e tive mais 4 filhos. Aí, ele também foi embora. Agora, eu estou gostando de um outro, mas só se for casando.

Essa fala pode ser indicativa de uma maior auto-estima dessa mulher, pois, como ela mesma relata, os homens com quem ela se relacionou a deixaram com os filhos e foram embora, o que, muitas vezes, acontece com mulheres que vivem em situação de vida como esta. Parece que essas mulheres não se reconhecem com direitos civis e, até mesmo, afetivos.

Antes do projeto, eu mandava os meninos para a escola, mas só por causa da merenda. Os mais novos iam comigo lá pra baixo pedir ajuda às madames. Ganhava pão duro, dava para as crianças e bebiam água nas praças. À noite, a gente voltava para casa com alguns alimentos.

Às vezes, eu trabalhava em casa de madame, aqui mesmo em Queimados, fazendo faxina, mas era só em troca de uma bolsa de compras, pois nunca via a cor do dinheiro. Quando não tinha nada para dar para as crianças, eu ia na Igreja e a senhora (Valentina) me ajudava.

Todas as relações se resumem a conseguir o alimento do dia, nem a escola entra como possibilidade de desenvolvimento.

Quando comecei a trabalhar com o Mão na Massa, foi a bênção de Deus em minha vida. Rapidinho eu aprendi a fazer o macarrão. A gente trabalhava rindo à toa. Cada uma falava uma palavra engraçada e também eu fiquei uma pessoa importante, trabalhava e recebia dinheiro.

Agora com esta parada, como eu conheci o 'gostinho' do dinheiro, aprendi a correr atrás. Faço biscate capinando o quintal dos outros, faço faxina e, nas horas vagas cato latinha, e assim vou vivendo.

Mais uma vez, aparece como característica dessa população viver de pequenas rendas. O dinheiro continua a ser pouco, mas o modo como vem tem outro significado e outro efeito. A experiência muda a vida: aquelas que, antes, faziam fila à espera da bolsa de alimentos, trabalhavam por pratos de comida, agora conhecem “o gostinho do dinheiro” e se sentem capazes de receber mais que a sobrevivência imediata.

O que mudou em minha vida, após iniciar neste trabalho, é que levei as crianças para a Igreja, todas fizeram a Primeira Comunhão e foram batizadas.

Em relação à minha família, minha casa é mais considerada pelos vizinhos. Chegam a dizer que houve uma transformação, porque meus filhos aprenderam na catequese que criança tem que respeitar os mais velhos. Agora, eles não falam palavrão e eu não deixo mais os meus filhos na rua.

Se Deus quiser, eu vou voltar para o macarrão”.

A entrada numa rede de sociabilidade vai gerando novos efeitos, tanto pessoais quanto familiares e nos círculos de vizinhança.

4- Entrevista com D.S.C., 72 anos, 4 filhos, que têm as seguintes idades: 45, 40, 36 e 32 anos, sendo 3 casados e uma separada que vive com ela e o neto de 08 anos.

"Minha vida antes do Mão na Massa era sem graça, cuidava do meu marido doente, e que, às vezes, me agredia e eu tinha que sair correndo para dormir na casa de uma amiga. Quando chegava em casa, no outro dia, eu o encontrava no chão, pois tinha caído da cama. Eu não tinha luz. Eu só recebia o cheque idoso de cinquenta reais e, com ele, eu fazia minhas comprinhas.

Durante o processo de fazer massa, minha vida ficou mais alegre, eu comecei a me distrair com as outras e passei a achar o meu 'fardo' menos pesado. Com o dinheiro que eu recebia do macarrão, pude pagar um bico de luz para mim.

Com a participação no Projeto, aumenta o nível de consumo e a inserção em um mundo que parecia distante, pois nem energia elétrica essa pessoa podia ter em sua casa. Agora, em casa, há luz elétrica e, fora de casa, o círculo de relações de trabalho.

Agora que o Mão na Massa teve que dar uma parada, meu marido morreu. Eu sinto muita tristeza, com saudade do grupo para me alegrar e também sinto falta do dinheiro que recebia do macarrão.

Depois que eu participei do Mão na Massa, muita coisa mudou, porque meus filhos viram a minha luta para conseguir algum dinheiro e a alegria que eu sentia quando recebia os meus trocados. Aí eles passaram a me ajudar, me dando um dinheirinho todos os meses e pagando a minha luz.

Se Deus quiser e Nossa Senhora Aparecida, nós ainda vamos voltar a fazer o macarrão e eu vou voltar a receber meu dinheiro que é fruto do meu trabalho".

Esse relato aponta para a alegria e os deslocamentos operados nas relações familiares e de vizinhança. Agora, podem, viram que sabem algo e que afirmaram um lugar, uma posição de sujeito na vida, afastando-se da situação de desqualificação e isolamento.

5- Entrevista com M.M.S.M., 48 anos, 2 filhas, de 22 e 20 anos. É ela uma das componentes que ensina o trabalho para as outras que ainda não têm prática.

"Antes de trabalhar no Mão na Massa, eu passava muitas necessidades, pois não tinha nem coragem para sair e procurar emprego, e mesmo que quisesse eu não poderia porque não tinha dinheiro para pagar a passagem. Meu marido, às vezes, fazia algum biscate, recebia em um dia e no outro descia para procurar emprego. Andava o dia todo, gastava o dinheiro e não conseguia nada.

Eu me inscrevia em várias Igrejas: em uma, eu recebia o leite; em outra, recebia compras, mas me sentia muito humilhada, porque eu sendo nova ainda e tendo que pedir.

Mais uma vez, aponta-se para o alto índice de desemprego em que se encontra o Brasil e que caracteriza esse grupo. Também recorrente é a afirmativa de antes não ter "coragem" para buscar emprego. E a falta de recursos objetivos – para passagem, por exemplo – é algo que paralisa. O recurso à caridade ainda despontencializa mais.

No processo de fazer a massa aconteceu um milagre. A E. me ensinou a fazer a massa, eu aprendi rapidinho, e passei a ensinar às outras, e com isso me sentia muito feliz, porque me tornei útil para os outros e também porque o primeiro dinheiro que recebi, eu me lembro que foi 20 Reais. Com este dinheiro, paguei a passagem para ir na fábrica onde estavam precisando de costureira para fazer arremate. Para começar, eu trouxe 20 peças, para fazer o arremate em casa e assim recebia o dinheiro das costuras e do macarrão.

Agora, depois do 'empurrão' que o Mão na Massa me deu, eu não paro mais. Continuo costurando, agora, ao invés de 20 peças, eu estou pegando 50. A fábrica paga muito pouquinho, mas 'antes pingar do que secar'.

O Mão na Massa mudou a minha vida, pois agora minhas filhas estudam e me ajudam nos arremates. Nunca mais eu precisei pedir. Estou na Igreja com minhas filhas, elas agora são catequistas. Quando começar novamente o Grupo Mão na Massa, eu irei fazer macarrão e minhas filhas ficarão fazendo os arremates para mim e assim a minha situação econômica vai melhorar muito mais".

Sempre a situação de progressiva ampliação das possibilidades de vida, de relações sociais, de ampliação da própria renda, da alegria e do reconhecimento.

6- Entrevista com L.H.S., 42 anos, 5 filhos (3 meninas e 2 meninos). As respectivas idades são: 14, 12, 09, 07 e 05 anos.

"Antes de participar do Mão na Massa os meus três filhos mais velhos iam para a escola e lá mesmo eles comiam. Os dois pequenos eu levava comigo para a Igreja de Marechal Hermes. Lá a gente tomava sopa e ganhava uma bolsa de compras. A sopa era todos os dias, as compras eram uma vez por mês. A minha passagem eu pedia na Estação e as crianças não pagavam.

Mais uma vez, a escola, a Igreja. Tudo é sinônimo de comida.

Quando comecei a colocar a mão na massa e ganhar dinheiro, a minha vida foi mudando, eu continuei apanhando compras em Marechal, mas não precisei mais pedir na Estação, porque no dia de descer para a Igreja de Marechal, eu tirava um vale do dinheiro do macarrão. No dia de fazer o macarrão, eu trazia as crianças e aqui elas comiam.

Agora que tivemos que dar uma parada, eu desacostumei de pedir, consegui arrumar uma lavagem de roupa. Agora eu mesma pago as minhas passagens. Só que carregar o embrulho de roupas e duas crianças no trem cheio é muito sacrifício, mas vale à pena. Só o fato de receber dinheiro ganho com o meu trabalho, vale o sacrifício. Mas Deus há de ajudar, que, em breve, vamos voltar a fazer macarrão.

Depois de participar do Mão na Massa, minha vida mudou, pois estou até me desconhecendo. Agora eu não tenho mais coragem de pedir, porque tenho saúde e sou capaz de ganhar o meu próprio dinheiro. É por isso que as pessoas, os vizinhos estão me elogiando, porque antes ninguém fazia caso de mim. Por isso, eu agradeço a Deus e a este trabalho do Mão na Massa".

Parece que algo mudou no significado atribuído ao esforço de trabalhar. Agora, vale à pena. Há uma potência na forma de agir, uma força que antes não se reconhecia que se tinha.

Para ter um contraponto foi realizada a mesma entrevista com duas ex-componentes do grupo, e ficou assim:

7- I.M.C., 39 anos, 06 filhos, sendo que o mais velho tem 10 anos e os outros têm 08, dois gêmeos de 06 anos, e os demais com 04 e 02 anos.

"Antes de iniciar o trabalho no Mão na Massa, eu estava muito necessitada, meu marido tinha ido embora de casa me deixando com 6 filhos. Alguns estavam doentes e não tínhamos nada para comer.

Quando eu fui pedir ajuda na Igreja e você, Valentina, me convidou para fazer macarrão, eu achei que Deus tinha me respondido. Eu digo isso porque foi muito bom as mulheres me ensinarem brincando, me fazendo rir, eu até me esquecia das tristezas. Eu estava cheia de esperanças, pensando que o dinheiro que ia receber daria para resolver os meus problemas. Porém, quando recebi o primeiro dinheiro, eu vi que era muito pouco, quase não dava para nada, e por isso eu resolvi parar.

Mas, ao parar, aí é que eu 'dei com os burros n'água', pois a minha amiga tinha arrumado uma faxina para mim duas vezes por semana, para ganhar 30 Reais por dia, e eu não pude ir porque não tinha dinheiro de passagem. Se eu tivesse pensado melhor, pois o macarrão não era todos os dias, e com o dinheiro que eu ganhasse eu poderia pagar passagens para fazer minhas faxinas, mas como não pensei antes, eu 'passei um ferrado', tive que pedir nas portas um pouco de comida para as crianças, pois eu fiquei com vergonha de pedir para voltar, e também de voltar a pedir ajuda na Igreja.

Esta fala aponta, mais uma vez, para o planejamento necessário. As pessoas vão percebendo que não é só questão de "coragem", mas também de meios objetivos.

Os meus vizinhos, aqueles que sabiam que eu tinha sido convidada para trabalhar no macarrão, ficaram 'jogando piada' dizendo que eu não queria nada com o trabalho, mas agora que você me procurou, eu tenho coragem de lhe pedir

para voltar, assim que recomeçar a fazer o macarrão, e também eu prometo levar as crianças para a Igreja como você tinha me pedido.

A lição que eu aprendi com isso é que 'o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada'".

É interessante notar como as práticas de discriminação/exclusão operadas pelo sistema do capital, com a supervalorização do trabalho e conseqüente desqualificação de quem não trabalha são assumidas pelos próprios setores populares. Isso aparece quando ela diz que ficou com vergonha e os vizinhos ficaram "jogando piada". Quem não tem emprego é taxado como vagabundo.

8- S.J.P., 60 anos, 02 filhas e 05 netos.

"Antes de iniciar no Mão na Massa, a minha vida era muito triste, minhas filhas se perderam, tiveram filhos e os namorados não assumiram.

Durante o tempo que convivi com o pessoal que fazia massa, junto com aquelas mulheres alegres, fui esquecendo as minhas tristezas e também eu trazia meus netinhos comigo e lá eles comiam e brincavam e eu ainda recebia dinheiro.

Eu não queria sair do grupo, foi o meu marido que pediu para eu sair. Ele dizia que eu era 'boba', pois eu conhecia várias pessoas que trabalhavam como diarista ganhando até 30 Reais, e, às vezes, 40 Reais para fazer faxina. Só que ele não pensou que eu, com 05 crianças, não podia fazer faxina.

Na falta do "planejamento", isso também conta. Que condições se tem para trabalhar?

No momento, uma das minhas filhas trabalha e ganha um salário. A metade ela paga o aluguel, o resto ela paga a luz, compra gás e o que sobra é para inteirar na bolsa que recebo da Igreja. Com o dinheiro do macarrão, eu comprava algumas coisas pra mim e para as crianças, pois a minha filha que morreu deixou 02 filhos comigo, a outra filha foi embora com o namorado novo que ela arrumou. Também me deixou 02 filhos. Esta que trabalha também tem 01 filho, e crianças dão muitas despesas.

Agora que meu marido viu a 'besteira' que fez, assim que recomeçar o Mão na Massa, ele quer que eu volte a fazer parte do grupo, pois o dinheiro do macarrão é pouco, mas é certo, e o biscate dele nem sempre tem. Ele disse também que eu fiquei muito 'ranzinza' depois que saí do grupo Mão na Massa”.

Analisando o relato dessas mulheres, percebemos que o trabalho no Mão na Massa suscitou uma ampliação do poder de ação, do desenvolvimento, da autonomia, de iniciativas e de fazer propostas. Vemos a importância das redes de relação, a alegria e a coragem para se realizar algo coletivo.

As falas, relatos dessas mulheres, me remeteram a Deleuze (2002, p. 25) que, citando o pensamento de Espinosa, menciona que, quando um corpo se encontra com outro e se compõe, cria mais potência, ou seja, “quando um corpo ‘encontra’ outro corpo, uma idéia, outra idéia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, quanto que um decompõe o outro e destrói a coesão das suas partes”.

Valentina fala que o trabalho do “Mão na Massa” gera muita alegria e isso nos remete novamente ao pensamento de Espinosa, citado por Deleuze (2002, p.25) em que diz: “Sentimos *alegria* quando um corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe, quando uma idéia se encontra com a nossa alma e com ela se compõe; inversamente, sentimos *tristeza* quando um corpo ou uma idéia ameaçam nossa própria coerência”.

No contato do grupo com o Estado, através da Secretaria de Bem Estar Social do município, que se reuniu com o grupo, a secretária disse que poderiam contar com a ajuda da Prefeitura para terminarem a obra da sala, promessa essa que foi confirmada na reunião que houve com o prefeito e seu secretariado, juntamente com o bispo e os padres do município de Queimados. Essa promessa não se realizou e se analisarmos isso percebemos que até mesmo despoticizou momentaneamente o trabalho do grupo, que ficou muito animado com as possibilidades, e vendo que estas não seriam viabilizadas tiveram um desânimo para a continuidade do trabalho. O que nos aponta que a relação com o governo municipal é muito difícil no que tange ao cumprimento das “promessas”. Esse foi, no dizer de Espinosa, um mau encontro, aquele em que um decompõe o outro.

A frustração vivida por essas mulheres com a impossibilidade de realização desta atividade precisa ser levada em conta, pois como diz Clot: “A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos - aquilo que se desejaria ou poderia fazer, aquilo

que não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento”(2001, p. 50). Clot trabalha com a idéia de atividade impedida, em que ele desenvolve a perspectiva de que o sofrimento vem a partir do impedimento do desenvolvimento de uma atividade que se gostaria de desenvolver. Se, ao contrário, a atividade se desenvolve, as pessoas envolvidas também se desenvolvem (Clot, 2006). Vimos como a participação no fazer a massa leva a uma ampliação do poder de ação de todo o grupo.

Porém, o que parecia ser um fracasso, produziu, por parte delas, um reinvestimento e não pararam, mas sim marcaram um dia para fazerem um almoço em que angariariam fundos para a retomada da obra da sala. O que pareceu um fracasso, parece ter gerado nessas mulheres expectativas de melhores condições de trabalho, pois com a sala não terminada tinham que carregar todo o material e maquinário de um lado para o outro, o que gerava muito cansaço. Talvez isso tenha acontecido, porque a experiência de fazer macarrão já tinha potencializado o grupo.

Quando a última pessoa (I.M.C.) fala sobre a escolha não muito acertada de sair do grupo, ela demonstra que uma atividade grupal potencializa muito mais os resultados do que uma tomada individualmente. Isso também aparece, várias vezes, na fala das outras entrevistadas. Parece que, com a saída do grupo, sua vida, com seus problemas, passa a dizer respeito somente a ela, porém, quando estava no grupo, ela tinha com quem compartilhar. Não estava mais na Comunidade, como se diz na Diocese de Nova Iguaçu, vou à Comunidade e, poucas vezes, se diz vou à Igreja.

Assim, vemos que mulheres que trabalhavam por um prato de comida, ou faziam fila por uma bolsa de alimentos, preenchendo, assim, uma necessidade imediata, não tinham liberdade de ação. Quando se juntaram, valorizaram em um ofício as habilidades “femininas”, “domésticas”. É atribuído um valor a este trabalho, enquanto recurso para a ação, construído coletivamente. Há o reconhecimento de capacidades, habilidades, que dão margem de ação, ou seja, a necessidade, enfrentada coletivamente se torna recurso para a ação. Podemos ainda dizer que a atividade de “fazer comida” ou fazer “fazer faxina” é materialmente a mesma, mas seu sentido mudou. Não é mais uma forma de “pagar pela vida”, mas de receber por algo que deu de valioso. Agora, essas mulheres têm algo a dar para si, para os filhos e para os outros. Não se colocam mais como despossuídas de qualquer valor. Têm um saber-fazer.

Então, podemos afirmar o grupo tal qual Barros:

O grupo não é, então, um dado, é construção, desenho que se configura a cada situação. É desde esta perspectiva processual que o grupo é exigido à abertura que o confronta com as capturas coisificantes que determinam seu lugar de objeto de investimento por sujeitos individuados que temem a morte

“que vem de dentro” e a “que vem de fora”. Os papéis, as identificações, as lideranças são efeitos de certo modo de produção de subjetividade [...] É assim que entendemos o grupo – um dispositivo que põe a funcionar máquinas de desmanchamento de “indivíduo” que nós somos, que acionam movimentos no que deixamos de ser no encontro com a alteridade que nos avizinha e no deslizar pela superfície daquilo que estamos em via de diferir e nos tornar (BARROS, 1995, p.10).

O trabalho em grupo coloca essas mulheres em um sentimento de pertença, de participação, de solidariedade, pois, como todas disseram, suas existências são muito difíceis, e sozinhas fica mais complicado ainda. Parece que essas mulheres experimentam o que Castel chama de desfiliação, que, segundo ele, é “um modo particular de dissociação do vínculo social” e mais ainda:

[...] as populações suscetíveis de destacar intervenções sociais estão não somente ameaçadas pela insuficiência de seus recursos materiais como também fragilizadas pela labilidade de seu tecido relacional; não somente em vias de pauperização mas também em final do processo, a precariedade econômica torna-se privação, a fragilidade relacional isolamento (CASTEL, 2000, pp.22 e 23).

Outro aspecto que aparece é o contato com o dinheiro vivo: o “querido dinheirinho”. Parece que colocar a mão no dinheiro é tão importante como colocar a mão na massa para fazer o macarrão, ou seja, trabalha-se, mas vem a remuneração, pois do contrário, como algumas disseram, a “ajuda” vem através de doações que as deixam humilhadas, e que nunca elas vêem a “cor do dinheiro”. Todas relatam que o trabalho mudou a relação com a vida em geral, como o modo de cuidar de si mesmas, dos filhos, a relação com o trabalho e o dinheiro. Elas pretendem continuar, tomaram gosto pela coisa e querem avançar mais.

O significado do dinheiro na nossa sociedade, como reconhecimento social, ser adulto, livre e autônomo. Ter recursos mínimos para dar a partida e pagar a passagem para ir trabalhar.

A idéia de entrevistar quem não está mais no grupo ajudou a perceber como é estar fora de um coletivo em que há apoio, solidariedade e alegria. Em um coletivo de trabalho, há uma tarefa a ser executada que faz sentido para todos, que constroem este sentido coletivamente, como constroem coletivamente os recursos para sua realização (Clot, 2006).

Espinosa denominou esse processo que as mulheres experimentam como:

[...] potência de ação e o contrapôs à potência de padecer [...] a potência de padecer (paixões tristes e alegrias passivas) gera a servidão, situação em que se colocam nas mãos do outro as idéias sobre as afecções do próprio corpo.

Essas não são contingentes, produtos de circunstâncias que empurram o indivíduo em todas as direções, mas são imanentes a ele, referem-se ao movimento de constituição do homem como potência de libertação, na preservação da própria substância, e que é acompanhada por afeto de alegria (ESPINOSA *apud* SAWAIA, 2001, p. 111).

Sempre aparecem nas falas as palavras alegria e tristeza, dizendo como é bom estar juntas, brincar, conversar, esquecer os problemas. A tristeza aparece quando isso pára e elas se sentem sozinhas com seus problemas não tendo com quem compartilhar.

Parece que poder participar de um grupo social fez muita diferença na vida dessas mulheres. Sentir-se capaz: saber fazer massa, ter algo para vender no mercado de trabalho, fazer faxina.

Aparece a questão da mulher que trabalha e que não se sente com um saber ou um saber-fazer.

Deleuze, citando Espinosa, diz que “não sabemos o que é um corpo” e adiante ressalta: “o corpo ultrapassa o conhecimento que temos dele” (DELEUZE, 1974, p.267). Sendo assim, essas mulheres não sabiam que podiam tantas coisas que depois foram se apresentando, que seus corpos, quando unidos por um coletivo de forças, pudessem realizar mudanças tão significativas.

A Igreja ganha novos sentidos. Passa a ser valorizado o convívio, o “aprender a não dizer palavrão”, aspectos mais variados que estritamente buscar a bolsa de alimentos.

E a escola? Deixa de ser apenas o lugar da merenda? Isso ainda não está claro.

Há bastante complexidade dos efeitos da proposta da Diocese, que passa pela questão de reivindicar mudanças sociais.

Os familiares se aproximam da Igreja, têm algo para dar, não são pessoas destituídas de tudo, que só recebem. Há uma importante inversão na relação de tutela, de filantropia, de favor que caracteriza a relação setores populares–Estado, setores populares-Igreja, setores populares-intelectuais, setores populares-suas lideranças etc. Não seria essa a aposta: disparar, mesmo que provisória e minimamente, processos de autonomia, de emancipação e de escolhas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a Diocese de Nova Iguaçu tem e teve um papel importantíssimo na construção de um processo de democratização em nosso país, mas precisamos analisar sempre esse “papel”.

O Centro Sociopolítico desenvolve vários projetos como: cursos de análise de conjuntura, escola de formação política, curso de metodologia na educação popular, acompanhamento aos Legislativos Municipais e outros. Dentre estes, escolhi o projeto “Mão na Massa”, que nos apresenta um tipo diferenciado de engajamento pretendido pelo Centro Sociopolítico, que é, principalmente, intervir em políticas públicas de Estado/governo. O “Mão na Massa”, podemos afirmar, vai de encontro a este tipo de engajamento preestabelecido.

Nos trabalhos desenvolvidos pela Diocese, através do Centro Sociopolítico, há um desejo de que as pessoas se engajem, mas será que não há um juízo de valor sobre esses engajamentos? Ou seja, não se tem uma idéia pré-estabelecida do que deveria ser esse engajamento? Digo isso porque esperamos que os agentes se engajem no campo das políticas públicas estatais e não há uma percepção de que estas não dão conta das demandas da sociedade, pois há muito o que se inventar.

Quis com essa pesquisa trazer para a cena principal um trabalho, que, ao primeiro olhar, sem atenção, parece pequeno, mas que tem efeitos muito grandes na vida das pessoas envolvidas. Com isso, desejei chamar a atenção para o fato de que precisamos valorizar mais o momento presente e não ficar esperando um estado de coisas que nunca chega. Assim fizeram as mulheres do “Mão na Massa”, não ficaram esperando pelo governo local, mas iniciaram um trabalho autônomo e coletivo.

Quero afirmar que os trabalhos que fazemos são políticas públicas não estatais, pois conservam em si um caráter verdadeiramente universal, pois qualquer pessoa, mesmo não sendo católica, pode participar. Ressalto, também, a importância de se trabalhar com pequenos grupos, pois isso parece favorecer o bom encontro entre as pessoas e, sendo assim, aumenta as possibilidades de potência e coletivização.

Embora tenhamos que enfrentar muitos desafios não podemos ficar no ressentimento e na indignação. Desse modo, alguns autores poderiam nos ajudar a tentar concluir momentaneamente o nosso trabalho, com as seguintes reflexões:

[...] não nos caberia permanecer indignados, mas ousar lutar. Inventar outras formas, estar aberto às transformações que vêm sem selo de garantia de um “melhor” absoluto, apostando em perspectivas de mudança que são

provisórias e precisarão ser problematizadas. Abertura para um indefinido que a seguir se limita. Não há receitas. Precisamos ter coragem de abandonar as certezas presentes e nos permitirmos criar outras estratégias. O contemporâneo não fala de um tempo de servidão, mas produz em nós essa certeza e nos joga para a impotência; não é ele o vilão e sim nossa crença na soberania das forças de dominação e a cegueira produzida por análises maniqueístas do presente (MACHADO, 1999, p. 158).

Essa citação nos remete à reflexão de como conduzimos nossa formação, muitas vezes cheias de certezas, fundadas em verdades transcendentais e que não permitem a ousadia de inventar. Produzimos ativismos e sobreimplicação na formação política.

Assim podemos nos questionar: será que é possível acreditar numa saída de rede, onde a hierarquia e a vanguarda não são importantes? Apostar em movimentos horizontais?

Aguiar observa que, muitas vezes, somos “*funcionários do pensamento*, queremos garantias quanto ao futuro de nossas propostas de transformação. Sem o saber, reinvestimos legitimamente. Determinamos um ‘*dever ser*’, a verdade. Mapeamos um Domínio, nada provisório, do qual se acha excluído tudo aquilo que foge à sua lógica” (AGUIAR, 1992, p. 7).

Questionando o investimento que fazemos na conscientização, podemos afirmar que a consciência, correlata da razão, além de não se apresentar como garantia à emancipação, é secundária aos processos de afetação, sendo uma deriva ou um produto de atividade criadora. A partir do que a clivagem entre o domínio da irracionalidade das paixões e o racional, seu modo de ordenação do mundo e de estabelecimento da verdade, não mais se sustenta (AGUIAR, 2003).

Com o trabalho que é realizado no Mão na Massa vivemos o estímulo ao desenvolvimento de uma espiritualidade encarnada, que é uma forma de expressar a vivência de uma religiosidade que se coaduna com o cotidiano, que tem uma mística diferente da oferecida, por exemplo, pela RCC (Renovação Carismática Católica). É uma resistência em meio a uma idéia de pensamento religioso mercadológico, de uma “igreja do espetáculo”, como resposta ao capitalismo.

As mulheres do Mão na Massa nos mostram que um outro tipo de engajamento é possível, não um engajamento voltado momentaneamente para reivindicar algo ao Estado, mas um engajamento que inventa um outro modo de existência, um outro modo de ser no mundo. Podemos afirmar que o Mão na Massa é uma política pública não estatal, pois favoreceu a vida de pessoas que estavam precisando de um trabalho, não restringindo assim,

nenhum tipo de participação. Ele é agregador de outras experiências, tais como trabalho com artesanato, fabricação de remédios caseiros e a própria fabricação de macarrão.

Aparecem os desdobramentos/efeitos de iniciativas que podem, em princípio, parecer filantropia. Vemos os paradoxos destas ações, pois uma iniciativa deste tipo pode ser utilizada pelas pessoas para buscarem outros caminhos em suas vidas.

Vemos, no “Mão na Massa”, a função psicológica do trabalho (Clot, 2006), de agregar pessoas, de gerar inserção social. Não de contrato de trabalho, mas de encontrar pessoas, se desenvolver como pessoa humana. O trabalho amplia as redes de relação entre as pessoas, numa construção coletiva.

No momento, no Centro Sociopolítico da Diocese, há uma tentativa de se fazer uma formação que parta da experiência/vivência das pessoas, mas ainda temos a mentalidade da formação para a conscientização. O processo de conscientização política é uma dimensão importante nas lutas, mas não é suficiente. Se queremos valorizar a experiência, não devemos incorrer no “erro” de ministrar muitos conhecimentos ao mesmo tempo, pois, com isso, as pessoas não respondem, ao final de cada formação, à ação/engajamento pretendidos.

Então me pergunto: será que a metodologia utilizada na formação responde às atividades que as pessoas já estão desenvolvendo? Será que não estamos idealizando um engajamento que nunca chega, porque as metas são grandes demais e utópicas demais? Parece que a finalidade não se encontra no momento atual e sim em um futuro que nunca chega.

Segundo Xavier:

Os meios e o fim estão indissolivelmente ligados. Separar artificialmente o fim dos meios significa negar a relação orgânica que os une. Cada meio está estreitamente ligado a um objetivo. Os meios contêm e engendram inevitavelmente o fim que lhes é próprio [...] o fim indica os meios, e, por sua vez, os meios constroem o fim (XAVIER, 1999, pp. 06 e 07).

Sendo assim, podemos pensar no futuro, mas principalmente no presente. Não há dicotomia entre futuro e presente.

Toda formação que não parte do realizado tende a fracassar. Por exemplo, como aconteceu com a Escola de Formação Política de 2005, em que havia poucos militantes; as pessoas se interessaram pelo tema do curso, mas não tinham uma militância de base, para até mesmo, discutir os conteúdos que estavam sendo apreendidos. Então, podemos perceber que havia falta de experiências, o curso tornou-se somente mais um entre outros que não potencializava uma ação. Talvez, o próprio curso não tenha conseguido proporcionar uma experimentação que levasse a uma ação.

Bondía (2002, p. 21) diz que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” e diz também que a experiência cada vez mais tem-se tornado rara.

O excesso de informação, para ele, não é experiência e não deixa lugar para a experiência. Até radicaliza dizendo que a informação é quase uma antiexperiência. Continua dizendo que “essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de ‘sabedoria’, mas no sentido de ‘estar informado’), o que consegue é que nada lhe aconteça”(BONDÍA, 2002, pp. 21 e 22).

Um outro empecilho, segundo Bondía (2002, p. 22), é o excesso de opinião. A obsessão pela opinião também anula nossas possibilidades de experiência, também faz com que nada nos aconteça.

Um terceiro empecilho à experiência é a falta de tempo, pois “a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória são também inimigas mortais da experiência” (BONDÍA, 2002, p. 23). Ele diz que:

Esse sujeito da informação permanente e acelerada, da constante atualização, da reciclagem sem fim, é um sujeito que usa o tempo como um valor ou como uma mercadoria, um sujeito que não pode perder tempo, que tem sempre de aproveitar o tempo, que não pode protelar qualquer coisa, que tem de seguir o passo veloz do que se passa, que não pode ficar para trás, por isso mesmo, por essa obsessão por seguir o curso acelerado do tempo, este sujeito já não tem tempo (BONDÍA, 2002, p. 23).

Um quarto motivo que torna a experiência cada vez mais rara é o excesso de trabalho. E diz “...o trabalho, essa modalidade de relação com as pessoas, com as palavras e com as coisas que chamamos trabalho, é também inimiga mortal da experiência” (BONDÍA, 2002, p. 24).

Continua dizendo:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Para este autor: “É experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação” (BONDÍA, 2002, p. 26).

Acho que podemos relacionar a experiência de Bondía com as paixões de Espinosa, pois o primeiro diz que “se a experiência é o que nos acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão” (BONDÍA, 2002, p. 26), e o segundo fala das paixões alegres de um corpo, quando encontra com outro corpo, com o qual se compõe.

Arrisco a dizer que isso aconteceu e acontece com as mulheres do “Mão na Massa”, que, a partir desse processo, puderam mudar suas vidas. Elas tiveram informação de uma forma diferente, uma informação do saber de cada uma que foi passado para as outras. Sendo assim, tiveram experiências, participaram e participam de um processo instituinte. Valentina, sim, teve informação da forma mais clássica, com conteúdos. E esse encontro é que compõe uma nova forma de existência. A experiência no curso de formação levou Valentina a uma nova experiência. Foi um bom encontro.

Então, me pergunto: não seria interessante investir tanto em informação quanto em experiências? Apoiar projetos como o “Mão na Massa” e até incentivar a sua criação? Isso pareceria pouco se olharmos com a lógica de intervenção em políticas públicas de Estado, mas não se pensarmos em políticas públicas não estatais, políticas públicas da vida, do dia-a-dia, aquelas que nós mesmos podemos implementar sem depender do poder de outros sobre nós.

É muito comum no campo da informação, quando terminamos um curso, nos perguntarmos: E agora, o que vamos fazer ou como vamos fazer? No campo da experiência, essa pergunta não cabe, pois já estamos fazendo, estamos transformando para conhecer.

Acreditamos na transcendência do Estado e quanto mais apelamos a ele, mais tutela terá sobre nós. Precisamos apostar nos coletivos, agir diferentemente, pois o mundo da imanência é o poder instituinte. A crença na transcendência é produzida. Temos que resistir ao modo-de-ser Estado.

Pesquisando o Mão na Massa percebi que podemos interrogar a proposta de formação sociopolítica, não como inadequada, mas insuficiente e apoiada em referências que não farão avançar a autonomia enquanto tomada de poder. Talvez, a formação por ser pautada na conscientização e na informação, seja inadequada aos desafios da transformação do existente.

Percebemos que, nos momentos de cristalizações da formação, aconteceram desistências. Não eram mais bons encontros como no começo (Primeiro Projeto), que encontramos no capítulo III. No primeiro momento do projeto, havia três centros de curso, com três grupos diferenciados, que se encontravam um fim de semana inteiro para estudar. Nestes encontros, havia muita convivência. As refeições eram realizadas com todo o grupo, dois deles dormiam no mesmo local, eram realizadas festas de aniversário, de Páscoa etc. Isso ajudava a criar laços de amizade, que trazia alegria e força para continuar.

Continuando a nos questionar, podemos ainda aproveitar as perguntas de Deleuze e Guattari (1977):

Como evitar que nos destruamos a nós mesmos, à força de culpabilidade, e destruamos os outros à força de ressentimento, propagando por toda parte a nossa própria impotência e a nossa própria escravidão, a nossa própria doença, as nossas próprias indigestões, as nossas toxinas e venenos? Acabaremos por não mais encontrar sequer a nós mesmos.

Tentando ousar responder a essas questões, podemos dizer que precisamos mudar de estratégia, ou seja, deixar de acreditar na transcendência de um Estado, da existência de um Bem e um Mal, que nos faz cair na culpa, no ressentimento, no sobretrabalho e numa idéia de que, algum dia, iremos chegar a um estado de coisas que não existem. Isso seria uma resistência ética.

Percebemos que, quando agimos por nossas próprias forças, conseguimos bons resultados, mas, quando esperamos pela atuação do Estado, geralmente, temos desilusões e frustrações.

A nossa formação poderia tentar potencializar as forças já existentes nos coletivos que estão em nosso cotidiano, em nossos movimentos, em nossas organizações, por menores que sejam. Sendo assim, poderemos sair da angústia em que vivemos, tentando ministrar um formação que não vai em direção à vida, mas que nos torna ressentidos, pois nos sentimos frustrados toda vez que nos deparamos com nossa impotência diante de um Estado que é produtivo ao sistema capitalista sendo ineficaz e máximo no sistema penal.

Devemos, sim, cobrar políticas públicas, mas não somente isso, precisamos investir em nossos coletivos, potencializar nossas próprias forças, agindo independente do Estado. Precisamos fazer uma formação que não destaque como objetivo central reivindicar políticas públicas ao Estado, temos que ajudar a formar os grupos que já atuam de forma independente

a serem cada vez mais autônomos e livres, buscando uma autonomia com parcerias de redes de troca, entre movimentos que estão buscando coisas comuns com nossos trabalhos.

Aqui, Machado nos auxilia a refletir, dizendo:

[...] não nos faz pensar o coletivo enquanto um agrupamento social ou a composição de várias individualidades. A coletividade fala de uma série de agenciamentos, formados de materiais de expressão diversos, e que produzem formas – formas-subjetividade, formas-sociedade, formas-natureza, formas-conhecimento etc - ao mesmo tempo que desmancham as formas produzidas e permitem a construção de outras (MACHADO, 1999, p.153).

Num mundo em que o individualismo é enaltecido, onde a solidariedade e a política da amizade é rechaçada, queremos insistir, resistir, promover bons encontros que nos tragam fortalecimento que vem somente do coletivo e lembrando que cada um de nós também é um coletivo, pois trazemos toda a nossa história marcada em nós mesmos pela vida de cada um, pois não estamos sozinhos e já somos muitos. Isso não é assim tão fácil, mas quem disse que seria?

Sempre precisaremos de muito discernimento, pois, como nos diz Coimbra e Nascimento (2004, pp. 3 e 4): “Os espaços coletivos de discussão vão se esvaziando, cada vez mais se tornam difíceis de sustentar, de serem mantidos. A falta de tempo, a urgência domina tudo e a todos, produzindo uma perda na capacidade de potencializar os encontros.” Temos que tomar muito cuidado, porque os coletivos podem estar tão aprisionados em nossas dificuldades de organização e sendo assim, repetirem a mesma lógica perversa do Estado, ou seja, uma máquina parada, ociosa e corrupta.

Sair da lógica da representação, “inaugurando um outro modo de pensar e fazer política, dando valor ao cotidiano, o pequeno, o invisível, o capilar” (MONTEIRO *et all*, 2005), bem como fortalecer as instituições democráticas, não apenas as ligadas ao Estado, pois elas garantem o processo de criação, ou seja, nos aliarmos a tais movimentos instituintes, pois como nos ressaltam Rodrigues e Souza:

[...] Instituição é produção, é atividade... porque tal produção não é algo localizável empiricamente. Poderia ser concebida, nesta linha, como espécie de inconsciente político que institui novas realidades, sempre dividindo, sempre separando. Neste movimento, transforma relações e práticas que se apresentam como forma geral e natural, em outras relações e práticas que se apresentam (se mostram) da mesma maneira, e mediante as quais a instituição se instrumenta (RODRIGUES e SOUZA, 1987, p. 24).

Sendo assim, teremos uma ética justa e humana, atenta aos desejos da comunidade.

Poderíamos sugerir que busquemos ter uma comunidade que celebra a vida e que reivindica, fala, propõe, sugere; sempre a partir de um coletivo. Que alimente a utopia de construir uma sociedade nova sob outros parâmetros. Para isso reivindicaremos coisas concretas e buscaremos outros colaboradores no processo. Exigindo sempre com veemência, sendo “pedra no sapato” dos governos, poderemos pensar: quais as secretárias prioritárias para o município? Assim sendo, o “vírus” do Estado não entrará nas nossas pastorais, pois a lógica das políticas públicas é da cidade e essa não é a lógica da comunidade. Política pública, para nós, é a arte do bem comum na “Comunidadania”⁴⁰.

Analisaremos quais são as instituições que impedem a vida das pessoas, ou seja, as estruturas perversas. O nosso trabalho é mudá-las, garantindo que as nossas atividades, bem como a formação, sejam analisadores de nossas práticas, nossas implicações e propiciadoras de novos modos de ser no mundo.

Estaremos, assim, inaugurando um novo modo de se fazer militância, pois segundo Coimbra:

O militante, a nosso ver, não é somente aquele que ocupa um espaço nos partidos ou organizações políticas: é todo e qualquer profissional – cidadão que tem claro suas implicações e que, através de um instrumental teórico/prático, em suas intervenções aponta para o político, para as armadilhas do instituído, a ocultação, a mistificação e a naturalização das práticas sociais dominantes. É aquele que, ao enunciar proposições – e não dogmas científicos – as extrai das relações que estabelece entre as práticas sociais e sua própria prática (COIMBRA, 1995, p.74).

Com isso, estaremos valorizando um saber popular que, muitas vezes, fica esquecido, gerando entre nós um processo de intelectualização que tem como consequência vanguardas que não conseguem participar de algo realmente coletivo. Nos processos coletivos, reconhecemos que todos têm um saber, embora, muitas vezes, ele não esteja formalizado. Tomaremos cuidado para que, trabalhando com os ditos “desfavorecidos”, não os desqualifiquemos, utilizando-os somente como poder de barganha, no momento de viabilizar algum projeto diante das entidades financiadoras.

Foucault nos alerta que:

[...] O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de

⁴⁰ Cidadania da comunidade – expressão usada por Isaías Bezerra.

poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.

É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora (FOUCAULT, 1996, p. 71).

Valorizando este saber popular de que tanto fala a Educação Popular, tomaremos cuidado para não cairmos no antigo modelo conscientizador, pois como dizem Petit e Soares:

No caso da EP (Educação Popular), percebemos, após análise dos problemas advindos do viés hierarquizante do MC (modelo conscientizador), quão necessário se faz subverter os papéis de coordenador/agente/líder/educador, tão aparentados na prática concreta, ao de mestre, apesar dos esforços na direção do diálogo freiriano (PETIT e SOARES, 2000, p. 15).

E mais:

Seria possível um grupo funcionar sem Estado, trabalhando contra o Estado? Em outras palavras: um grupo pode funcionar sem centro de poder, com um coordenador que não detém palavras-de-order, que apenas facilite a circulação, o livre trânsito, aglutine forças que se distribuem em configurações sempre singulares? Que dispositivos o grupo engendra para manter “o centro” sempre fracionado? (LOBO, 1991, p. 14).

Podemos, então, dizer que o problema não está em ter lideranças que facilitem o trabalho, mas sim quando esta se cristaliza e não distribui o poder de coordenação entre os membros do grupo. Ter um coordenador é até bom, como vemos com Valentina, que se demonstra próxima das mulheres do grupo, como alguém que facilita o processo e que não está ali para mandar e desmandar. Porém, podemos apontar para os limites desse trabalho, que sendo desenvolvido na lógica clássica de lideranças, torna o processo coletivo frágil, pois ainda é muito centrado em uma só pessoa, a de Valentina.

Desejei, a partir da história já construída pelo Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu, analisar a formação oferecida por este Centro, no que diz respeito à produção de novos modos de ser no mundo. Acho que consegui realizar essa tarefa, pois, com a pesquisa

do Grupo “Mão na Massa”, pude ressaltar as mudanças sofridas pelas mulheres participantes, em suas vidas. Elas não participaram diretamente da formação sociopolítica da Diocese, mas Valentina, sim, está presente desde o início do Primeiro Projeto de Formação Social. A formação ministrada, com seus efeitos, teve um efeito analisador para as mulheres que participam do projeto.

Procurarei fazer uma restituição à equipe do Centro Sociopolítico, bem como ao pessoal do “Mão na Massa”. Acho que isso será possível através da promoção de debates, a partir deste texto.

Os efeitos que minha pesquisa já está produzindo são, primeiramente, experimentados por mim mesma, em minha análise de implicações. A pesquisa também proporcionou à Valentina analisar de forma diferente o trabalho que realiza e as entrevistas proporcionaram uma maior aproximação de Valentina com as pessoas afastadas e que assim poderão retornar quando o trabalho reiniciar. Isso foi dito por uma das entrevistadas, que saiu e ficou com vergonha de voltar, mas com a entrevista se encorajou a fazer isso. Pretendo conversar mais com Valentina sobre a nossa pesquisa e seus efeitos.

Ao fim deste trabalho, resalto alguns desafios que poderão ser desenvolvidos e ser temas de novas pesquisas. São eles:

- A crença no Estado de Direito, numa realidade de formação dentro da Igreja católica, exige um aprofundamento que não dei conta nesta pesquisa de Mestrado.
- O lugar da mulher no mercado de trabalho, com suas áreas típicas femininas, é um estudo específico que não pude desenvolver.
- O amplo debate que há sobre a Educação Popular.
- Um aprofundamento na história dos Movimentos Populares na Baixada Fluminense.

Vou concluir, momentaneamente, dizendo que Dom Adriano se identificou com o que estava se dando na Igreja Católica. Ele não agiu sozinho, mas com um coletivo. Ele foi tomado por um fluxo, um processo de mudança, de arejamento da Igreja, como já tinha dito João XXIII, quando falou: “abramos as janelas do mundo e deixemos que o ar puro dele purifique a Igreja”.

João XXIII, sem saber, estava entrando em um fluxo de mudança, uma mudança que abriria caminhos para experiências nunca vistas na Igreja Católica.

Um fluxo não vem pela nossa vontade, ele é fruto de uma sensibilidade pela vida que não dá para explicar. Ele é sempre coletivo, impessoal e imanente. Ele dá e passa, por isso fiquemos atentos a esse movimento. Ninguém pode controlar um fluxo, pois às vezes

pensamos que algo não vai “pegar” e pega e outras vezes em que achamos que não vai acontecer nada e acontece um bom encontro, que produz alegria. A vida é assim.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, K. F. *Ao avesso da conscientização: esboço para uma genealogia da formação dos trabalhadores sociais*. Dissertação defendida na UFF/RJ, 1992.
- AGUIAR, K. F. e ROCHA, M. L. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Revista Ciência e Profissão*, 2003, N° 23.
- ALVES, J.C.S. *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ATAS das reuniões do Projeto de Formação Social (pasta n° 1).
- AZEVEDO, S. de “Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação”. Em *Políticas públicas e Gestão Local – Programa Interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. FASE/Observatório das Metrôpoles (FASE-IPPUR/UFRJ).RJ: FASE,2003.
- BARROS, R. B. Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção. Em *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese de Doutorado defendida na PUC/SP, 1994.
- _____. *Clínica Grupal*. Em *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v.7 – N° 1, 1995.
- BOFF, C. e BOFF, L. *Como Fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BONDÍA, J. L. *Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência*. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED n° 19, 2002.
- CARVALHO, A. F. *Educação Popular: prática plural*. Em Oliveira A.C. de (Org.) e outros. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2000.
- CASTEL, R. Da indignância à Exclusão, a Desfiliação, Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Volume 10, Número 2, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social – UERJ, 2000.
- CLOT, Y. *La formation par l’analyse du travail: pour une troisième voie*. Em: *Manières de penser, manières d’agir en éducation et en formation*. Maggi, Bruno (Dir.), PUF, Paris, 2000. pp 133-156.
- _____. *Clinique du travail, clinique du réel*. Em *Le journal des psychologues*, n° 185, mars 2001 pp.48-51.
- _____. *A Função Psicológica do Trabalho*. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da Ordem – Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.
- _____. *Cidadania e Processos de Inclusão e Exclusão Social: a construção da identidade*. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v.6 – N°s 1 e 2 / 1994.
- _____. *Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível*. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v.7 – N° 1, 1995, pp. 52-80.
- COIMBRA, C. M. B. e NASCIMENTO, M. L. *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* Artigo feito em 2004.

- COIMBRA, C. M. B. e LEITÃO, M. B. S. *Direitos Humanos e a Construção de uma Ética Militante*, 2006 (mimeo).
- COLOMBO, E. *El Imaginario Social*. Barcelona: Tupac Ediciones, 1980.
- COSTA, B. *Educação Popular: prática plural*. Em Oliveira A.C. de (Org.). Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2000.
- DELEUZE, G. *Espinosa – Filosofia Prática*. São Paulo: Editora Escuta, 2002.
- _____. *A Lógica dos Sentidos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, G. e GUATARRI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- _____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. e NOGUEIRA, A. *Teoria e Prática em Educação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOLIN, C. *Movimentos Sociais e Estado: relação perigosa*. Site www.adital.org.br em 24-10-06.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- GUILIER, D. *Comentando as Noções de Implicação e Transdução de René Lourau*. Em Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v.16 – Nº 2, Jul./Dez. 2004, pp. 11-16. Transcrição de M. L. do Nascimento.
- HECKERT, A. L. C. *Narrativas de Resistências: Educação e Políticas*, Tese de Doutorado em Educação. UFF, Niterói: 2004.
- HESS, R. *La Socioanalyse*, Psychotéque, Éditions Universitaires, Paris, France (mimeo).
- KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. Fotografias de Tomás Rezende. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- KRISCHKE, P.J. e MAINWARING, S. (Orgs.) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: L & PM / CEDEC, 1986.
- LOBO, L. F. Prefácio à 2ª edição do livro *Análise Institucional no Brasil*; organizado por SAIDON Osvaldo e KAMKHAGI Raquel, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- LOURAU, R. *René Lourau na UERJ: Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- _____. Objeto e Método da Análise Institucional. Em ALTOÉ, S. (org). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004 (pp. 66-86).
- MACHADO, L. D. Ética. Em *Psicologia: questões contemporâneas*. BARROS, M. E. (org.). Vitória - ES: Edufes, 1999 (pp. 145-162).

- MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MENEZES, A. L. *Texto provisório da introdução de um livro a ser publicado sobre D. Adriano*. Arquivo interno da Diocese de Nova Iguaçu.
- MONTEIRO, A. et al. *Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público?* Mesa apresentada no I Congresso Latino-Americano de Psicologia (ULAPSI), em abril de 2005 com a participação de Cecília Coimbra.
- NEVES, L.M.W. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, P.A.R. *Conjuntura Religiosa*. Roteiro para o Seminário de Fé e Política em fevereiro de 2007.
- PALUDO, C. *Educação Popular – Dialogando com Redes Latino-americanas (2000 – 2003)*. Artigo escrito para o Conselho de Educação de Adultos na América Latina – CEAAL, 2004.
- PEREIRA, T.D. *Políticas Públicas, Construção da Cidadania e a Relação Entre Público e Privado*. Artigo apresentado em preparação à aula ministrada na Escola de Formação Política. Nova Iguaçu, RJ: 2006.
- PETIT, S. H. e SOARES, R. M. S. Mapeando novos territórios: refletindo acerca do modelo conscientizador da EP, na busca de alternativas. *Anais no CD-ROM da XXIII Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG: 2000.
- RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Foucault - Uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ROCHA, R. A formação de lideranças e os trabalhos populares. Em *Revista Aditepp/NOVA*. Curitiba: 1997; p. 17-24.
- RODRIGUES, H. B. C. E SOUZA, V. L. B. *A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo*. Em *Análise Institucional no Brasil*. Kamkhagi, Vida R. e Saidon, Osvaldo (org.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: 1987.
- ROLNIK, S. À Sombra da Cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Em *Na Sombra da Cidade*. (org.) Maria Cristina Rios Magalhães. São Paulo: Escuta, 1995; 141-170.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAWAIA, B. O Sofrimento Ético-Político Como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. Em SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, (pp. 97-118).
- SILVA, P. T. *Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992*. Rio de Janeiro: FGV-IESAE (dissertação de Mestrado), 1994.
- _____. *Políticas Públicas e Poder Popular*. Em SEMERARO, G. *Filosofia e Política na Formação do Educador*. Aparecida do Norte, SP: Idéias e Letras, 2004, (pp. 183-214).
- _____. *Projetos de Extensão Escola de Formação Política*. NUFPE-CSp Diocese de N. Iguaçu, PROEX-UFF, N. Iguaçu-Niterói, RJ: 2003a.
- _____. *A Práxis da Formação Política das Classes Populares*. Texto apresentado em 22 de novembro na mesa “agir na sociedade civil popular para construir o Estado ético-político”, no Seminário de Educação 2006 & I Jornada Internacional de Educação em

Movimentos Sociais: Educação em Movimento: Espaços, tempos e Atores para o século XXI, UFMT, Cuiabá – MT, realizado de 19 a 23 de novembro de 2006.

XAVIER. Anarquismo: uma Ideologia ou uma Metodologia? *Alternative Libraire*, maio de 1999.

Sites pesquisados:

www.mitrani.org.br

www.ciadooutdoor.com.br/Cidades/queimados.htm

www.novaiguacu.gov.br

www.adital.org.br

Anexos

Anexo 1 - O Primeiro Projeto de Formação Social: 1996/1998.

Este primeiro projeto reúne inicialmente os padres Matteo Vivalda (Presidente da Cáritas Diocesana), Costanzo Bruno (Coordenador Diocesano de Pastoral), Agostinho Pretto (Vigário Geral), Rogério I. de Almeida Cunha e Frei Vitalino Piaia que, em reuniões com o Bispo Diocesano D. Adriano, ainda no segundo semestre de 1994, fundam as bases do projeto. Posteriormente, Eduardo Parreiras, membro do Centro de Ação Comunitária (CEDAC)⁴¹ participa da elaboração. O projeto é aprovado em 21 de julho de 1995 após um ano de reformulações no texto original, provocado pela negação da Misereor quanto à parte do conteúdo e do funcionamento do projeto.

1 - Etapas Previstas Para o Primeiro Projeto

O projeto original, enviado à Misereor, previa três níveis de formação:

- a. **sensibilização**, onde se pensava na realização de cursos de pequena duração a serem realizados nos 300 Centros Comunitários. Este nível propunha os seguintes temas agrupados nas seguintes áreas: **Gênero**, abrangendo cursos sobre mulher, jovem, crianças, tipos humanos como negros, trabalhadores, migrantes, moradores de favelas e de periferias. **Direitos Humanos**: saúde, trabalho, educação, habitação (solo urbano, reforma urbana e agrária, transporte). **Organização Popular**: comunidade, associações populares, cultura popular, mutirões, formas de produção autônoma alternativa e cooperativismo, religião popular.⁴²
- b. **Capacitação**, onde se propunha: **Antropologia**, na perspectiva de aprofundar o conhecimento da pessoa humana e a sensibilidade por seus problemas: identidade e especificidade do ser humano, seu lugar na natureza, ética nas relações entre os seres humanos. **Sociologia**, temas que aprofundem o conhecimento teórico e prático da sociedade: capacitação para reconhecer a estrutura da sociedade e analisar seus momentos conjunturais sob vários aspectos: político, econômico, social e eclesial. **Política**, temas ao redor da organização social e do exercício do poder: ideologia, visão latino-americana da realidade, história e papel das organizações populares, metodologia do trabalho, história a partir do povo, ética nas relações de poder. **Pastoral**: temas ao redor das relações entre

⁴¹ Podemos dizer que a história do Cedac (Centro de Ação Comunitária) se confunde com os projetos de formação social. Desde o primeiro projeto, através de Agostinho, Parreiras e Marcelo Renou. Este último elaborou o orçamento do primeiro projeto.

⁴² A programação abria espaço para outros temas de interesse específico das comunidades.

sociedade e fé. Fé e Política no mundo atual como no ambiente bíblico. O papel social das várias pastorais e as relações entre elas.

- c. **Programa de Acompanhamento ou Formação Permanente.** Neste nível seriam realizados seminários e painéis que ofereceriam o contato necessário entre lideranças e assessorias a respeito da prática de cada um. Vislumbra-se a criação de uma Escola de Formação, um espaço e um grupo de pessoas a quem as lideranças possam recorrer.

Estes níveis de formação tinham como pano de fundo a ação do cristão como agente de transformação social, “criar no povo a consciência da cidadania e despertar para a necessidade de efetivar-se como agente de transformação social, à luz dos direitos fundamentais da pessoa humana e da fé”. O documento do Primeiro Projeto de Formação Social, defendia que a Diocese de Nova Iguaçu procuraria desenvolver em sua pastoral um compromisso libertador enraizado na Teologia Bíblica, nos Documentos da Igreja e na reflexão dos teólogos, mas na prática ela ainda não conseguia definir uma estratégia libertadora. Também lhe faltava uma análise mais profunda do contexto social. Afirmava o documento (Cf: pg. 1 – Justificativa).

Esta ação será mais eficiente se baseada numa ampla reflexão sobre a realidade, sobre a fé, sobre a história, sobre a Doutrina Social da Igreja e sobre as Ciências Econômicas e Políticas. Toda a ação precisa de metodologia, de avaliação e de organização que dependem de instrumentos culturais e técnicos que a Diocese pretende garantir aos leigos através deste projeto.

2 - Objetivos Específicos do Projeto

Os objetivos específicos do projeto pretendiam:

- a. Continuar a sensibilização dos cristãos para que sejam fermento na massa e descubram seu compromisso e seu jeito de ajudar na construção de uma sociedade mais justa.
- b. Aprimorar a formação dos leigos que já estão militando e formar outros, para que possam ter condição de participar ativamente e liderar de forma coerente com os princípios cristãos as atividades sociopolíticas nas quais atuam ou venham a atuar.
- c. Criar condições de troca de experiências, avaliação, aprofundamento permanente e acompanhamento dos militantes.
- d. Estabelecer bases sólidas para uma estrutura estável de formação e acompanhamento de militantes lideranças.

3- Influências da Misereor no Projeto de Formação Social

Ao término de sucessivos contatos com a Misereor, sugerindo reformulações no conteúdo, foi decidido que a entidade alemã financiaria apenas o segundo nível da proposta original, mesmo assim reformulada (correspondente a 40% dos recursos financeiros da proposta inicial). A entidade alegava que o primeiro nível — formação dos membros dos Centros Comunitários— era de responsabilidade tradicional da Diocese e que por isso não necessitaria de apoio extra.

Ao mesmo tempo, a Misereor acreditava que o segundo nível deveria atender as necessidades mais urgentes da população e levar a ações e resultados concretos. Para isso, propunha os seguintes temas: *organização de grupos, métodos de formação, retórica, planejamento de atividades sociais, planejar, gerenciar e acompanhar pequenas iniciativas produtivas, como organizar um mutirão, elaboração de um regime interno de uma associação, dinâmica de grupo, como enfrentar conflitos interpessoais, legislação municipal, plano diretor e possibilidade de participação, conselhos municipais, experiências alternativas com habitação, saneamento básico, creches comunitárias, etc., como negociar com órgãos públicos*. A redação final do projeto, aprovado pela Misereor, acabou por incorporar alguns desses temas, sugeridos pela entidade.

Uma outra questão que a Misereor insistiu foi quanto aos *indicadores de avaliação*, isto é, a partir de quais critérios seriam avaliadas as atividades. No início, o grupo reagiu reticentemente, (“parece exigência neoliberal”. Cf. documento 20, pasta 1, 28 de agosto de 1995) mas posteriormente sugere reconhecer a importância desse mecanismo. Acabou definindo os seguintes critérios (doc. 20, pasta 1, 15 de setembro de 1995):

A) O *Curriculum Vitae* de cada participante, elaborado logo no início do curso. Este curriculum será analisado no final do curso pelo próprio cursando(...). B) o grau de *participação* no curso em geral, dos colaboradores e dos cursistas (...). C) Avaliação dos cursistas: *aproveitamento de cada um*; quantidade e natureza de *iniciativas* do cursando; quantidade e natureza do *compromisso*. D) o impacto do projeto nas Comunidades e na Diocese, de difícil avaliação a curto prazo. Impacto sobre a Diocese: nos centros, nas atividades, nas conquistas sociais, na caminhada dos bairros, nos cursos, quantos cursos, quantos participantes, que conteúdos, qual a avaliação dos cursistas. E) Avanço na articulação das *Pastorais Sociais*. Nossa questão é a falta de instrumentos eficazes. ‘Formular os objetivos’ em questões polêmicas pode levar a propostas divergentes irreconciliáveis. Podemos estudar o método de planejamento orientado pelos objetivos, formulado na Alemanha, para captar uma lógica de planejamento. Só que é diferente planejar um projeto ou planejar um curso.

4 - As primeiras Indagações

A partir do final de 1995 (Documento 29, pasta 1, em 27 de dezembro de 1995), algumas questões estratégicas começam a ser registradas nas atas, antecipando e contextualizando algumas questões para o *Seminário de Montagem do Curso de Formação Social* que viria a ser realizado em fevereiro de 1996 no Centro de Formação de Líderes (Cenfor).⁴³

- a. Quem são os destinatários desse projeto? (“o projeto se refere à formação de lideranças já *despertadas*”).
- b. Como fazer a seleção dos candidatos? (“exigiremos certa participação comunitária, repasse do curso nas comunidades. Há, entretanto, pessoas que, mesmo desejando, não conseguem repassar. A estes convém ajudar na instrumentalização. Há outros acostumados a participar de todo curso que tomem conhecimento. A estes *profissionais de cursos* teremos que evitar”).
- c. Como instrumentalizar o pessoal para o repasse dos cursos de formação?
- d. Como será a participação das comunidades? (“necessária tanto do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista pedagógico e pastoral”).
- e. Como sensibilizar os padres, convencê-los da formação como projeto e da validade dos cursos oferecidos pelos projetos?
- f. Como envolver toda a diocese, dentro da qual o projeto terá uma função especial?
- g. Necessidade de pesquisar a realidade da Diocese, a fim de conhecer os espaços paroquiais e outras instâncias de formação, como forma de integração diocesana.
- h. Amadurecimento da proposta de formar um laicato consciente, mas dúvidas de como acompanhar os formados.
- i. Que Diocese esperamos para daqui a 10 anos?
- j. Como é a Diocese hoje? O que fazer para que se chegue ao que desejamos?
- k. Que tipo de pessoas requer este processo de realização do desejo?
- l. Que tipo de curso teremos que ministrar a estas pessoas para que encaminhem o processo?
- m. Como será o relacionamento com o Bispo?

5 - O Seminário de Preparação ao Primeiro Projeto

O *Seminário de Montagem do Curso de Formação Social*, propriamente dito, ocorreu nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1996 no Cenfor (Centro de Formação de Líderes), a fim de possibilitar um estudo sobre os objetivos e os meios da formação social. Participaram

do seminário os padres Pe. Matteo Vivalda (Coordenador do projeto), Pe. Agostinho Pretto, Pe. Costanzo Bruno, Pe. Rogério; os assessores Luís Parreiras e Irony (Cedac); os coordenadores de centros (locais dos cursos), Cássia Valéria e Antônio Sérgio e a secretária do projeto, Irene Vogas Latini. Como se tratava do primeiro projeto, havia uma imperiosa necessidade de construir toda uma pedagogia que conduzisse o programa de formação, pensado enquanto proposta pastoral e social numa Diocese concreta. Daí a sua importância enquanto referencial em relação às concepções de Igreja e os problemas que devem ser enfrentados, às expectativas quanto aos modelos de atuação dos leigos, enfim, todo o universo que envolve a formação de lideranças e as suas conseqüências na vida pastoral e sociopolítica.

Utilizando a metodologia do Planejamento Estratégico, Parreiras e Irony coordenaram o seminário, pensado em dois momentos: A) A Diocese que queremos daqui a dez anos (características gerais, situação religiosa da população, atividades pastorais da Igreja, estrutura jurídica, administrativa e organizacional da Diocese; situação sócio-econômica e cultural da população; situação política dos municípios); e B) Problemas a serem enfrentados (de ordem geral; no campo religioso, no campo social); e C) O que os leigos devem fazer para ajudar a superar esses problemas.

Memória do Seminário de Montagem do Primeiro Curso de Formação Social (Doc. 34 da pasta 1)

I) A Diocese que queremos daqui a dez anos:

A) Características gerais:

1. Religiosos sensíveis às mudanças sociais e pastorais.
2. A fé como motor de nossa cidadania.
3. Leigo consciente de sua participação na Igreja de Nova Iguaçu.
4. O exercício da cidadania nos seus direitos e deveres, ao alcance de toda a população.
5. Investimentos sistemáticos no trabalho junto a jovens e mulheres.

B) Situação religiosa da população:

1. Religião como um fator de união do povo, com a aceitação consciente de um ecumenismo amplo.
2. Comunidades amadurecidas e capazes de celebrar.

⁴³ Consultar o anexo para uma leitura da memória do Seminário de Montagem, bem como a entrevista de Pe. Matteo Vivalda ao Jornal Diocesano Caminhando na ocasião do Seminário.(Documento 37 da pasta 1).

C) Atividade Pastoral da Igreja:

1. Inserção da Diocese na realidade social.
2. Liturgia viva: palavra, eucaristia e realidade.
3. Agentes e lideranças mais bem formadas.

D) Estrutura jurídica, administrativa e organizacional da Diocese:

1. Organização e funcionamento dos Conselhos, nos diversos níveis, com representatividade e possibilidades reais de influência.
2. Igreja organizada em pequenos grupos (núcleos) que estejam presentes em todas as ruas.
3. Maior integração e comunicação entre as comunidades / paróquia.
4. Investimentos nas CEBs como uma nova forma de sermos Igreja.
5. Grupo de assessoria pastoral.

E) Situação sócio-econômica da população:

1. Infra-estrutura básica eficiente.
2. Melhora geral no sistema de transporte.
3. Alternativas de emprego e sobrevivência.
4. Considerável ampliação do sistema de saneamento básico.
5. Melhoria do sistema educacional e de saúde (cobertura e qualidade).
6. Algumas iniciativas de programas de garantia de renda mínima.
7. Diminuição da violência entre o povo e por parte do Estado.

F) Situação Política dos Municípios:

1. Fóruns populares de debate e ação política.
2. Que o poder seja exercido por pessoas com sensibilidade social, ética e competência.
3. Municípios mais organizados, câmaras e prefeituras mais honestas e povo mais consciente.

G) Situação cultural da população:

1. Alternativas populares à mídia.
2. Busca de participação popular sistemática nos meios de comunicação (rádios, jornais, TV).
3. Capacidade da Igreja trabalhar os desajustes culturais existentes da migração.
4. Maior consciência e capacidade de lidar com a sexualidade e a reprodução.
5. Auto-estima, confiança, expectativas positivas (pessoais e coletivas).
6. Valores do povo considerados.

II) Problemas a serem enfrentados:

A) De ordem geral

1. Desânimo dos agentes frente às perspectivas pessimistas para a Baixada Fluminense.

B) No campo religioso

1. Estrutura autoritária da Igreja, voltada mais para si do que para a transmissão da vida.
2. Insuficiência dos canais de participação e decisão da base na estrutura e funcionamento da Igreja.
3. Pouco valor do leigo enquanto sujeito da Igreja.
4. Mentalidade católica (religiosos e leigos) centralizadora, autoritária e resistente às mudanças.
5. Ato de celebrar preso a normas rígidas, tanto eclesiais como ‘psicológicas’ do povo.
6. Ausência de um rumo pastoral na Diocese.
7. Pedagogicamente: querer ser um “novo homem” sem análise da realidade.
8. Pastoral social sem definir relação entre ‘assistencialismo’ e ‘promoção humana’.
9. Falta de sintonia entre a linguagem do agente pastoral e o povo.
10. Catequese sem responder aos anseios plenos da pessoa humana: “corpo, espírito e alma”.
11. Medo da Igreja (religioso e leigos) de “perder a fé” com a inserção na política.
12. Nosso povo e lideranças com pouca formação, dificultando a reflexão, compreensão e articulação.

▪ *No campo social*

O modelo neoliberal, com conseqüências nos planos:

a) Econômico:

- As péssimas condições sociais e econômicas que vivemos.
- Desarticulação da vida de trabalho: precariedade, insegurança e desemprego.
- Povo que esgota suas energias na luta pela sobrevivência.

b) Cultural:

- cultura do neoliberalismo que desagrega os valores da cultura popular, promovendo o individualismo e o consumismo como valores.
- Desagregação da cultura pela migração e pelo massacre do tráfico e da mídia.

Baixada enquanto local de pobreza, sem história, sem costumes, pouca cultura, etc.

- Prevalece o descartável.
- Complexa articulação entre o crime (tráfico, grupos de extermínio) e fontes de “trabalho” (jogo do bicho).

- Os agentes do bem e do mal dividem o mesmo espaço: família e rua, joio e trigo juntos.
- A Igreja está perdendo sua função de referencial de valores / identidade / comportamento, para as pessoas.
- Novas tendências religiosas que propõem uma fé sem engajamento na realidade, oferecendo uma segurança “individual”.
- Falta interesse do povo em se organizar e participar.

c) Político:

- A política dominada por pessoas e grupos buscando seus interesses.
- Barreiras colocadas pelos defensores do poder.
- A denúncia da corrupção e da violência feita para afastar o povo da ação política.
- Descrédito do povo na política.

III) O que os leigos devem fazer para ajudar a superar esses problemas

A) *Em termos de postura de vida*

1. Assumir a missão de profetas do mundo.
2. Ser mensageiros da esperança, liderança positiva.
3. Descobrir a alegria de viver lutando por uma sociedade mais fraterna.
4. Ter a consciência do seu poder como agentes de transformações.
5. Utilizar corretamente a força transformadora do evangelho.
6. Questionar as estruturas sociopolíticas e eclesiais.
7. Se envolver na busca de alternativas para uma melhora na qualidade de vida.

B) *Em termos de conhecimento*

1. Desenvolver a capacidade de observar a realidade.
2. Aprender a fazer análise da realidade.
3. Informar-se dos problemas locais, buscando possíveis soluções junto aos órgãos competentes.
4. Atuar na prática pastoral/social a partir de uma reflexão/inserção na nossa realidade e/ou realidade do excluído.
5. Que se habitue a trabalhar e viver a partir da realidade do ver, julgar, agir.
6. Que se exercite na prática do julgar em busca das causas que produzem os fatos.
7. Participar de cursos (formação – atualização, etc.).
8. Buscar formação, consciência crítica.

9. Buscar uma formação libertadora.

C) *Em termos do trabalho religioso*

1. Promover a leitura popular da Bíblia como fonte de alimentação da fé.
2. Buscar autonomia celebrativa e no pensamento teológico.
3. Participar criticamente nas instâncias atuais de poder e reflexão na Igreja.
4. Fortalecimento do Conselho de Leigos como instância que recolhe os anseios da base e questionar a instituição Igreja.
5. Trabalhar articuladamente em todo os níveis.
6. Cobrar da estrutura um rumo mais definido a nível pastoral (a partir da catequese).
7. Envolver vitalmente o clero e os religiosos.
8. Através da busca de vivência evangélica fiel, tentar converter o “clero” a se tornar um com o povo.
9. Valorizarmos a nossa identidade cultural/social, tendo condições de celebrar a vida.

D) *Em termos do trabalho social*

1. Buscar na ação pastoral ou política, relações que promovam o indivíduo como sujeito de uma coletividade.
2. Ter uma atuação política inspirada à luz do Evangelho.
3. A partir de nossa consciência de leigos, atuarmos efetivamente, sem nos “clericalizarmos”.
4. Formar comunidades abertas, solidárias, centros de transformações.
5. Fóruns de debates sobre problemas educacionais: afetividade, sexualidade, meios de comunicação.
6. Criação de Centros de cultura popular independente da Igreja e dos partidos.
7. Organizar e animar grupos de reflexão nas comunidades (a nível social, político e religioso).
8. Criar grupos de reflexão de fé e política.
9. Despertar na comunidade a consciência de que a política é uma forma de fazer pastoral.
10. Participar das instâncias de poder político da sociedade à luz da fé, na perspectiva da construção da cidadania.
11. Ter um trabalho de denúncia das más condições de vida; buscar condições para sua superação.
12. Ter iniciativa de criar organizações e movimentos; participar organizadamente da vida social e política.

Trabalho Desenvolvido com os Representantes de Grupos Diocesanos e Lideranças de Movimento Populares para Preparação ao Primeiro Projeto de Formação Social de Lideranças.

Para a realização deste encontro (13 de março de 1996), foram elencados os grupos diocesanos existentes e os seus representantes, bem como os movimentos populares articulados à Diocese. A seguir a respectiva lista:

Movimento	Responsável
1. Ação Católica Operária (ACO) ⁴⁴	Moisés Corrêa da Silva
2. Apostolado	Francisca (a indicar)
3. Catequese	Clara Coca (a indicar)
4. Centro de Atendimento Familiar (CAF)	⁴⁵
5. Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)	
6. Clube de Mães	Eridan
7. Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Rosângela
8. Creche	Alice
9. Cursilhos	João Rocha
10. Diaconato	Diácono Sebastião (Tião)
11. Ensino religioso	Bertolini
12. Escola da Fé	Clara (indicar)
13. Juventude Operária Católica (JOC)	Cardenha
14. Ministérios	Ana Regina Formoso
15. Missões	Ane
16. Movimento de Amigos de Bairro (MAB)	Maria José R. Santana
17. Pastoral da Juventude	Pe. Davenir (a indicar)
18. Pastoral do Menor	Pe. Renato Chiera
19. Pastoral do Negro	José Miguel Batista
20. Pastoral Familiar	Sebastião (Tião)
21. Pastoral Operária (PO)	Luiz Carlos da S. Souza
22. Pastoral Social (PS)	Pe. Davenir
23. Renovação Carismática Católica (RCC)	Antônio
24. Sindicato das Domésticas	Geralda de S. Mendes

⁴⁴ A ACO mudou sua designação para Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC).

⁴⁵ Embora no documento original não conste o nome do representante, Luís Alves (Lula) foi participante.

Fonte: Pasta 1, doc. 38.

O resultado obtido com os grupos está descrito a seguir (Cf. Pasta 1, doc. 40):

Primeira Questão: Quais as dificuldades enfrentadas pelos leigos e que estão impedindo uma contribuição mais eficaz na realização do seu trabalho?

1. Falta de objetividade (muitas vezes temos um objetivo, mas às vezes esse objetivo não corresponde, nem atinge as outras pessoas).
2. Questão financeira (parece que dinheiro é tabu) Não há prestação de contas. Parabéns ao curso por prestar contas do dinheiro recebido.
3. Falta de preparo psico-pedagógico; o leigo não está preparado neste nível.
4. Desvalorização: falta de valorização da própria hierarquia para com o trabalho realizado por ele. Não são acolhidos e por isso perde-se muita formação (Ex. Escola da Fé).
5. O militante encontra dificuldades em motivar e desacomodar as pessoas a serem atingidas. Na nossa realidade a tecnologia e a ciência exata estão mais avançadas em comparação ao relacionamento humano e o interesse em se organizar em comunidade.
6. As questões relacionadas aos direitos ao exercício da cidadania em nossa região (saneamento, saúde, educação...).
7. Apatia das populações nas questões sociais.
8. Individualismo gerado pelo sistema.
9. Falta de formação e a dificuldade de organizações dos grupos.
10. A estrutura da Igreja não contribui (Paróquia) para participações dos leigos nas questões sociais.
11. Dificuldades do leigo engajado em não sentir respaldo da comunidade no seu engajamento, se dedicando e se sentindo abandonado ou cobrado (pessoas que deveriam estar sendo investidas).
12. Certo egoísmo da comunidade em querer “segurar” pessoas mais preparadas (ciúmes).
13. Não há um projeto claro, nem uma organização de leigos para o campo social;
14. A Igreja não consegue responder a algumas angústias e necessidades da população (ligação do cotidiano com o espiritual).
15. Falta de iniciativa dos leigos seja dentro da Igreja, seja no movimento.
16. Dificuldade em fazer com que o povo acredite na organização.
17. Dificuldade em localizar as causas dos problemas.
18. Desânimo coletivo quanto à situação atual.

19. Leigos sobrecarregados (trabalham e militam nas comunidades). Alguns grupos não se abrem para novos agentes. Falta clareza para combater as causas.

Segunda Questão: Que conhecimentos e habilidades um curso de formação de lideranças deve desenvolver para ajudar na superação das dificuldades hoje vividas no trabalho militante?

1. O curso deve desenvolver e abordar a realidade social em que vivemos.
2. Criar meios para combater essa situação de conflitos sociais e políticos.
3. O curso pode fornecer conhecimentos (treinamentos) que o militante necessita para ouvir as pessoas, formar pequenos grupos de base organizados; multiplicar esses grupos e fazer com que os grupos descubram o gosto de viver essa vida de comum-ação. Sem ação não há libertação. Ter um sentido amplo e geral para dar capacidade de interferir na realidade. Abordar para o conhecimento da mesma com amplitude a nível de sociedade e Igreja.
4. Desenvolver um trabalho abordando a parte psico-pedagógica.

Terceira Questão: Que métodos de ensino devem ser seguidos para tornar o curso mais atraente e produtivo?

1. Usar dinâmicas participativas (diálogos). *Importante*⁴⁶: troca de saber.
2. Psicodrama.
3. Teatro, jograis, vídeos, retroprojetores.
4. Oficinas de trabalho.
5. Apostilas (material para ser levado pelo cursista).
6. Os alunos devem ser os professores.
7. Com breves colocações, trabalhar em cima de colocações (reflexão).
8. Ter cuidado com o público do curso que com certeza não será intelectual (o aluno deve ser o *sujeito*).
9. Usar assuntos conflitivos que interessem ao sujeito.
10. Aulas práticas, visuais.
11. Lazer.
12. Trabalhar a partir do vídeo. Análise de conjuntura.
13. Trabalho com tarefas com os alunos.
14. Tentar trabalho com teatros feito pelos próprios alunos.

⁴⁶ Os grifos constam do texto original.

Quarta Questão: Que idéias de organização podem ser sugeridas para melhorar as atuais?

1. Cuidar para que, se possível, as pessoas participantes não se ausentem do local.
2. Dois anos é muito tempo. Nosso povo vai agüentar?
3. Muito importante saber *como escolher?* Quem escolher?

6 – O trabalho com os representantes dos grupos diocesanos e movimentos populares

Além do Seminário anteriormente descrito, a coordenação do projeto também escutou e dialogou com as lideranças de diversos grupos diocesanos e alguns movimentos populares cujos representantes atuavam na campo diocesano, como o Sindicatos das Domésticas. O Curso de Formação Social pedia, através de carta enviada a esses representantes, que conversassem com os respectivos grupos sobre sugestões que poderiam ser oferecidas para que o curso de formação social fosse o melhor possível. Especificamente, solicitava-se que respondessem as seguintes perguntas: (a) quais as dificuldades enfrentadas pelos leigos, para realizar o seu trabalho de militante cristão?; (b) que conhecimentos e habilidades um Curso de Formação de Lideranças deve desenvolver para ajudar na superação das dificuldades hoje vividas no trabalho militante? (Cf. documento 39, pasta 1 em 01 de março de 1996).

Estas perguntas serviram para estimular um debate mais amplo no dia da reunião, marcada para 13 de março de 1996, na Cáritas. A reunião foi aberta por Pe. Matteo e Pe. Agostinho.

A organização do encontro, propriamente dita, foi calcada em dois momentos. No primeiro, apresentou-se a difícil situação da população em seus aspectos sociais, culturais e espirituais. Posteriormente, a necessidade de um grande esforço para reverter esse quadro, de raízes históricas. Em seguida, a importância do trabalho leigo nesse esforço de superação. Em seguida, a proposta do curso de formação de lideranças, como instrumento de potencialização desse trabalho, destacando suas origens e os aspectos já definidos⁴⁷. O segundo momento, aberto especificamente para a participação dos convidados, procurou coletar as sugestões de conteúdos, aspectos pedagógicos e questões de organização (Cf. Pasta 1, doc. 36).

⁴⁷ Como os temas, as três turmas de sessenta pessoas, os quatro semestres de duração, as 60 horas por semestre, 2 seminários por semestre com 180 participantes.

Anexo 2 - O Segundo Projeto de Formação Social: 1999/2002.

Objetivo geral⁴⁸:

"Estimular nos agentes sociais a consciência dos Direitos do povo e reforçar a participação efetiva na transformação social à luz dos Direitos Fundamentais da pessoa humana e da Fé... através de atividades que transformem a realidade local, criando experiências de exercício da cidadania e respeito à pessoa na comunidade".

Objetivo específico:

"Preparar 1800⁴⁹ pessoas para uma intervenção sócio-política-pastoral nos municípios da Diocese de Nova Iguaçu, contemplando:

- a identificação dos principais problemas de cada município;*
- um diagnóstico de seus processos geradores;*
- o levantamento das oportunidades que podem facilitar, e dos obstáculos que dificultam a sua superação;*
- a montagem de estratégias de ação social, política e pastoral para o enfrentamento desses problemas".*

⁴⁸ Mantém-se como objetivo geral deste projeto a mesma proposta do projeto atualmente em execução. Ver "Projeto de Formação Social", Diocese de Nova Iguaçu, p. 02, maio de 1995.

⁴⁹ Trata-se de 1.800 "pessoas-curso", ou seja, este é o número de vagas que serão preenchidas pelos participantes do Projeto, podendo uma mesma pessoa participar, eventualmente, de mais de um curso.

Anexo 3 - O Terceiro Projeto de Formação Social: 2003/2005.

Objetivo Geral:

Mantemos o objetivo geral formulado em maio de 1995 no primeiro projeto de formação social.

Objetivos Específicos: serão citados em cada frente de trabalho no Plano Operacional.

Plano Operacional

ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO CENTRO SOCIOPOLÍTICO

1. Escola de Formação Política.

Breve Descrição: devido às necessidades de transformação da realidade de exclusão social em que vive a maioria da população dos municípios da Diocese, e percebendo que essa transformação só virá a partir de mudanças nas políticas públicas (saneamento, educação, saúde, etc.), surge a idéia de fazermos uma Escola de Formação Política, onde se formarão os novos políticos que realmente desejem trabalhar por uma melhoria significativa da qualidade de vida da população.

Objetivo geral: capacitar pessoas para que possam atuar na administração do poder político municipal / estadual, bem como pessoas que queiram ocupar cargos públicos administrativos, em benefício de um projeto de vida social mais justo, humano e solidário.

Objetivo específico: formar futuros candidatos(as) a vereador e prefeito para as eleições, lideranças locais engajadas na transformação social, bem como outras pessoas que almejem aos cargos políticos no legislativo ou executivo.

Metas: influenciar na correlação de forças político-partidárias na Baixada, investindo na formação de lideranças democráticas, éticas e críticas.

Público-alvo: 60 pessoas por curso que preferencialmente pretendam disputar, imediatamente ou a médio/longo prazo, as eleições municipais/estaduais, presidentes de associações de bairro, membros dos conselhos municipais, responsáveis diretos por ONGs etc.

2. Encontros Mensais de Formação Política.

Breve Descrição: encontros destinados a suscitar, promover e ampliar os debates sociopolíticos na Diocese. Para isso, investimos desde a leitura social e política dos temas pastorais e bíblicos até a discussão das políticas públicas e de temas de interesse social.

Objetivo: disponibilizar um processo aberto, amplo e constante de formação sociopolítica para lideranças e outras pessoas em geral.

Meta: manter um fórum diocesano de discussão política, com temas variados, a fim de que os diversos agentes de pastorais possam se formar de modo constante e atualizado, trocando experiências para o fortalecimento do trabalho sociopolítico.

Beneficiados diretamente: os agentes de pastorais e movimentos das Comunidades e lideranças sociopolíticas.

3. Seminários Semestrais de Política

Breve Descrição: espaços de fomentação do debate sociopolítico sobre as grandes questões relevantes para a organização, mobilização e ação dos movimentos e organizações sociais.

Objetivo: identificar problemas, realizar prognósticos, auxiliar na análise de conjuntura, enfim, realizar aquilo que se espera de um seminário, ser a semente geradora de novas utopias e de novos questionamentos.

Metas: com estes seminários, mais do que socializar conhecimentos, pretendemos levantar questionamentos para que possamos, com isso, colaborar para o amadurecimento e a democratização do debate político. Pretendemos também potencializar o Centro Sociopolítico como referência regional no debate político, a fim de facilitar projetos de formação sociopolítica, estimular a formação de parcerias e facilitar os apoios locais e regionais.

Público-alvo: lideranças de movimentos populares, partidos políticos, associação de moradores e profissionais, organizações não governamentais, escolas, e, evidentemente, as lideranças que já passaram pelos cursos de formação social, num processo de formação permanente.

4. Curso de Metodologia na Educação Popular.

Breve Descrição: demanda apresentada pelos membros da formação social no sentido de operacionalizar através dos recursos metodológicos da Educação Popular, os conteúdos desenvolvidos.

Objetivo: capacitação teórica e prática para os agentes diocesanos de pastoral, bem como lideranças de movimentos sociais, a fim de que possam ter uma atuação mais eficaz e eficiente como líderes em suas diversas atuações.

Metas: contarmos com lideranças sintonizadas com as necessidades de comunicação do mundo atual, facilitando o planejamento, execução e a avaliação das atividades desenvolvidas junto às pessoas assistidas.

Público-alvo: 100 lideranças ao ano, num total de três anos, das comunidades e movimentos sociais.

5. Formação de uma Equipe de Pesquisadores Populares

Breve descrição: processo teórico iniciado no segundo semestre de 2001 e exercitado no primeiro e segundo semestre de 2002, envolvendo, nesta fase, a concepção, o planejamento, a execução e o recolhimento de dados sobre as ações sociais desenvolvidas na Diocese de Nova Iguaçu.

Objetivo: continuar a formação, através da realização de novas pesquisas, investindo em temas de interesse mais imediato aos problemas da Baixada Fluminense, como Índices de Mortalidade Infantil, Indicativos de Desnutrição, Violência contra Mulher, Perfil dos vereadores das Câmaras Municipais da Baixada Fluminense e dos deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), bem como a atuação destes.

Metas: através da parceria com outras instituições como a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Ceris e a Fase, capacitar o Centro Sociopolítico como referência regional no levantamento e produção de informações sociopolíticas, subsidiando o Centro, bem como as demais organizações na Baixada Fluminense.

Público-alvo: já contamos com duas equipes, uma central que é formada por três cursistas que se destacaram no processo teórico e prático e que têm assumido o trabalho ao longo de todo esse tempo e uma outra equipe, mais ampla, formada por 15 pessoas que também passaram pela formação teórica e prática mas que não foram incorporadas à equipe central e que poderão auxiliar nas atividades agendadas. De acordo com o próximo tema pesquisado a equipe auxiliar poderá ser ampliada.

6. Curso de Saúde.

Breve Descrição: demanda apresentada pela coordenação da Pastoral da Saúde ao Centro Sociopolítico, no intuito de contribuirmos na capacitação sociopolítica de seus agentes. Tal trabalho foi iniciado no segundo semestre de 2002.

Objetivo: continuar a capacitação sociopolítica dos agentes da Pastoral da Saúde.

Metas: contribuir com os agentes da Pastoral da Saúde, em sua maioria mulheres, no sentido de desenvolver uma perspectiva mais crítica e fundamentada do quadro da saúde no Brasil e

na Baixada Fluminense, visando, assim, dar um “salto de qualidade” nas intervenções propostas pelo grupo.

Público-alvo: 40 pessoas que fizeram o curso de políticas públicas de saúde.

ATIVIDADES QUE ACONTECEM NOS MUNICÍPIOS

7. Grupos de Fé e Compromisso.

Breve Descrição: são grupos que se reúnem em cada um dos sete municípios, de acordo com um planejamento local, adequado às necessidades percebidas. Estes grupos são formados por pessoas do município que já se beneficiaram dos cursos promovidos pelo Centro Sociopolítico e que com isso, tem o desafio de desenvolver um trabalho sociopolítico e pastoral local. Cada um dos sete grupos é articulado e motivado pelo Animador Municipal. Estes, em diálogo constante com o Centro Sociopolítico, fazem a ponte entre as demandas e questões locais e o planejamento do Centro Sociopolítico, interferindo neste.

Objetivo: articular todo o trabalho de formação e ação sociopolítica, envolvendo as comunidades, paróquias e instituições locais, bem como manter as lideranças entrosadas entre si e assim fortalecer o trabalho cotidiano.

8. Formação para a Cidadania.

Breve descrição: formação política nas Comunidades, Paróquias, Regionais e Municípios, organizada pelas lideranças vinculadas ao Centro Sociopolítico, obedecendo a uma agenda determinada pela demanda dos grupos citados. Essa formação local é necessária, pois nem todas as pessoas que participam na base têm condições de fazer a formação no Centro. Desta forma, não só as lideranças são beneficiadas, mas todas as pessoas das comunidades.

Objetivo: formação para a cidadania, de forma permanente, com cursos de formação política, palestras, seminários, etc.

Beneficiados diretamente: os agentes de pastorais e movimentos das Comunidades.

9. Café da Cidadania.

Breve Descrição: é um fórum de discussão política que contribui para a aglutinação de várias lideranças dentro do município, bem como, é um espaço de confraternização que auxilia na discussão dos problemas relacionados às políticas públicas no município e que daí podem fomentar ações de transformação.

Objetivo: discutir políticas locais e confraternizar com as lideranças dos vários movimentos sociais, a fim de trocar experiências, articular parcerias e obter fortalecimento através do conjunto.

Beneficiados diretamente: os agentes de pastorais e movimentos das Comunidades e outras lideranças vinculadas a partidos e movimentos sociais.

10. Semana da Cidadania.

Breve Descrição: aproveitando a Semana da Pátria (de 1^o a 7 de Setembro) a Diocese de Nova Iguaçu desenvolve uma série de atividades destinadas a promover uma reflexão crítica em relação aos problemas e desafios para construirmos uma Pátria Soberana. O Centro Sociopolítico colabora neste processo oferecendo subsídios e propondo atividades. Estas atividades durante o ano foram: Tríduo da Cidadania, Vigília Pelas Eleições 2002, Plebiscito Sobre a Alca, Grito dos Excluídos e Romaria do Trabalhador em Aparecida do Norte (SP). A partir desta experiência há o desejo de manter esta Semana ao longo dos próximos anos.

Objetivo: criar um trabalho de formação, reflexão e ação política, em todas as Comunidades da Diocese, tendo em vista a construção da soberania nacional.

11. Cartilha.

Breve Descrição: subsídio produzido pelo Centro Sociopolítico que é reproduzido em grande quantidade e distribuído às Paróquias da Diocese e outros grupos (movimentos, associações, partidos, etc.) que queiram fazer uma discussão política.

Objetivo: possibilitar que as pessoas tenham acesso a um material popular, que auxilie na conscientização e no debate político, possibilitando uma melhor escolha eleitoral e no conhecimento da dimensão histórica e social do país.

Beneficiados diretamente: os agentes de pastorais e movimentos das Comunidades e participantes dos grupos citados acima.

Anexo 4 - Grupo “Mão na Massa” em Queimados

Introdução:

O Projeto tem a participação de um pequeno grupo de pessoas desempregadas (mulheres que pediam alimentos na Igreja Católica local) e subempregadas de três Paróquias de Queimados, que desenvolvem uma produção manual de macarrão que é vendido no próprio município, gerando renda aos envolvidos.

Justificativa:

Nascido da prioridade do núcleo do Grupo de Fé e Compromisso em Queimados, de agir concretamente contra o desemprego, o projeto Mão na Massa, visa amenizar a atual situação dos membros, além de devolver às famílias envolvidas um *renda mínima* e promover a auto-estima do indivíduo frente à sociedade.

Apesar de estarem conscientes que essa realidade de desemprego não vai mudar simplesmente com ações como essa, mas depende de uma estrutura sócio-política-econômica, acreditam no entanto, que como cristãos devem ser “sal da terra e luz do mundo”. Sendo assim, agir para que a mudança aconteça e possam fazer diferença no meio em que vivem.

O público-alvo são os desempregados, subempregados, diaristas, adolescentes de famílias de baixa-renda (para comercialização e venda).

O Projeto “Mão na Massa” tem como missão, ser uma fonte alternativa de trabalho e geração de renda para famílias carentes, considerando as suas habilidades a partir do desenvolvimento de suas competências.

Problemática do município de Queimados em relação ao trabalho:

- A insuficiência de políticas públicas voltadas para a questão do trabalho e geração de renda.
- Violência estrutural em grande proporção no município (pobreza próximo à miséria).
- As pequenas ações de geração de renda, funcionam de forma isolada e sem qualquer apoio.
- Adultos sem escolaridade suficiente para o mercado, além da falta de qualificação profissional.
- Aumento da demanda: famílias buscando ajudas (alimento, remédios), e as Comunidades e Paróquias não tendo como atender.

A violência estrutural devido à falta de políticas públicas voltada para a questão de “trabalho e geração de renda” e a falta de qualificação profissional, vem determinando ao longo dos anos o quadro de pobreza muito próxima à miséria. O que se observa é que famílias inteiras sobrevivem das pequenas ajudas que recebem das Igrejas (cestas básicas e sopa). Estas estão inseridas no mercado informal (vendas de doces), e ainda utilizam as crianças para gerarem renda (exploração do trabalho infantil).

Anexo 5 - Breve Histórico do Município de Nova Iguaçu

Habitadas pelos índios Tupinambás, as terras hoje pertencentes a Nova Iguaçu foram doadas no século XVI a Martim Afonso de Souza, pela Coroa portuguesa, como parte da Capitania de São Vicente.

A invasão dos franceses na Baía de Guanabara (1565) atingiu a Baixada através da aliança feita por eles com os Tupinambás, para lutar contra os portugueses. Com a derrota da aliança (1567), os índios acabaram sendo dizimados e as terras voltaram à Coroa, que as rebatizou de Capitania do Rio de Janeiro e as passou para a jurisdição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Colonização – Para ocupar o território impedindo novas invasões, as terras foram divididas no mesmo ano em sesmarias (grandes extensões de terras) e doadas a Brás Cubas e outros, que trouxeram para a baixada os primeiros colonos portugueses. Foram plantadas lavouras nos terrenos enxutos das encostas das serras (arroz, milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar), que enriqueceram os proprietários das sesmarias. Nos terrenos pantanosos da baixada, que eram inundados pelos numerosos rios, nasceram as primeiras olarias, aproveitando a excelente qualidade do barro.

Esta prosperidade inicial resultou no primeiro dos vários ciclos de riqueza e decadência que se sucederam ao longo de toda a história do município – da cana-de-açúcar, do café, da laranja – até chegar à atividade econômica atual, baseada nos serviços, indústria e comércio.

Urbanização - Inúmeras povoações se desenvolveram no imenso território, às margens dos chamados *caminhos do ouro*, por onde eram trazidas as riquezas das minas gerais até o litoral (dali eram embarcadas em direção a Portugal). Inicialmente, esse transporte era feito por terra, no lombo das mulas, até os portos dos rios (Pilar e Inhomirim), seguindo por barcas até a Baía de Guanabara.

Os povoados localizados às margens desses rios logo se beneficiaram de sua condição geográfica, desenvolvendo-se e ganhando importância. É o caso de Iguassu, que se tornou, no século seguinte, a primeira sede do município. Depois foi criado o Caminho de Terra Firme, para contornar os terrenos pantanosos da Baixada e evitar a navegação nos rios e na Guanabara.

Mais tarde, quando o café se tornou a grande riqueza da região (século XIX), chegaram os trilhos das estradas de ferro para o transporte da produção e fizeram o progresso

mudar de direção: desenvolveram-se os povoados que se localizavam às suas margens – como Maxambomba – nos antigos caminhos de terra, enquanto entravam em decadência as povoações beira-rio.

A variedade de estradas foi grande fator de integração territorial, unindo os pequenos povoados da região que deram origem, mais tarde, a muitos dos atuais bairros de Nova Iguaçu e às sedes de outros municípios (os que vieram a se emancipar posteriormente). Foram sendo criadas estradas para o comércio e até para a perseguição da polícia aos escravos fugidos, com a desarticulação dos quilombos que se formavam.

Município: criação, morte e renascimento – Nesse contexto histórico de sucessivas mudanças foi criado o Município de Iguassu – como era grafado na época – com sede na povoação de Iguassu.

Curiosamente, as reviravoltas que sempre marcaram a vida da cidade desde sua formação, com os vários ciclos, também tumultuaram seu nascimento oficial: em menos de três anos, o município foi criado, extinto, desmembrado e restaurado por diferentes leis – tudo entre janeiro de 1833 e dezembro de 1836.

Ao ser restaurado, porém, Iguassu ficou sem uma parte do território inicial – a Freguesia de Inhomirim – inaugurando as sucessivas perdas territoriais que a Nova Iguaçu viria a sofrer mais tarde.

Transferência da sede – Ainda no final desse mesmo século, uma última mudança radical: com a virada do progresso da beira dos rios para junto aos trilhos das estradas de ferro, a sede do município é transferida da então decadente Iguassu para o florescente arraial de Maxambomba. Corria o ano de 1891.

A nova cidade, porém, somente em 1916 viria a ter seu nome trocado para Nova Iguaçu, em homenagem ao nome da primeira sede – que passa a ser conhecida, então, como Iguaçu Velho.

Um novo desenho – A Segunda Guerra Mundial, a explosão demográfica ocorrida na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro no século XX e as disputas entre forças políticas locais trouxeram as últimas mudanças e deram ao município a configuração que possui hoje. A guerra, porque trouxe de forma repentina o fim do cultivo e exportação da laranja – uma cultura que havia tornado Nova Iguaçu conhecida como a Cidade Perfume, por conta dos laranjais em flor. A economia sofreu o golpe. Já o crescimento populacional e as disputas políticas porque, atuando em conjunto, levaram ao fracionamento do território.

Nova Iguaçu se tornou então um gerador de novos municípios, com a emancipação de Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti) em 1943; Nilópolis (1947); Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e, por fim, Mesquita (1999).

Anexo 6 – Breve Histórico do Município de Queimados

- Área: 78 Km²
- População residente: 121.681
- Homens residentes: 59.368
- Mulheres residentes: 62.313
- Número de eleitores: 73.780

HISTÓRICO

O município de Queimados foi criado a partir de um plebiscito realizado em 1990 que determinou a emancipação de Nova Iguaçu e a fundação de Queimados.

Em 1988, segundo dados das Secretárias Estaduais de polícias Civil e Militar, existiam no município, um Batalhão da Polícia Militar e uma delegacia de polícia. Queimados dispunha de casas comerciais, estabelecimentos bancários, Igrejas evangélicas e católicas das quais uma tombada. O município é cortado pela Rodovia Presidente Dutra.

Detentor do antigo distrito industrial de Nova Iguaçu, Queimados oferece boas condições para o investimento industrial. Para a fundação Getúlio Vargas, Queimados oferece vantagens competitivas para a fabricação de bebidas, cimentos, artefatos de aço e ferro, estruturas de cimento, material elétrico pesado, mobiliário e vestuário. A atual prefeitura de Queimados tem demonstrado grande interesse em captar empresas para o seu distrito industrial. São oferecidos isenção quase total de ISS por 2 anos e de IPTU por 10 anos. Em 1999 encontravam-se instintas no distrito industrial de Queimados 16 empresas, representavam somadas um investimento de 172 milhões de dólares e geravam cerca de 1.850 empregos.

INFRA-ESTRUTURA

Agências bancárias: 6

Número de Empresas: 753

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Estabelecimentos de ensino básico: 64

Universidades: ?

Hospitais: 1

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Televisão a cabo: não

Provedor de internet: não

Estações de rádio:

Jornal diário:

Número de telefones: 11.600

Previsão de novos telefones instalados até dezembro 2006: 16.700

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER

Ginásios poliesportivos:

Museus: 0

Teatros / casa de espetáculos: 0

Cinemas: 0

COMÉRCIO

Shopping Center: não

Hipermercado: não

Livrarias: não

Videolocadoras: sim

Lojas especializadas em discos: sim

ESTRUTURA URBANA

Número de prédios cadastrados: ND

Número de prédios que pagam IPTU: ND

Percentual de vias urbanas pavimentadas: 45%

Percentual de vias urbanas iluminadas: 40%

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Coleta de Lixo: terceirizada

Limpeza urbana: terceirizada

Segurança das unidades prediais da administração pública: terceirizada

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Incentivos para a atração de atividades econômicas: sim

Isenção de IPTU: sim

Isenção de ISS: sim

Doação de terras:

Outros incentivos: sim

Programa de geração de trabalho e renda: sim

Programa de capacitação profissional: não

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Consumidores: 30.775

Consumo (MWh): 473.579

PIB a preços de mercado: R\$ 513.954

Área da Unidade Territorial (Km 2): 78

Latitude do distrito sede do Município: -22,71611

Longitude do distrito sede do Município: -43,55528

RESULTADO DOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO 2000

Pessoas residentes: 121681

Homens residentes: 59368

Mulheres residentes: 62313

Pessoas residentes na área urbana: 121681

Homens residentes na área urbana: 59368

Mulheres residentes na área urbana: 62313

Pessoas residentes na área rural: 0

Homens residentes na área rural: 0

Mulheres residentes na área rural: 0

Estabelecimentos de ensino Pré – escolar: 16

Estabelecimentos de ensino Fundamental: 54

Estabelecimentos de ensino médio: 10

Hospitais: 1

Agências Bancárias: 4